



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E CARIBE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA  
AMAZÔNIA

MARÍA JULIETA EULA

**O FUNDO AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: o  
caso da cooperativa de hortifrutigranjeiros de Boa vista, Roraima.**

Boa Vista, RR  
2017

MARÍA JULIETA EULA

**O FUNDO AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: o caso da cooperativa de hortifrutigranjeiros de Boa Vista, Roraima.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos.

Boa Vista, RR  
2017

MARIA JULIETA EULA

**O FUNDO AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: o caso da cooperativa de hortifrutigranjeiros de Boa Vista, Roraima.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas.

Defendida em 14 de março de 2017 e avaliado pela seguinte banca:

---

Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos.  
Orientador/ Universidade Federal de Roraima – UFRR

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ingrid Cardoso Caldas  
Universidade Federal de Roraima – UFRR (Membro Interno)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Giane Maria Porto de Aguiar  
Universidade Federal de Roraima – UFRR (Membro Externo)

Dedico esta dissertação a meu pai Julio (*in memoriam*); a minha mãe Graciela, aos meus irmãos Luisina e Fernando, meu cunhado Jorge, por seu amor e apoio incondicional, aos meus vovós e especialmente a minha avó Rosita.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão em primeiro lugar a Deus e a Nossa Senhora por sempre terem me protegido e guiado misericordiosamente.

Agradeço ao Núcleo de Estudos Comparados do Caribe e da Amazônia e à Universidade Federal de Roraima, pela maravilhosa oportunidade de estudo. E também ao Programa *Alianza para la Educación y Capacitación* (PAEC) da parceria da Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização de Universidades Brasileiras Grupo Coimbra (GCUB) que através da Divisão Ministério de Educação do Brasil com seu apoio financeiro possibilitaram minha estância no Brasil.

Agradeço ao Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos, por quem tenho profunda admiração e aceitou me orientar nessa caminhada acadêmica, bilíngue e interdisciplinar com paciência e generosidade com o conhecimento.

Agradeço também aos amigos que Deus colocou ao longo dos vinte e quatro meses da pós-graduação em Boa Vista que aos poucos foram se constituindo na minha família brasileira especialmente à Erotilde Mendes Ribeiro, a Karla Martinez Rivera, a Amandine Dedé Vovó, a Wendy Cecilia Kuoami, o Ismael Montero Fernandez, a Wounado Yvonne Sehlin, a Sandra Ruiz e aos meus queridos amigos estrangeiros do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia Brenda Pinedo Macedo, Lino Max Santa Tsarem, Luis Eduardo Bermudez Reina e William John Harris. Também agradeço aos amigos e irmãos na fé do Ministério Universidades Renovadas da Renovação Carismática Católica de Roraima.

Gostaria de agradecer aos professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia do NECAR/UFRR: ao Prof. Haroldo Eurico Amoras dos Santos, à Profa. Maria das Graças Dias, ao Prof. Dr. Nelvio Paulo Dutra Santos, ao Prof. Dr. Roberto Ramos Santos, ao Prof. Linoberg Almeida, à Profa. Marcelle Ivie da Costa Silva, ao Prof. Américo Lyra Jr., ao Prof. Lodewijk Hulsman (*in memoriam*) e ao Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa, por terem contribuído a ampliar meu conhecimento pela região amazônica e pelo desenvolvimento. Agradeço também, aos meus colegas do Mestrado por terem compartilhado inúmeras jornadas de estudo.

Quero expressar meu profundo agradecimento ao Programa de Português para Estrangeiros do NUCELE/UFRR ao Prof. Ricardo Vagner Oliveira, à Profa. Pâmela Andrade Lima, a Profa. Valdeniza Pereira Bezerra e a Profa. Maiane Machado Sá e a todos meus colegas de curso por tantas experiências e alegrias no aprendizado da língua portuguesa.

Agradeço às Professoras Dra. Ingrid Cardoso Caldas e Dra. Giane Porto de Aguiar, membros da banca, por aceitarem o convite para compor a comissão avaliadora desta Dissertação.

Agradeço especialmente aos funcionários da Universidade Federal de Roraima, bibliotecários e à equipe administrativa do NECAR destacando meu agradecimento ao Secretário Diego Rodrigues por sua colaboração em todo momento.

Por fim desejo expressar meu agradecimento as minhas famílias Eula e Degrandis e as minhas amigas argentinas por terem me acompanhado pelo carinho e apoio na distância.

Senhor, tomai-nos  
sob o vosso poder e vossa luz,  
para proteger cada vida,  
para preparar um futuro melhor,  
para que venha o vosso Reino  
de justiça, paz, amor e beleza.  
Louvado sejais!  
Amém.

Papa Francisco (2015, p.144) – Oração final da Carta Encíclica  
Laudato Si' sobre o cuidado da Casa Común.

## RESUMO

Esta dissertação tem por principal objetivo analisar a política pública ambiental do governo federal do Brasil e a cooperação internacional, instrumentalizada pelo Fundo Amazônia, que é uma experiência pioneira do mecanismo proposto no marco da ONU de redução das emissões causadas pelo desmatamento e degradação florestal com manejo sustentável da floresta - REDD+. Ao longo destas páginas aborda-se a influência do Fundo no desenvolvimento local sustentável do Município de Boa Vista, Roraima, Brasil, através da Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista, gestora de um Projeto do Fundo Amazônia do primeiro semestre de 2013 até o primeiro semestre de 2015. Este tipo de ação de política ambiental brasileira se insere no contexto do Regime Internacional de Meio Ambiente, espécie de desdobramento doméstico das diretrizes da Convenção de Diversidade Biológica e da Convenção Quadro das Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas. A metodologia da pesquisa é dedutiva e utilizaram-se os métodos comparativo e histórico para atingir os objetivos. O texto analisa os seguintes conteúdos: o capítulo primeiro ocupa-se de discutir o conceito de desenvolvimento local sustentável trazendo as variáveis que nele intervêm: o desenvolvimento local e o desenvolvimento sustentável. Posteriormente contextualizou-se o surgimento histórico do desenvolvimento e também colocou-se uma crítica ao conceito estudado desde uma perspectiva escalar que tem a ver com o espaço. O segundo capítulo mostrou a relação entre a política pública ambiental brasileira e a ideologia da sustentabilidade. A sustentabilidade surgiu no plano internacional pela preocupação da mudança climática e foi adotada pelo governo brasileiro diante pressões internacionais, dada importância estratégica da Amazônia como maior bosque úmido tropical do mundo, para manter o equilíbrio climático. Desde a Eco-92 o Brasil tornou-se protagonista no marco internacional das metas de proteção do meio ambiente, superando amplamente o estabelecido pela comunidade internacional. O capítulo três analisa a informação contida nos relatórios do projeto nº 12426 e do FA para dar resposta a nossa pergunta de pesquisa. Deu-se tratamento ao Fundo Amazônia, sua origem histórica, seus parceiros internacionais, sua governança e os recursos doados que deram apoio aos projetos financiados. O FA apresenta-se como programa pioneiro do REDD+ brasileiro e constitui-se em experiência inovadora para promover o manejo sustentável da floresta. As conclusões finais desta pesquisa colocam que a Cooperativa estudada é um instrumento de desenvolvimento endógeno alocado na cidade de Boa Vista e que os recursos doados a partir da parceria Fundação Banco do Brasil/Fundo Amazônia influem positivamente no processo, no entanto os relatórios de aferição dos resultados mostram-se insuficientes e inconsistentes do ponto de vista lógico e metodológico para medir o impacto do investimento. Esta pesquisa é também uma oportunidade para estudar a intervenção do Fundo Amazônia na Amazônia brasileira. Nessa linha comprovou-se que os recursos investidos no Estado de Roraima são minúsculos se comparado com o PIB estadual.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Local Sustentável. Regime Internacional das Mudanças Climáticas. Fundo Amazônia. Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista, Roraima, Brasil.

## ABSTRACT

The main objective of this Master dissertation is to analyze the environmental public policy of the federal government of Brazil and the international cooperation, instrumented by the Amazon Fund, which is a pioneering experience of the proposed mechanism within the UN framework to reduce emissions caused by deforestation and forest degradation with sustainable management of the forest (REDD +). The Fund's influence on the local sustainable development of the Municipality of Boa Vista, Roraima, Brazil, through the Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista - Coophorta, which manages an Amazon Fund Project from the first half of 2013 until the first half of 2015. This Type of action of environmental policy of the Brazilian federal State is inserted in the International Regime of the Environment context, a kind of domestic unfolding of the guidelines of the Convention of Biological Diversity and the United Nations Framework Convention on Climate Change of the United Nations. Since 1992, after the Earth Convention in Rio de Janeiro, the Brazilian public policies and planning for the Amazon region has as the explicit objective to achieve sustainable development based on the ideology of sustainability as the international standard of the countries to develop. The research's methodology is deductive. It was used comparative and historical methods for reach the objectives. The first chapter discusses sustainable local development concept and the history of development concept. The second chapter shows the relationship between Brazilian environmental public policy and the ideology of sustainability. The third chapter reviews the information contained in the Coophorta Project n. 12.426. Last chapter treats about the Amazon Fund origin, its international partners, its governance and donated resources that gave support projects financed too. The FA presents itself as a pioneer program of Brazilian REDD+ and it constitutes innovative experience to promote the sustainable management of the forest. The research conclusion point out that the studied Coophorta is an instrument of endogenous development allocated in the Boa Vista city and donated resources from the partnership Amazon Fund have a positive influence on the development process. However, the Coophorta and FA reports present insufficient and inconsistent information to measure the impact of the investment. This research is also an opportunity to study the intervention of the Amazon Fund in the Brazilian Amazon.

**Keywords:** Sustainable Local Development. United Nations Framework Convention on Climate Change. Amazon Fund. Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista, Roraima, Brazil.

## RESUMEN

Esta tesis de Maestría tiene como objetivo principal analizar la política pública ambiental del gobierno federal brasileño y la cooperación internacional instrumentada por el Fondo Amazonia y su influencia en el desarrollo local sostenible del Municipio de Boa Vista, Roraima, Brasil, a través de la Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista - Coophorta. Este tipo de acción de política de medioambiente del Estado brasileño está inserida en el marco del Régimen Internacional de Medioambiente, especie de desdoblamiento doméstico de la Convención sobre la Diversidad Biológica y la Convención sobre Cambio Climático de las Naciones Unidas. Desde 1992 después de la Convención de Río de Janeiro, la política pública brasileña y de planeamiento para la Amazonia, ha tenido explícitamente el objetivo de alcanzar el desarrollo sostenible basado en la ideología de la sostenibilidad como estándar para el desarrollo. Esta tesis de Maestría analiza el caso de cooperación entre la Coophorta y el Fundo Amazonia – FA y sus impactos en el desarrollo endógeno, localizado en un espacio local con el objetivo de mejorar la calidad de vida de la población y de la preservación del medioambiente, aprovechando las oportunidades del territorio para alcanzarlo. La metodología de investigación es deductiva y se utilizaron los métodos: comparativos e histórico para responder a la pregunta de investigación. El primer capítulo se ocupa de discutir el concepto de desarrollo local sostenible y las variables que en él intervienen: el desarrollo local y el desarrollo sostenible. También se contextualiza el origen del desarrollo como concepto y se analiza la relación espacio y desarrollo desde una perspectiva crítica. El segundo capítulo muestra la relación entre la política pública ambiental brasileña y la ideología de la sostenibilidad. El tercer capítulo analiza la información contenida en los informes de gestión del proyecto n° 12426 y del FA. Se da tratamiento al Fondo Amazonía, su origen histórico, sus donantes internacionales, su sistema de gobernanza y sus recursos financieros. El FA se presenta como un programa pionero de REDD + y constituye una experiencia novedosa para promover la gestión sostenible de la selva. A modo de conclusión la Cooperativa se presenta como una herramienta de desarrollo endógeno localizada en la ciudad de Boa Vista. Se determina una influencia positiva de los fondos donados en el proceso de desarrollo. No obstante, pero los informes de gestión estudiados presentan falta de correspondencia lógica y metodológica e inconsistencia, de esta manera se dificulta medir el impacto de la inversión. Esta investigación es también una oportunidad para estudiar la intervención del Fundo Amazonía en la Amazonia brasileña.

Palabras claves: Desarrollo local sostenible. Régimen Internacional del Cambio Climático. Fondo Amazonia. Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista, Roraima, Brasil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Os elementos do conceito do desenvolvimento local sustentável .....	21
Figura 2 - Política Pública Brasileira.....	56
Figura 3 - Governança do FA.....	68
Figura 4 - Mapa do sistema de governança REDD+ brasileiro .....	69
Figura 5 - Valor Percentual do total do apoio, por Estado .....	73
Figura 6 - Os projetos do FA.....	74
Figura 7 - Valor percentual do total do apoio, por natureza jurídica do responsável.....	74
Figura 8 - Resultados do FA até 2015. Distribuição dos Recursos pelas componentes de apoio do Fundo Amazônia.....	82
Figura 9 - Caminhão com câmara fria capacidade para 16 toneladas. Veículo 01.....	90
Figura 11 - Veículo para assistência técnica .....	91
Figura 12 –Material de Escritório.....	92
Figura 13 – Veículo popular para tarefas administrativas.....	92
Figura 14 - Alunos atendidos com merenda escolar da Agricultura familiar.....	95
Figura 15 – Numero de colaboradores a cada ano.....	95
Figura 17 - Composição Societária .....	96
Quadro 1 - Comparativo da política da sustentabilidade na comunidade internacional e no Brasil.....	60
Quadro 2 – Distribuição dos dinheiros do FA.....	77
Quadro 3 - Lógica da Intervenção .....	81
Quadro 4 - Objetivos e Resultados dos projetos do FA .....	83
Quadro 5 - Indicadores Regionais do FA Relatório 2015 .....	85

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estados da Amazônia Legal brasileira ocupados por Unidades de Conservação e Terras Indígenas .....	55
Tabela 2 - Comparativo das doações recebidas pelo FA desde 2006 até 2014.....	71
Tabela 3 - Projetos apoiados e desembolsos 2009 a 2015.....	72
Tabela 4 - Projetos financiados pela parceria FA em Roraima .....	75
Tabela 5 – Projetos financiados pela parceria FA – FBB em Roraima.....	75
Tabela 6 – Produto Interno Bruto (1 000 000 R) 2010 - 2014 .....	76
Tabela 7 - Resumo dos itens financiados pelo Projeto nº 12426 da parceria FBB-FA.....	94

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:**

BID: Banco Interamericano do Desenvolvimento.  
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.  
CDB: Convenção sobre Diversidade Biológica.  
CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e Caribe.  
CNUMAD: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.  
COFA: Comitê Orientador do Fundo Amazônia.  
COOPHORTA: Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista.  
COP: Conferencia dos Estados Partes.  
CPDS: Comissão para o Desenvolvimento Sustentável.  
CPIT: Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais.  
CQMC: Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.  
CTFA: o Comitê Técnico do Fundo Amazônia.  
DLIS: Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.  
FA: Fundo Amazônia.  
FBB: Fundação Banco do Brasil.  
G7: Grupo dos Sete.  
GCUB: Grupo Coimbra das Universidades Brasileiras  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.  
IDS: Índice de Desenvolvimento Sustentável.  
IDSM: Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios.  
IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.  
OEA: Organização dos Estados Americanos. ONG: Organizações não governamentais.  
ONGs Organizações Não Governamentais  
ONU: Organização de Nações Unidas.  
PAEC: Programa de Alianzas para la Educación y la Capacitación.  
PAS: Plano Amazônia Sustentável.  
PIB: Produto Interno Bruto.  
PNRD: Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.  
PNUMA: Programa de Nações Unidas para o Meio Ambiente.  
PPCDAM: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.  
PPG7: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais.  
PRONAF: Programa Nacional de Agricultura Familiar.  
REDD: Programa das Nações Unidas para a Redução das Emissões causadas pelo Desmatamento e Degradação. REDD+: Programa das Nações Unidas para a Redução das Emissões causadas pelo Desmatamento e Degradação com manejo sustentável da floresta.  
RR: Roraima.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
<b>1 CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM.....</b>	<b>19</b>
1.1 DESENVOLVIMENTO, NA VERTENTE HISTORIOGRÁFICA.....	25
1.2 DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	30
1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E HUMANO. SURGIMENTO .....	35
1.4 A VISÃO CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/LOCAL, O “OLHAR DAS ESCALAS” .....	37
1.5 OBSERVAÇÕES FINAIS.....	40
<b>2 CAPÍTULO II: A SUSTENTABILIDADE COMO IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, NO PLANO INTERNACIONAL E NO BRASIL.....</b>	<b>41</b>
2.1 A IDEOLOGIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	41
2.2 A SUSTENTABILIDADE COMO IDEOLOGIA DA POLÍTICA, NO PLANO INTERNACIONAL .....	47
2.3 A SUSTENTABILIDADE .....	50
2.4 A SUSTENTABILIDADE COMO IDEOLOGIA DA POLÍTICA PÚBLICA, NO BRASIL .....	54
2.5 OBSERVAÇÕES FINAIS.....	61
<b>3 CAPÍTULO III: A COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA NO MARCO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A PARCERIA DO FA-BNDES/FBB/COOPHORTA. ....</b>	<b>63</b>
3.1 O FUNDO AMAZÔNIA: APRESENTAÇÃO.....	65
3.2 FUNDO AMAZÔNIA: OS RECURSOS ENVOLVIDOS.....	71
3.3 FUNDO AMAZÔNIA: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS .....	80
3.4 O CASO DE ESTUDO: A COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS E SUAS CARATERÍSTICAS .....	86
3.5 O PROJETO nº 12.426 DA PARCERIA COOPHORTA/FBB/FA-BNDES .....	88
3.6 OBSERVAÇÕES FINAIS.....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE .....	113
ANEXO.....	131

## INTRODUÇÃO

Escrever um texto sobre desenvolvimento ou simplesmente o ato de pensar o porquê uma comunidade deveria se desenvolver e alcançar tal padrão de qualidade de vida, nos leva a pensar os motivos pelos quais se estuda o desenvolvimento. Por que estudar a maneira pela qual uma comunidade poderia aproveitar melhor as oportunidades de um território? Por que melhorar a qualidade de vida, de educação e de saúde de uma população? Qual é a responsabilidade do Estado, da sociedade civil, dos *policy-makers*<sup>1</sup> em desenhar a política pública para garantir oportunidades, para evitar desigualdades que poderiam sofrer as regiões mais afastadas dos centros de poder político e econômico de um país? Talvez, a maioria das perguntas anteriores poderiam ser respondidas evocando a necessidade das pessoas de viver melhor e a responsabilidade do Estado para garantir isso.

Esta dissertação de Mestrado versa sobre desenvolvimento, sendo o resultado das reflexões e da pesquisa no marco da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, da Universidade Federal de Roraima localizada em Boa Vista (Brasil). O foco do texto centra-se em analisar a política pública ambiental do governo federal do Brasil e a cooperação internacional, instrumentalizada pelo Fundo Amazônia (FA) e sua influência no desenvolvimento local sustentável do Município de Boa Vista, Roraima, Brasil, através da Cooperativa dos Hortifrutigranjeros de Boa Vista (Coophorta), gestora de um Projeto do FA do primeiro semestre de 2013 até o primeiro semestre de 2015.

Este tipo de ação de política ambiental do Estado federal brasileiro se insere no contexto do Regime Internacional do Meio Ambiente, espécie de desdobramento doméstico das diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e de Convenção Quadro sobre Mudança Climática (CQMC) da Organização das Nações Unidas (ONU). No âmbito da Sexta Conferência dos Estados Partes (COP-6) da CQMC, o Brasil apresentou o Fundo Amazônia, em Nairóbi Quênia (África) 2006.

---

<sup>1</sup> Responsáveis de elaborar a política pública.

O Governo brasileiro recolheu a experiência do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) finalizado em 2009 depositando essa experiência na criação do FA como instrumento da política ambiental federal que recebeu doações de países como a Noruega e a Alemanha. O FA surgiu durante a gestão da Ministra de Meio Ambiente Marina Silva para atingir as metas do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

O Decreto nº 6.527 de 1º de agosto de 2008 regulamenta a criação do Fundo com o objetivo da “captação de recursos de doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da floresta no Bioma Amazônia” e sua gerência financeira compete ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apresentando uma complexa rede de instituições parceiras como a Fundação Banco do Brasil (FBB) as quais financiam projetos de instituições da Amazônia Legal.

Deste modo, surgiu a relação entre a Coophorta e o FA. O FA financiou no primeiro semestre de 2013 até o primeiro semestre de 2015 através da parceria BNDES-FBB a Coophorta, o Projeto n. 12.426 apresentado pela instituição boa-vistense

Cabe esclarecer que a Coophorta é para esta pesquisa um caso para explorar, analisar o conceito de desenvolvimento local sustentável no nível teórico, legal brasileiro e internacional. Porém, baseado nas pesquisas preliminares feitas, nos perguntamos: Será que a política implementada pelo Fundo Amazônia (FA) que tem por *locus* a Coophorta no Município de Boa Vista, Estado de Roraima (RR), tem conseguido implementar o desenvolvimento local sustentável?

Em resposta à pergunta anterior, surge a seguinte hipótese: Por um lado, se percebe que o FA apoia iniciativas de desenvolvimento local sustentável como parece ser o caso da Coophorta no Município de Boa Vista-RR, que apresentou um projeto que tem o objetivo de promoção da sustentabilidade em sua cadeia produtiva. No entanto, por outro lado, acreditamos que os relatórios da Cooperativa, quanto do FA, não são um instrumento metodologicamente consistente para inferir se realmente houve desenvolvimento local sustentável com os investimentos realizados. Em relação aos objetivos da pesquisa, o geral foi: analisar a política de desenvolvimento local sustentável implementada pelo FA tendo por

*locus* o projeto Coophorta, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima, a luz dos conceitos de desenvolvimento sustentável, do Regime Internacional de Meio Ambiente e a política pública brasileira a respeito.

Os objetivos específicos foram :

a) Examinar o conceito de desenvolvimento local sustentável, sua contextualização histórica e evolução teórica, tendo como ponto de partida o conceito de desenvolvimento entendido como progresso e crescimento, na visão das teorias econômicas clássicas. Em seguida, se apresenta a evolução, nesta sequência: o debate surgido na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe de 1950 tendo por referência a região latino-americana, o conceito de desenvolvimento sustentável surgido pela crise ambiental da década de 1970 e a perspectiva do desenvolvimento humano;

b) Contextualizar e analisar o surgimento do desenvolvimento sustentável como ideologia de desenvolvimento, no plano internacional, surgido nas Conferências Internacionais desde Estocolmo em 1972 na Suécia até a Cúpula da Terra em 1992 no Rio de Janeiro (Brasil). E a conseqüente criação do Regime Internacional de Meio Ambiente, cujas principais regulamentações são: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção Quadro das Mudanças Climáticas (CQMC). Abordar a recepção pelo Estado brasileiro do Regime Internacional de Meio Ambiente surgido nas Conferências Internacionais:

c) Analisar a política de desenvolvimento local sustentável implementada pelo FA tendo por *locus* o projeto Coophorta, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Esta dissertação se apresenta como análise desse complexo panorama, cujos principais atores envolvidos são o FA, o governo federal, as Organizações Internacionais, alguns países parceiros do Brasil e a Coophorta. A relevância desta pesquisa sobre o FA, se apresenta como inovadora já que há escassez delas na região norte do país (MARCOVITCH, 2013). Além disso, porque a política pública precisa ser estudada nas regiões onde seja objeto de implementação, pois é uma etapa que recolhe os *inputs* para a criação das novas ferramentas mais eficientes.

Finalmente a metodologia de pesquisa, teve como método abordagem o dedutivo, onde o enfoque partiu de conceitos gerais, para atingir conclusões particulares. Os métodos de procedimentos são mais específicos e tem a ver com as etapas da pesquisa, utilizaram-se

nestas laudas o histórico e o comparativo (ANDRADE, 2009). O primeiro é a ferramenta para contextualizar e construir o conceito do desenvolvimento local sustentável, desde a teoria econômica e também foi utilizado neste texto para elaborar o novo paradigma de desenvolvimento tendo como marco de referência o Regime Internacional de Meio Ambiente. Posteriormente, se utilizou o método comparativo para abordar o terceiro (BRESSAM, 2000).

Para a pesquisa propriamente dita usou-se documentação indireta e direta (ANDRADE, 2009) como os editais do Fundação Banco do Brasil (FBB), os relatórios do FA, da Coophorta, o Estatuto da Cooperativa, *sites* oficiais, dissertações, as convenções internacionais sobre o meio ambiente, legislação brasileira sobre o meio ambiente e também a bibliografia sobre os conceitos econômicos de desenvolvimento e seu surgimento histórico.

## **1 CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM**

Examina-se, aqui, o conceito de desenvolvimento local sustentável que será o pano de fundo da pesquisa. Esclarece-se, primeiramente, a diferença entre desenvolvimento, conceitos similares e algumas vertentes da economia que o abordaram contextualizando-se o surgimento do desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano. Volta-se, em um segundo momento, o olhar para a vinculação entre desenvolvimento e espaço geográfico e finalmente apresenta-se também uma visão crítica.

Cabe ressaltar que a visão apresentada é um recorte de perspectivas teóricas, sendo impossível abarcar a totalidade da informação existente sobre a temática. A este respeito, Sunkel; Paz (1970) esclarecem referida limitação epistemológica quando colocaram sua dificuldade para se manter atualizados sobre o fenômeno do desenvolvimento em 1970, em “*La Teoría del Desarrollo Económico*” diante do volume da produção acadêmica e publicação sobre o tópico. E isto ocorreu em uma época em que não existia a *internet*, bem como e-books nem revistas digitais.

Tem se preferido estudar o conceito a partir de uma perspectiva latino-americana, o que se justifica pela necessidade do debate sobre os problemas da região, desde uma visão própria no intuito de elaborar proposições e teorias inovadoras, fora do *mainstream* anglo-saxônico e assim evitar a recorrente aplicação de categorias de análise, que as vezes não permitem enxergar os problemas de estudo, por terem sido criadas em outros entornos sócio-políticos.

A presente dissertação de Mestrado gira em torno da análise da Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista, que funciona no Estado de Roraima, dadas suas características é um instrumento de desenvolvimento endógeno alocado na cidade de Boa Vista mas que tem influência em todo o Estado de Roraima. A instituição tem o objetivo de apoiar a cadeia produtiva de seus cooperados que são produtores de frutas, verduras e legumes.

Deste modo a Cooperativa apresenta-se como fenômeno de desenvolvimento no nível local, que ainda encontra-se atravessado pelas instâncias da cooperação internacional, no marco da ideologia da sustentabilidade. De fato, uma política pública ambiental do Governo

Federal Brasileiro que recebe doações da Noruega, da Alemanha e da Petrobrás, chamado Fundo Amazônia (FA) ocupa-se de incentivar a produção sustentável, a proteção do bioma Amazônia e a diminuição do desmatamento na maior floresta em pé do mundo apoia financeiramente a Coophorta para fortalecer sua cadeia produtiva.

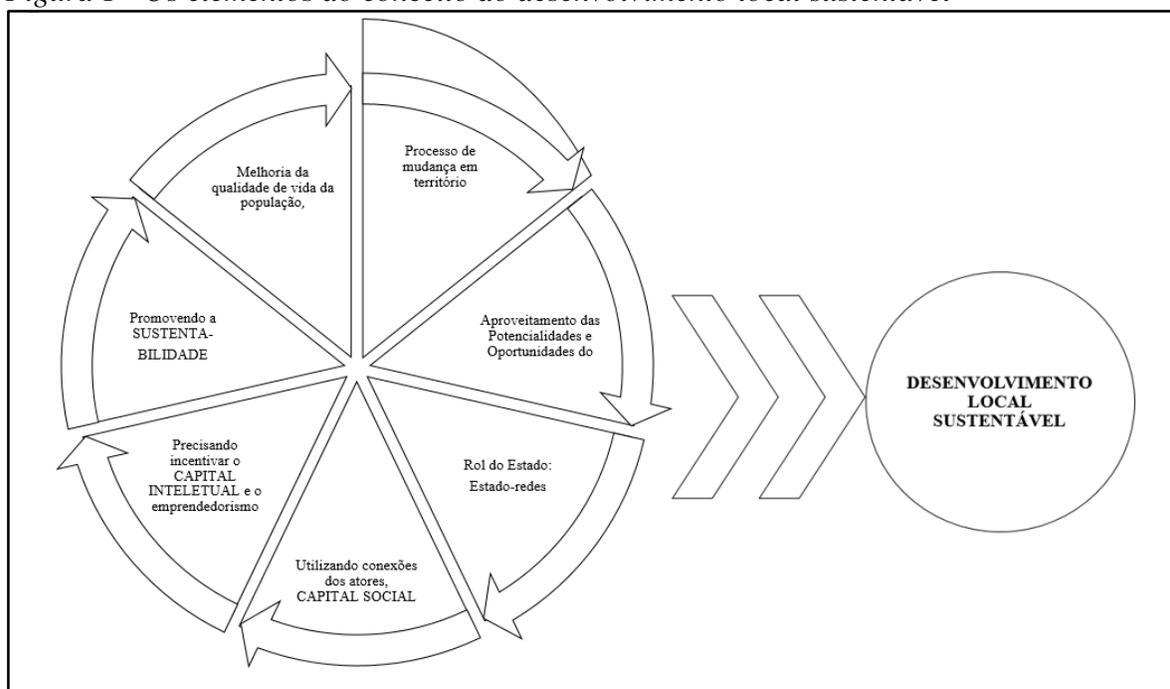
Para começar a discussão apresentamos um conjunto de perguntas em torno do conceito chave do capítulo, a saber: Quais são os elementos do desenvolvimento local sustentável? O que implica o processo de desenvolvimento? Ao longo destas primeiras laudas damos resposta às perguntas colocadas, tentando construir um conceito de desenvolvimento local sustentável que nos permita entender o fenômeno investigado.

O desenvolvimento local sustentável entende-se como um fenômeno de mudança que experimenta um território local que pretende criar ou potencializar suas vantagens, aproveitar as oportunidades existentes, melhorar a qualidade de vida da população, com a clara premissa de preservação do meio ambiente sem comprometer o bem-estar e o usufruto dos bens naturais pelas gerações futuras.

O fenômeno em questão parece ter os seguintes elementos no nível teórico: a) processo de mudança que permite aproveitar as oportunidades e potencialidades do território local; b) os fazedores dessa mudança são as instituições, as ONGs (Organizações Não Governamentais), o governo municipal, as instituições educativas e a população interessada, onde deveria emergir uma força interna que conduza o processo; c) formação de capital intelectual, que seja capaz de aplicar conhecimento e tecnologia; d) promoção da sustentabilidade entendida como um processo continuado que permitiria que as gerações presentes e futuras aproveitassem os recursos naturais; e) a melhoria da qualidade de vida da população como resultado final desejado.

Martins; Cândido (2008, p. 621) chamam a atenção sobre a continuidade do processo de desenvolvimento. Para eles deveria acontecer “de forma ampla e racional [...] inteiro e efetivo ao longo do tempo”. A seguir apresentamos os elementos do conceito em um gráfico de ciclo:

Figura 1 - Os elementos do conceito do desenvolvimento local sustentável



Fonte: Elaboração própria (2017).

Como já tem se colocado nos parágrafos anteriores, os enfoques do conceito de desenvolvimento são quase infinitos e nesta dissertação abordaram-se textos e autores que apresentaram o conceito completo composto por desenvolvimento + local + sustentável, nessa sequência. Nessa linha, compararam-se dois autores um deles é Buarque (1999) e a outra é Kronemberger (2011). Ambos apresentam o desenvolvimento local sustentável como a interação de duas variáveis de desenvolvimento local<sup>3</sup> e desenvolvimento sustentável. Para Buarque (1999):

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9).

<sup>3</sup> Para uma explicação mais aprofundada de desenvolvimento local ver item 1.2. Sugere-se ao leitor para ampliar a temática, a leitura de Vazquez Barquero, Alburquerque, Boisier, Costamagna e Arocena entre outros, reconhecidos pesquisadores do assunto vinculados a CEPAL.

Percebe-se nesse conceito a preocupação pelos recursos naturais, no entanto em páginas posteriores Buarque (1999) adiciona a variável sustentabilidade, dando para ela o sentido atribuído pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, onde o termo sustentabilidade foi legitimado após um longo processo de preocupação pela problemática ambiental e a alta conscientização na comunidade internacional sobre os danos ao meio ambiente

O desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente (BUARQUE, 1999, p. 32).

O conceito trazido por Buarque (1999, p. 32) destaca que o sistema econômico tem “relativa autonomia das finanças públicas”, isto é, o Estado não exerce papel dominante ou determinante sobre o processo das transformações econômicas, pois o mesmo é relativizado. Nesse caso a proposta de mudança econômica é endógena, no sentido de que se resgata o protagonismo dos demais atores da sociedade no processo de melhoria da qualidade de vida das pessoas de modo geral, a partir do funcionamento de economia que tenha a eficiência como valor e princípio central da estruturação da base material de existência ou base produtiva da sociedade.

Cabe destacar no conceito de Buarque (1999) a ênfase na sinergia social, entendida como a ferramenta para potencializar o processo de mudança da sociedade, isto é a mobilização das forças sociais em pós de conseguir o objetivo. A este respeito o referido autor coloca que o desenvolvimento local sustentável é composto por quatro elementos-chave: a) elevação nos níveis de vida da população, b) crescimento econômico, c) preservação ambiental dos recursos e d) aumento da participação social

Já o conceito de desenvolvimento local sustentável de Kronenberger (2011) recebe a influência da Agenda 21 Global, plano de ação para alcançar o desenvolvimento sustentável, criado pelas grandes Conferências Internacionais de Meio Ambiente. Cabe destacar o objetivo 13 desse documento que versa assim “promover a Agenda 21 e o desenvolvimento integrado e sustentável” (BRASIL, 2002, p. 62) e continua colocando a relevância da escala local nos processos de desenvolvimento em estas palavras:

Uma das grandes conquistas da última década foi o avanço na concepção do desenvolvimento que passou a ser visto de forma descentralizada e participativa, focalizada de maneira original no poder local” (BRASIL, 2002, p. 62).

Kronenberger (2011) explica que o desenvolvimento local sustentável, representa a interação de duas variáveis: desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável. De acordo com ela, “que são complementares e convergentes” (p.13) e pode ser atingido pela metodologia do desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS), o qual é definido como:

Um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens (FRANCO, 1998, p. 7, apud KRONENBERGER, 2011, p.38).

O DLIS traz uma importante variável ao debate, já que responde à polêmica pergunta, de quem é a responsabilidade de impulsionar o processo de desenvolvimento em uma comunidade para atingir um melhor padrão de vida? A esfera federal, a estadual, ou a municipal? As ONGs? Escolas, universidades, empresas? Kronenberger (2011) responde bem facilmente: TODOS são agentes aos quais cabe a responsabilidade de agir em prol do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Esse conceito implica a integração da sociedade, do governo, das empresas e do terceiro setor para conseguir o DLIS, sendo que os três níveis administrativos do Estado municipal, estadual e federal, tem um papel estratégico. A autora descreve que o Estado deve funcionar como Estado-rede onde existe parceria entre a sociedade civil e o governo para conseguir o bem comum (KRONENBERGER, 2011).

Dentre as funções do Estado encontram-se as seguintes: a) no marco de uma lógica vertical, precisa-se a coordenação de ações entre os níveis de governo estadual, municipal e federal, b) estímulo à participação população, c) a coordenação horizontal das ações dos diversos órgãos de governo, d) árbitro das relações entre os setores da sociedade, e) artífice da cooperação entre o mercado e a sociedade civil. No caso de dificuldade para receber as transferências dos níveis federais e estaduais, os municípios poderiam criar associações entre eles, com o intuito de aproveitar as vantagens latentes. Por tanto o Estado deve criar um novo

modelo de gestão da política pública adquirindo o papel de catalizador e facilitador do desenvolvimento (KRONENBERGER, 2011).

Assim os conceitos apresentados são visões que se complementam e permitem enxergar a importância do função do Estado como facilitador e catalizador do desenvolvimento, que não significa dependência da comunidade de recursos públicos por exemplo políticas públicas assistencialistas. De fato, a Cooperativa alvo da análise da dissertação tem por trás políticas públicas da Prefeitura de Boa Vista e do Governo Federal brasileiro que estimulam o seu funcionamento.

Observa-se a grande importância do capital social, do capital humano e do trabalho em redes dentro da sociedade para que a mudança concretize-se. Ou seja, para que se impulse um processo de desenvolvimento local sustentável a sociedade, as empresas e o Estado em seus três níveis devem contribuir, baseados em um planejamento estratégico que indique as metas. Embora o Estado tenha um papel chave como foi colocado, deduz-se a necessidade de um líder para conduzir o processo, capaz de enxergar as metas desejáveis e formar uma equipe de *policy-makers* que contribuam com o objetivo.

Portanto as forças que intervêm no processo de desenvolvimento local sustentável podem ser endógenas ou exógenas, ou seja, aquelas que surgem dentro do território local e as que são externas ao território local, respectivamente. Dentro do ambiente interno encontra-se o mercado, a sociedade civil e o governo local. As forças exógenas referem-se ao processo de globalização ou descentralização, como será explicado adiante.

Mercado, sociedade civil e governo local é um tripé que exige participação de todos os atores, as vezes aparece a vontade e o compromisso de um ator com o processo de desenvolvimento local sustentável, mas acaba não sendo suficiente, porque com o passar dos dias debilita-se. Por exemplo, podemos encontrar na experiência das políticas públicas para o desenvolvimento local sustentável, que passam por uma etapa inicial de boas expectativas, mas que não se derivam em boa aplicação ou bons resultados. As vezes as iniciativas surgem das organizações da sociedade civil, como cooperativas que precisam financiamento, ou ONGs que tem excelentes ideias, mas sem o apoio financeiro, não sendo possível dar continuidade à obtenção de bons resultados, daí a importância fundamental do Estado.

Também pode aparecer que o governo implemente políticas para o desenvolvimento local sustentável direcionadas às organizações da sociedade civil muito interessadas e ainda

assim o processo não se desenvolva segundo as expectativas. Onde se encontra a falha? Verbas repassadas insuficientes? Ausência de técnicos qualificados? Ausência de vontade e compromisso com a política pública do desenvolvimento? Ausência de vontade e compromisso por parte da sociedade? Ausência de capacitação adequada nas empresas? Aqui é onde voltamos à necessidade de atuar em redes e da instância do planejamento estratégico, de metas e procedimentos para alcançar o desenvolvimento como coloca Kronenberger (2011).

### 1.1 DESENVOLVIMENTO, NA VERTENTE HISTORIOGRÁFICA

A origem histórica do conceito de desenvolvimento está atrelada ao conceito de crescimento econômico. É conveniente começar problematizando o desenvolvimento e outras possíveis acepções, pois foi entendido como sinônimo de crescimento econômico até meados do século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial percebeu-se que alguns países apresentavam altos níveis de crescimento econômico medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) real; no entanto, por outro lado, constatou-se que grandes porções de sua população continuavam marginalizadas dos benefícios e bem estar material gerados pelo crescimento da economia. Aliás, passou-se a questionar a concepção de que altas taxas de crescimento da produção e da renda nacional resultariam em benefícios automáticos para a maioria da população.

A partir dos estudos e pesquisas efetuados com base nessa fratura conceitual é que se firmou o conceito de crescimento como fenômeno ligado à taxa de variação do PIB real, sem significar, necessária e automaticamente, a existência de derramamento de benefícios e bem-estar para todas as camadas da população, na medida em que há a possibilidade que o crescimento venha a ocorrer de forma concentrada em determinado espaço, território ou região e concentrado nas mãos de determinados grupos sociais.

De todo modo assinala-se que anteriormente a concepção de desenvolvimento econômica era associada de modo geral à ideia de progresso, desde os tempos da antiga Grécia até filósofos como Saint-Simon, Hegel, Kant e Marx, em que o futuro da humanidade era percebido como positivo; a visão da história era sempre otimista, se pretendia progredir de estádios (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011).

Nesse sentido, Furtado (2000) expôs que na Europa pode ser detectada a ideia de progresso como otimismo em três correntes de pensamento a partir do século XVIII, no iluminismo como corrente filosófica que tende ao progresso racional, na acumulação da riqueza que possibilita uma melhoria de vida na população, e, também, na expansão marítima dos Estados europeus para povos atrasados que aumentaria o bem-estar através da expansão da divisão internacional do trabalho, por exemplo.

Calegare; Silva Júnior (2011) sustentam que o progresso é caracterizado pelo crescimento econômico e tecnológico, sendo o século XVIII e XIX o período no qual essas ideias se expressaram ao máximo com a revolução industrial em que foram alcançadas melhorias materiais e avanços inimagináveis. Por essa razão, para os autores, progresso, crescimento econômico, industrialização e desenvolvimento das nações começaram a ser sinônimos.

Para José Eli da Veiga (2010), o crescimento é integrante importante do desenvolvimento, mas não são variáveis idênticas. Ele distingue que no processo de desenvolvimento a mudança é qualitativa, no enquanto, no crescimento econômico a mudança é quantitativa.

Veiga (2010) argumenta que é errada a percepção de que o crescimento econômico seja resultado da Revolução Industrial do século XVIII, já que houve um crescimento anterior que preparou o território europeu para essas mudanças, embora nos duzentos anos após as mudanças introduzidas pela I Revolução industrial, a humanidade tenha experimentado grandes alterações no padrão de vida. Esclarece o referido autor que não foi o surgimento das fábricas o que provocou o grande crescimento econômico, senão a união entre a ciência e a técnica no final do século XIX.

Para a economia clássica, na visão de Adam Smith, há uma ordem natural subjacente, e leis naturais pelas quais os indivíduos atuam maximizando seus benefícios e reduzindo seus custos, parece haver uma mão invisível que regula o mercado até seu ótimo sem necessidade de intervenção do Estado (SUNKEL; PAZ, 1970).

Em contraposição às doutrinas citadas, no século XIX, Karl Marx elaborou uma ampla teoria da história na qual criticou o capitalismo como sistema social porque seus modos de apropriação eram injustos, assim ele coloca que seria mais uma etapa da evolução, e suas próprias contradições o levariam à eclosão para alcançar o comunismo, sistema social

superior (SUNKEL; PAZ, 1970). Assim na sociedade comunista, tanto propriedade da terra quanto os meios de produção seriam coletivos.

Na década de 1930, após o crescimento espetacular da economia durante dois séculos, houve crise do capitalismo nunca visto, uma das causas foi a superprodução e, *a posteriori*, a queda da Bolsa de Valores de *Wall Street*, em 1929. Nesse contexto, surgiu a teoria de Keynes, com um postulado inovador sobre a função do Estado, o qual deveria intervir no mercado, implementando ativamente políticas fiscais, cambial e tributária. O Estado não podia permanecer à margem do processo econômico como acreditavam os clássicos e os neoclássicos, que a mão invisível iria ajustar a economia (SUNKEL; PAZ, 1970).

As escolas tradicionais da economia política como o liberalismo, o keynesianismo, o socialismo, surgiram na Europa, e refletiram sobre fatos que estavam acontecendo nessas sociedades, estabelecendo caminhos a seguir diante de problemas comuns. O economista sueco Gunnar Myrdal (1967 *apud* BRESSER-PEREIRA, 1967, p. 17) apresentou a seguinte crítica para a literatura dos países centrais: “grande parte dos livros que se publicam nos países desenvolvidos sobre os problemas dos países subdesenvolvidos são superficiais e completamente inaplicáveis”.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, emergiu uma corrente de pensamento na América Latina que questionou a universalidade das leis do capitalismo, argumentando que as teorias econômicas clássicas não conseguiram explicar adequadamente os problemas da região. Para Bielschowsky (2000) foi aproveitada aquela “rebelião keynesiana”<sup>7</sup> e surgiu na América Latina, na década de cinquenta, um pensamento próprio para tentar explicar os problemas da região.

Em 1945, foi assinada a *Carta de San Francisco* nos Estados Unidos por cinquenta países, pela qual se instituiu a Organização das Nações Unidas (ONU) que propunha-se trabalhar pelo desenvolvimento econômico, social e o progresso do planeta. A maioria dos países signatários foram latino-americanos subdesenvolvidos e tinham atravessado as consequências da depressão econômica da década de 1930 (SUNKEL; PAZ, 1970). Nesse sentido, os países latino-americanos começaram a demandar a necessidade de um organismo que atuaria promovendo a pesquisa de estratégias para alcançar a melhoria da qualidade de vida, a industrialização e a independência econômica.

---

<sup>7</sup>Palavras do autor.

Criou-se assim em 1948 a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que no começo parecia que seria mais um órgão inócuo do sistema ONU, sem opinião própria, sem capacidade de atuação, no entanto, os fatos revelaram o contrário (SUNKEL; PAZ, 1970), pois, as teorias da instituição permitiram compreender desde um olhar regional às causas da impossibilidade dos países de atingir certos patamares e propor iniciativas para consegui-los.

Sunkel; Paz (1970) advertiram que no seio da CEPAL, tanto pesquisadores, quanto alunos e prestigiosos *policy-makers* da região percebiam a falta de correspondência entre os conceitos elaborados nos países desenvolvidos e a realidade observada na periferia latino-americana. Precisavam-se de teorias próprias e análise das teorias centrais com espírito crítico.

A CEPAL é o principal *think thank*<sup>10</sup> da região no plano da política econômica latino-americana que estuda o desenvolvimento das economias latino-americanas e tem reconhecimento e trajetória internacional. Mas apesar disso, é difícil encontrar nos livros sua teoria. Bielschowsky (1998) imagina duas causas, pareceria que ocorre porque é centro de pesquisa e não instituição acadêmica, e se preocupa pelos problemas de desenvolvimento de uma região específica no mundo.

No que refere as teorias da escola cepalina estão relacionadas com: a) o esquema centro-periferia que declara a existência de dois tipos de países centrais e periféricos que intercambiam matérias primas e produtos industrializados; b) o comércio entre esses países produz deterioração nos termos de troca; c) o conseqüente e peculiar processo de industrialização da América Latina após a crise de 1929, d) a teoria da dependência, a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento; e) a tese da inflação; f) o método estruturalista para estudar o desenvolvimento dos países; e g) “a proposta de planejamento da CEPAL” para superar a dependência (BIELSCHOUWSKY 2000, p.26).

Prebisch, um dos secretários da CEPAL, após a análise de dados de comércio internacional dos países constatou que se estava produzindo a deterioração dos termos de troca. As economias latino-americanas, até 1929, cresceram exportando bens primários, carnes, cereais, café, minerais, borracha, frutas, entre outros. Com a queda da bolsa de *Wall*

---

<sup>10</sup> É um grupo ou instituição organizada para a pesquisa intensiva e para dar resposta aos problemas, especialmente nas áreas da tecnologia, social, estratégia política o armamento.

*Street*, caíram as exportações da região, porque as fábricas da Europa paralisaram, assim o mercado europeu reduziu a demanda dos bens latino-americanos e aumentaram as barreiras ao comércio internacional.

Consequentemente para América latina os preços dos bens importados aumentaram e diminuiu o preço e o volume dos produtos exportados, produzindo-se estrangulamento externo pela insuficiente quantidade de divisas para importação dos bens intermediários para as fábricas e consumo da população. Portanto a situação da região era de forte dependência ao mercado externo. Deste modo o comércio internacional não reportava os altos benefícios como predicaram as teorias clássicas e neoclássicas (BIELSCHOUWSKY, 1998).

Portanto os esforços de pesquisa da instituição foram encaminhados para elaborar estratégias e superar a dependência que tinha origem em variáveis externas. Nessa sentido, é apropriado apresentar a noção de desenvolvimento de Furtado (2000), para quem abrange outras variáveis além do crescimento econômico.

A ideia do desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdícios de recursos. [...] Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica (FURTADO, 2000, p. 22).

Para o autor o desenvolvimento vai atrelado ao subdesenvolvimento, que se apresenta como um processo cultural específico. As elites das sociedades subdesenvolvidas imitam as práticas de consumo das elites das sociedades desenvolvidas, produzindo-se o efeito demonstração e por decorrência o benefício não se estende ao total da população (FURTADO, 1984, *apud*, BIELCHOWSKY, 1998). Também dá origem à geração da formação de esquema centro-periferia internacional e a formação de esquema centro-periferia nacional (SUNKEL; PAZ, 1970).

## 1.2 DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO GEOGRÁFICO

O debate em torno do conceito de desenvolvimento e sua localização geográfica tem alcançado muita importância na explicação dos fenômenos socioeconômicos e políticos nos últimos anos. O desenvolvimento territorial, é um conceito que abrange outros conceitos e tem a ver com um limite geográfico, Boisier (1999) explica que:

*el desarrollo territorial se trata de un concepto asociado a la idea de contenedor y no de contenido. Territorio es recorte de la superficie terrestre, pero no cualquier territorio interesa desde el punto de vista del desarrollo (p.8).*

Assim podem-se estabelecer diferentes tipos de desenvolvimento de um país, de um governo estadual, de uma região, municipal, do bairro, entre outros. Boisier (1999) se pergunta qual é a diferença entre desenvolvimento local e regional: Segundo o autor, a diferença reside em uma dupla questão escalar, uma tem a ver com o território e a outra com uma escala funcional. E também com as relações entre os atores, na escala local as relações são de tipo familiares, no entanto na escala regional as relações são mais formais.

Recentemente registrou um avanço indeclinável da globalização com o aumento do fluxo da informação virtual e do transporte internacional de pessoas e mercadorias. Parecia que a globalização iria apagar as fronteiras dos Estados-nação, assim as divisas dos países se tornaram deléveis.

De tal modo, começaram a emergir fenômenos de natureza local no ambiente global como a “glocalização”, adquirindo força as regiões dentro do espaço nacional e se conectado com o entorno global (JIMÉNEZ, 2001). Não obstante, percebe-se a “endogeneização” das regiões em relação à tomada de decisões econômico-políticas que, de certo modo, foi provocada pelo processo de globalização e o fato das empresas estarem cada vez mais ligadas aos ambientes externos, realidade que vai acentuando-se a partir de 1980 (AMARAL FILHO, 2001).

Para Jimenez (2001, p. 10) “essa re espacialização do acontecer sócio–econômico e político, manifesta-se de múltiplas maneiras”<sup>11</sup>, como as disparidades de crescimento em um mesmo país, regiões subnacionais que têm melhor desempenho que outras. O caso da

---

<sup>11</sup> Tradução nossa.

América Latina é paradigmático no que refere a disparidades e distribuição da renda, sendo a região menos equitativa do mundo, apesar dos inúmeros planos de desenvolvimento local e regional implementados pelos Estados e por agências de cooperação internacional.

Cabe-se perguntar quais são as causas pelas quais algumas regiões se desenvolvem com mais êxito que outras, emergindo disparidades regionais. Amaral Filho (2001) levanta que as primeiras explicações no sentido espaço e desenvolvimento apareceram no contexto alemão de aglomeração, concentração e localização industrial relacionadas com inovações tecnológicas e acumulação de conhecimento. Na década dos anos de 1950, do século XX, essas teorias se modernizaram e surgiram os conceitos de polos de crescimento, encadeamentos e causação circular cumulativa, isto é, geração de valor de baixo para cima.

Nos anos de 1970, o debate centrou-se no que foi a crise do modelo fordista de produção gerando lugar para as pequenas economias, e o novo papel dos atores locais. Esse tipo de processo de desenvolvimento endógeno em que as empresas se agrupam por tipo, aproveitando custos, acumulação de conhecimentos e tecnologia tem a ver com os estudos dos casos das indústrias surgidas na terceira Itália (AMARAL FILHO, 2001). O autor define o desenvolvimento endógeno como

um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. [...] O caráter endógeno desse processo não tem um sentido auto-centrado na própria região ou no local e, segundo, que seus fatores propulsores podem ser vistos tanto pelo lado da endogeneização da poupança ou do excedente como pelo lado da acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas, com repercussões sobre o crescimento da produtividade dos fatores (p.2).

Nos anos de 1980, o modelo da acumulação flexível também chamado post-fordismo ressuscitou o sucesso da *Tercera Itália*, e os conceitos de *Marshall* que proporcionaram uma explicação alternativa à crise do petróleo de 1973. Estava-se, pois, frente a uma nova revolução do sistema fabril que incluía a tecnologia desenvolvida na empresa, assim como as relações das empresas dentro de uma mesma região. A partir desse conceito abriu-se o leque de pesquisas e as vertentes teóricas nesse sentido (JIMENEZ, 2001).

Tanto Amaral Filho (2001), quanto Jimenez (2001) reparam no surgimento do modelo de crescimento endógeno, aliás, o valor que cresce no coração de uma região por suas próprias características, permite a criação de valor numa região "de baixo para cima", no caso as empresas começaram a se agrupar por tipo aproveitando as tecnologias e conhecimento existente numa região para se desenvolver. Jimenez (2001) coloca que está comprovado que as regiões mais bem sucedidas são: “aquelas onde os valores e as instituições, ou seja, o ambiente sociocultural salienta o potencial tecnológico econômico do desenvolvimento local<sup>13</sup>” (p. 46).

Para Amaral Filho (2001) o município ou governo estadual adquire um novo papel na coordenação da ação coletiva para o melhor aproveitamento das oportunidades, vantagens, e dar resposta às demandas da população, assim, é justificável a descentralização dos bens públicos federais. Por essa razão, tem aparecido um novo modelo de desenvolvimento regional endógeno, que tem conceitos como *cluster*<sup>14</sup>, distrito industrial e ambiente inovador<sup>15</sup>. Finalmente, o autor coloca que é importante que os atores, instituições, sejam do nível micro, meso, macrorregional, lutem para preservar as condições de competitividade da região em vistas do que pode ser o declínio da mesma.

Um outro conceito que combina a variável espaço e desenvolvimento é o desenvolvimento local, o surgimento do fenômeno tem a ver com as reformas neoliberais do Estado-nação ocorridas na América-Latina em 1990. As estratégias e políticas públicas que impulsionam o desenvolvimento local combinam a criação de valor em um território e/ou aproveitamento das vantagens, pela mobilização dos atores locais. Adquire grande importância o governo municipal na coordenação da ação para o sucesso das regiões.

No que respeita à evolução histórica do conceito na América Latina, Altschuler; Casalis, (2006) colocam que o padrão de desenvolvimento desde 1950 até 1980 era de cima para abaixo. No começo da década dos anos de 1950, os Estados impulsaram a substituição de importações e o planejamento industrial. Nesse contexto, o município funcionava só como órgão administrativo, visto que as decisões se concentravam em patamar federal. No entanto, segundo os autores, esse modelo de desenvolvimento quebrou-se pela abertura econômica, a

---

<sup>13</sup> Tradução nossa: “*aquellas donde los valores y las instituciones, o sea, el ambiente sociocultural impulsa el potencial tecnológico económico del desarrollo local*”.

<sup>14</sup> Grupo de empresas ou indústrias da mesma atividade, que estão localizadas no mesmo espaço geográfico.

<sup>15</sup> Tradução nossa: milieu innovateur.

crise das dívidas externas, e as políticas econômicas implementadas do Consenso de Washington nos países da América Latina, em que o novo papel do Estado federal deveria ser mínimo.

Portanto, começaram as transferências de funções do governo federal aos governos estaduais e municipais, gerando um espaço para que o município começasse a agir. Foram transferidas funções, às vezes, sem os recursos econômicos suficientes como a provisão pública da saúde, educação, além das outras funções tradicionais que já tinham os municípios. Segundo os autores, como consequência desse processo, os governos locais começaram a receber as demandas da população. Entende-se por desenvolvimento local:

Nesse sentido, se poderia entender o desenvolvimento local como a construção de um projeto coletivo de uma comunidade tendente a melhorar a qualidade de vida da população a partir da utilização e potenciação dos recursos e capacidades locais. As possibilidades de sucesso e sustentabilidade incluem além da construção democrática, a participação da comunidade, a geração de um processo econômico inclusivo, gerador de empregos, respeitoso do meio ambiente e da identidade local (ALTUSCHULER; CASALIS, 2006, p.10<sup>16</sup>).

Na Itália e na Espanha registrou-se um processo semelhante segundo Vazquez Barquero (2000) onde se gerou um entorno inovador no começo de 1980, como consequência da crise do petróleo, as pequenas empresas e os atores sociais, começaram a agir para enfrentar a crise econômica. Surgiu uma relação entre o global e o local, e pode se compreender assim: a) o global, como uma força que irrompe no espaço local; b) o espaço local freia a força global; e c) podem ser aproveitadas as oportunidades e desafios dos dois processos.

No começo do século XXI, a CEPAL encomendou um projeto de pesquisa em alguns países latino-americanos sobre experiências de desenvolvimento local, a equipe liderada por Alburquerque (2004), examinou sobre as causas do processo, concluindo que as políticas de descentralização não foram os únicos fatores que o causaram. Outras causas que originam os processos de desenvolvimento local têm que ver com a ineficácia das políticas do governo

---

<sup>16</sup> Tradução nossa: *desde una perspectiva integral basada en procesos colectivos inclusivos a partir de la utilización y articulación de los recursos y capacidades locales pero con una perspectiva de inserción mundial. En ese sentido, se podría entender al desarrollo local como la construcción de un proyecto colectivo de una comunidad tendiente a mejorar la calidad de vida de la población a partir de la utilización y potenciación de los recursos y capacidades locales. Las posibilidades de éxito y sostenibilidad implican además la construcción democrática, la participación de la comunidad, la generación de un proceso económico inclusivo, generador de empleo, respetuoso del medio ambiente y de la identidad local (ALTUSCHULER E CASALIS, 2006, p.10).*

federal nos pequenos territórios, em que se gera um espaço de maior participação para a população. O autor outorga um papel importante aos atores locais, as instituições que tentaram agir diante dos novos problemas.

Em referência as forças que potencializam o desenvolvimento local podem surgir no interior, ou fora do território alvo, ou seja, no primeiro caso podem ser atores locais no intuito de aproveitar uma vantagem e no segundo caso pode ser a descentralização ou uma nova empresa instalada no município. Assim Albuquerque (2004), depois da análise feita, expõe que no processo de desenvolvimento local precisa-se de uma rede de atores e instituições organizadas num território, o qual não pode se substituir por políticas econômicas de incentivo ao desenvolvimento, isto é, o planejamento para o desenvolvimento.

Para Buarque (1999), o desenvolvimento local tem que ver com um tipo de processo endógeno que abrange um espaço territorial como um município, uma microrregião e a forte consideração na análise do processo dos atores que estão intervindo. A população, os atores sociais, e o município são os geradores desse processo, o qual produz aproveitamento das vantagens e potencialidades da região e também aumenta as oportunidades da população para a melhoria das condições de vida, com o objetivo de gerar crescimento econômico.

Segundo Buarque (1999), há dois processos que influem no desenvolvimento local. Um deles é a globalização que produz um fracionamento do espaço nacional gerando um novo espaço de vantagens e oportunidades para os atores locais. O segundo processo é a descentralização do Estado federal, no caso brasileiro, que transfere funções aos governos estaduais e municipais. São processos independentes, no entanto, tem uma forte vinculação. O autor distingue a descentralização da desconcentração: no primeiro caso, é a transferência de autonomia de poder de decisão da união para os governos estaduais e municipais, no segundo caso, é quando existe delegação na gestão de projetos ou atividades. Então, surge um novo espaço de participação para a sociedade e para o governo local.

Para Buarque (1999), há vinculação entre desenvolvimento local e descentralização, ele explica o caso brasileiro. Com promulgação da Constituição de 1988 inicia-se um processo de repasse de funções e atribuições da união para os governos estaduais e os municipais, ou seja, começou um processo de descentralização político-administrativo e de transferência de recursos.

A descentralização está baseada no princípio da subsidiariedade, o qual propõe o que pode ser feito por uma unidade menor não deve ser feito por uma maior. Além disso gera, poder de decisão na sociedade local. A comunidade e seus atores locais podem levar seus interesses para o centro decisório que está ainda mais próximo, o que produz maior democratização das decisões e aumenta a participação (BUARQUE, 1999).

Di Pietro Paolo (2007) chama a atenção sobre uma situação comum na realidade latino-americana. É a região mais desigual do planeta, há pelos menos cinquenta anos que vêm se implementando planos de desenvolvimento, no entanto, continua a crescer de maneira desigual, os pobres latino-americanos estão em condições mais miseráveis, e os ricos continuam a aumentar seus patrimônios.

No que diz respeito ao assunto do conceito de desenvolvimento local e regional, o leque é grande, e ele crê que se dificulta porque há muita prática sem teoria. Para o autor, há uma grande confusão em relação a seu significado. Desse modo, é necessário entender o local em seu contexto, Arocena (1995 *apud* DI PIETRO PAOLO, 2007) afirma que o desenvolvimento não é unilateral, é preciso uma estratégia que envolva o Estado-nação, estadual e a instância global.

Em resumo, segundo os autores estudados, o desenvolvimento local é um processo endógeno, que se aloca numa cidade, município ou comunidade, em que os atores, as instituições, o município, organizam-se para aproveitar as oportunidades e vantagens que oferece o território e, assim, produzir melhoria na qualidade de vida da população. Parece ter um consenso entre os autores estudados a respeito das causas que criam esse processo, pode ser efeito da globalização, da descentralização e sem dúvida nenhuma os atores têm um papel estratégico assim como o Estado.

### 1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E HUMANO. SURGIMENTO

O desenvolvimento está associado à ideologia da sustentabilidade ambiental que emergiu nos anos 1960, com os relatórios como os do Clube de Roma (Limites do Crescimento), e do Relatório *Brundtland* (Nosso Futuro Comum), sintetizado no conceito de desenvolvimento sustentável que foi definitivamente legitimado por 172 países na ECO-92,

acontecida em Rio de Janeiro em 1992, que aprovou a Convenção Quadro da Mudança Climática e a Convenção da Diversidade Biológica.

Sachs (2008, p. 31) coloca que esse novo padrão tem ligação com a ética, porque além da preocupação pela questão ambiental surgiu a solidariedade sincrônica e diacrônica das gerações da humanidade no uso dos recursos naturais. Para o autor o desenvolvimento sustentável é um problema a ser enfrentado pelo planeta todo. Para resolvê-lo, as sociedades devem aproveitar o que a natureza ofereça, ao máximo, com o uso das novas tecnologias e, assim, ele formula a necessidade de construir uma sociedade “b ao cubo, o primeiro b representa a biodiversidade, o segundo b é a biomassa e o terceiro a biotecnia” (p31).

A origem pela preocupação ambiental originou-se nos anos sessenta do século XX como já foi colocado no parágrafo anterior, no entanto com o passar do tempo surgiram contradições. Os ecologistas e ativistas ambientais ao redor do planeta defendiam a preservação da natureza até o ponto do homem não intervir nela, mas como subsistiriam os pequenos agricultores, os ribeirinhos, sem acesso a sua fonte de alimentação? Assim a sustentabilidade não se restringe às variáveis ambientais só, tem a ver com a sustentabilidade social também. Esse é o ponto de interseção do desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento humano.

Nos anos de 1990, Amartya Sen, economista indiano, que desempenhava funções para o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), autor de “Desenvolvimento e Liberdade”, criou o conceito de Desenvolvimento Humano segundo o qual desenvolvimento pode se entender como o processo de expansão das liberdades que desfrutam os indivíduos. Um exemplo que o autor apresenta é o seguinte: em sistemas democráticos os governantes têm menos possibilidades de que a população tenha fome coletiva por muitos anos, visto que existe a liberdade de eleger governantes e assim evitar essas catástrofes. Ao contrário das ditaduras, esse controle social não acontece porque os cidadãos não são livres para votar (SEN, 1999).

#### 1.4 A VISÃO CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/LOCAL: O “OLHAR DAS ESCALAS”

Os autores aqui citados trazem uma crítica ao conceito de desenvolvimento local e regional. Desde a década de noventa voltaram à cena as estratégias de desenvolvimento local/regional, a implementação das agendas de desenvolvimento sustentável, palestras e seminários sobre gestão para o desenvolvimento. A questão regional apareceu e desapareceu muitas vezes das prioridades políticas dos governos, assim como também os momentos de planejamento regional. Vainer (2010) ressalta que são rupturas do sistema que acabam produzindo uma nova geografia.

O exame da economia política de cada projeto permitiria identificar a forma pela qual os atores políticos e as empresas nacionais e internacionais associam-se, mobilizando as elites locais e regionais para exercer o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política que descompõe o território nacional em novos fragmentos globalizados (VAINER, 2010, p. 278).<sup>18</sup>

A nova lógica do planejamento regional dá como resultado a fragmentação do Estado-nação em espaços menores que permite o ingresso e a submissão do território ao capitalismo e à globalização. Em tal sentido o marketing urbano que se implementa envolve conceitos como “desenvolvimento local, empreendedorismo territorial, atração de capitais”<sup>19</sup> (VAINER, 2010, p. 279). Cada município oferece inumeráveis atrações e vantagens para os investimentos estrangeiros.

Há uma grande competência entre municípios, cidades maiores, e regiões, para atrair empresas produzindo-se um Estado hobbesiano<sup>20</sup> de luta de todos contra todos, ou seja, das instâncias institucionais do Estado-nação, para atrair os investimentos. Então, a lógica capitalista entra nos territórios sem muitas dificuldades, sem regras, nem normas ou leis. Vainer (2010) ilustra o caso anterior com os coronéis da história política brasileira, na qual

---

<sup>18</sup> Tradução nossa: *El examen de la economía política de cada gran proyecto permitiría identificar de qué forma los actores políticos y empresas nacionales e internacionales se asocian, movilizandando a las elites locales y regionales para ejercer el control del territorio, constituyendo una nueva geografía física, económica y política que descomponga el territorio nacional en nuevos fragmentos globalizados*(VAINER, 2010, p. 278).

<sup>19</sup> Tradução nossa: *Desarrollo local, emprendedorismo territorial, atracción de capitales.*

<sup>20</sup> A expressão “estado hobbesiano” refere-se a luta de todos contra todos, *status* anterior a criação do Estado segundo Hobbes.

os tenentes tinham votos cativos em suas comunidades o que garantia-lhes poder e acordos com a classe política nacional.

Uma das causas da ruptura é a utilização das categorias importadas de vantagens competitivas ou de polos de crescimento, em que claramente operou a dinâmica do imperialismo cultural (WACQNAT-BOURDIEU *apud* VAINER 2010). Aquele ato de explicar fenômenos específicos de uma região periférica com categorias produzidas no centro, para Vainer (2010) é uma espécie de colonização levada a cabo pelo conhecimento, em palavras de Bourdieu e Wacquant é “*imperialismo cultural*” (2002, *apud*, VAINER, 2010, p. 284). É uma prática de pesquisa recorrente, que apresenta-se com maior presença após a grande globalização do conhecimento, até dentro dos contextos nacionais.

Vainer (2010) coloca o exemplo do *Silicon Valley* que foi utilizado de modelo pelo Brasil para implementar as estratégias de desenvolvimento regional. O quebramento do território nacional pela lógica capitalista e de globalização tem correspondência com o discurso político, para dar legitimidade as ações promovidas.

De tal modo, Vainer (2010) coloca que o desafio para o planejamento do desenvolvimento a escala nacional é o impulso de estratégias com apoio social, surgido do povo. Entre as diretrizes para construir o projeto em escala nacional, encontram-se a desarticulação das antigas oligarquias e elites tradicionais, a cooperação regional e internacional, o debate democrático das escalas, um projeto territorial transescalar que contemple as escalas local, regional, nacional, continental, internacional e a redução de desigualdades sociais e territoriais (VAINER, 2010).

Para Fernandez (2010, p.301) após a crise do petróleo em 1973 e o adveniente modelo post-fordista/toyotista, observou-se a popularização das categorias conceituais como “distritos, clusters regiões inteligentes, cooperação, capital e densidade institucional”<sup>21</sup>. A força e presença desses argumentos na literatura e no discurso dos pesquisadores, nas políticas públicas para o desenvolvimento parece que deram origem a um novo paradigma “regionalista/localista” (p. 301) [...] ou “pensamento único localista” (BRANDÃO, 2007, *apud* FERNANDEZ, 2010, p. 301) os quais ganharam força nos países do centro primeiro e após foram espalhando-se pelo resto do mundo.

---

<sup>21</sup> Tradução nossa: *distritos, clusters, regiones inteligentes, cooperación, capital y densidad institucional*.

No entanto, continuam sem resolução as disparidades regionais, e a América Latina continua sendo uma das regiões menos equitativas do mundo, e ainda pior, esse tipo de política tem conseguido aprofundar as diferenças inter-regionais. O autor coloca que para a região esses modelos foram popularizados por instituições como CEPAL e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (FERNANDEZ, 2010).

Fernandez (2010) tem feito uma análise de escalas para poder analisar os efeitos da globalização e o novo capitalismo. Para ele, os conceitos região e local são as categorias do novo capitalismo. O autor aborda regiões segundo o paradigma regionalista, não como fatos senão como categoria epistemológica, e assim poder desentranhar os interesses que tem por trás o modelo tri-escalar, constituído pelas escalas global, nacional e local (Taylor, 1982, *apud* FERNANDEZ, 2010, p. 307).

Fernandez (2010) explica o modelo tri-escalar segundo a metáfora das bonecas russas de Howit (1998, *apud* FERNANDEZ, 2010, p.308) como artefatos que encaixam um dentro de outro, mas cada um tem sua particularidade, e separadas, cada boneca não teria sentido. Para compreender o poder explicativo da metáfora é pertinente analisar o tamanho das bonecas. O tamanho implica que as escalas estão interconectadas sendo impossível que a menor tenha mais poder que a boneca maior, só nos limites que ela permite, sendo difícil pular elas.

O Regionalismo Dominante apresenta a escala local como plana, possibilitando a relação com a escala global, no senso “glocal”, desativando a capacidade do Estado-nação para intervir e da ação coletiva local, ou seja, há uma escala global com capacidade de penetrar o território local e a escala nacional sem nenhuma possibilidade. De fato, por trás dessa relação impulsada pela globalização há interesses, há atores (FERNANDEZ, 2010).

Esse novo panorama está legitimado pelos *policy-makers* e os acadêmicos do novo regionalismo que necessitam do capital global para o desenvolvimento, deixando debilitado o Estado-nação. Na época do fordismo, o Estado-nação podia intervir em favor dos mais pobres e das regiões menos desenvolvidas, ante a invasão das empresas multinacionais (FERNANDEZ, 2010). Agora a possibilidade do Estado-nação para intervir é quase nula, já que o território está desarticulado e as regiões competindo pelos investimentos.

Há uma grande necessidade de recuperar a escala nacional na pesquisa e no planejamento do desenvolvimento. Fernandez (2010) coloca alguns elementos chaves para

conseguir o desenvolvimento na escala nacional, assim o Estado-nação deve potencializar o crescimento e a acumulação endógena, a inserção regional para superar a dependência latino-americana. O modelo de Estado se apresenta assim:

qualificado para fazer uma intervenção estratégica na que o desenvolvimento de um processo de acumulação endógeno é compatível com uma bem sucedida inserção internacional e uma redistribuição universal e progressiva, a convocatória e um dinamismo regional nacionalmente articulado posiciona-se como elemento chave para o desenvolvimento latino-americano e tem o desafio de quebrar o antigo *path dependence*. O qual foi baseado na centralização autoritária, na exclusão territorial e na propensão mercado-internista e rentista dos atores concentrados no capital nacional e transnacional, não aparece ainda bem definido pelos difusores acrílicos do regionalismo dominante (FERNANDEZ, 2010, p. 335)<sup>22</sup>

## 1.5 OBSERVAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo ocupa-se de discutir o conceito de desenvolvimento local sustentável trazendo as variáveis que nele intervêm, mencionou-se o capital social, incluídos os atores da sociedade civil, as organizações não governamentais, o mercado e o Estado local. Definiu-se como um processo endógeno de mudança que tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, aumentando as oportunidades e direitos da sociedade, respeitando a cláusula da sustentabilidade. Nessa linha as políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento local sustentável são chaves para incentivar esse processo.

Posteriormente contextualizou-se o surgimento historiográfico do desenvolvimento. Nessa sequência aparece a problemática ambiental na década dos sessenta e a consequente preocupação na comunidade internacional pela natureza que faz com que a sustentabilidade permeie o desenvolvimento local sustentável também. Finalmente coloca-se uma crítica dos autores Vainer; Fernandes (2010) ao conceito do desenvolvimento local/regional argumentando que esse discurso quebra a possibilidade de agir do Estado-nação.

---

<sup>22</sup> Tradução nossa: *cualificado para habilitar una intervención estratégica en el que el desarrollo de un proceso de acumulación endógeno compatibiliza con una exitosa inserción internacional y una redistribución universal y progresiva, la convocatoria a un dinamismo regional nacionalmente articulado se posiciona como una pieza clave para un desarrollo latinoamericano desafiado a revertir su pesado path dependence. Este último, fundado en la centralización autoritaria, la exclusión territorial y la propensión mercado-internista y rentista de los actores concentrados del capital nacional y transnacional, no aparece aún bien computado por los difusores acrílicos del regionalismo dominante* (FERNANDEZ, 2010, p. 335).

## **2 CAPÍTULO II: A SUSTENTABILIDADE COMO IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NO PLANO INTERNACIONAL E NO BRASIL**

O capítulo dois ocupa-se de discutir o desenvolvimento sustentável como ideologia política internacional, cujo surgimento contextualizou-se na década de setenta com a preocupação pela poluição, no marco das Conferências Internacionais sobre a temática da preservação do ambiente, onde as mais importantes foram a de Estocolmo em 1972, na Suécia e a Cúpula da Terra em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil, na qual participaram 172 países. Nesse marco deu-se a legitimação da ideologia do desenvolvimento sustentável e sua institucionalização materializou-se através da criação dos chamados Regimes Internacionais dentre os quais destacam a Convenção Quadro das Mudanças Climáticas e a Convenção da Diversidade Biológica.

Os rebatimentos nacionais dessas mudanças da política internacional do meio ambiente ocorreram em diversas partes do mundo e no caso brasileiro elas estão presentes desde a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (1973) ligada diretamente à Presidência da República e oito anos depois, em 1981, aprova-se a Lei 6.938 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, consagrada pela Constituição de 1988.

Neste capítulo aborda-se o conceito de ideologia na política pública, e como essas ferramentas de governo são elaboradas e implementadas. Logo depois trata-se a sustentabilidade como ideologia no plano internacional, também discute-se a ideologia da sustentabilidade no plano da política pública brasileira e finalmente colocam-se as observações finais.

### **2.1 A IDEOLOGIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A ideologia como categoria conceitual das ciências sociais adquiriu múltiplos significados, alguns deles pejorativos, talvez devido ao uso que Karl Marx fizera dela como falsa consciência de classe, da qual os proletários deviam-se despojar para acabar com a exploração capitalista. Desde então em âmbitos políticos e acadêmicos identificava-se como encobrimento ou realidade disfarçada.

No decorrer da segunda metade do século XX do lado ocidental da cortina de aço, em clima de guerra fria, onde imperava a luta contra o comunismo, os governos alçaram suas bandeiras liberais-capitalistas atreladas à ideologia da classe burguesa e do progresso. Muitos Estados sul-americanos que estavam atravessando por cruéis ditaduras<sup>23</sup> fizeram própria a Doutrina de Segurança Nacional e combateram a ideologia comunista, nas universidades, nos sindicatos, nas famílias, na mídia entre outros âmbitos da vida social.

No entanto, na metade do século XX segundo Stoppino (1998) o conceito de ideologia adquiriu outras conotações e pode ser entendida como conjunto de ideias para a atuação que constituem a cosmovisão de um grupo de pessoas envolvido na arena<sup>24</sup> política.

Em relação à sua distinção entre Governo, regime e comunidade política, Easton distingue as Ideologias em *partidárias*, destinadas a organizar o consenso para tipos particulares de linhas políticas e de praxes de Governo; *legitimantes*, destinadas a sustentar ou a contestar o regime político e o direito de governar para os governantes; e *comunitárias*, voltadas para o apoio da persistência ou da transformação da comunidade política em seu conjunto (EASTON, apud STOPINO, 1998, p. 597)<sup>25</sup>.

Deste modo, parece que existe relação entre a definição da política pública e a fixação da agenda de Estado com a ideologia do governo. Assim quando determinado grupo está no pleno exercício do poder, sua ideologia norteia a definição da política pública e conduz as ações do Estado. Por exemplo Graglia (2004) define as políticas públicas como ações do Estado que estão orientadas a dar resposta as necessidades da sociedade, na seguinte citação coloca-se o conceito de políticas públicas. Mas como saber quais são as respostas certas ante as determinadas necessidades de uma população? Claro está que diante da mesma necessidade existem variadas respostas.

“as políticas públicas são definidas como projetos e atividades que um Estado, desenha e administra (no sentido de gestão) através de um governo e uma administração com a finalidade de satisfazer necessidades de uma sociedade”<sup>27</sup> (GRAGLIA, 2004, p.19).

<sup>23</sup> Argentina, Brasil, Chile e Uruguai sofreram golpes de Estado que não deram cumprimento a suas Constituições desrespeitando os direitos humanos. No caso de Paraguai, uma cruenta tirania governou o país por 30 anos omitindo a legalidade constitucional e dos direitos humanos.

<sup>24</sup> O que é a arena política?: “Se a política envolve a tomada de decisões coletivamente impositivas e portanto incorpora fatalmente disputas públicas em torno dessas decisões, a expressão “arena política” refere-se à delimitação do campo, do ambiente, da cena onde se travam essas disputas” (CODATO ADRIANO, 2017).

<sup>25</sup> Itálico no original.

<sup>27</sup> Tradução nossa: “Desde nuestro enfoque, las políticas públicas son definidas como proyectos y actividades que un Estado5 diseña y gestiona a través de un gobierno y una administración a los fines de satisfacer necesidades de una sociedad”.

Nesse conceito de política pública nota-se a distinção entre o ser e o dever ser, pois para o autor as políticas públicas devem atingir a um tipo de situação desejada, que é de satisfação social traduzido em respostas as necessidades da população e resolução dos problemas públicos. Graglia (2004) coloca que as políticas públicas são ferramentas para atingir uma situação de satisfação social ao bem comum, ao bem-estar da sociedade.

Ao pensar no dever ser das políticas públicas, deve-se sublinhar a satisfação social como qualidade de vida desejada ou bem-comum, por um lado, e por outro lado, a diferença entre necessidades sociais (gerais ou particulares) e os problemas públicos (ou estatais)<sup>29</sup> (GRAGLIA, 2004, p. 28).

O que é o bem-estar social? Como definir a satisfação social? Como os alcançar? Estas categorias amplas, que podem até caber contrários. Ninguém vai duvidar que garantir o emprego da maioria da população é um objetivo desejável, parte do bem comum, mas como o garantir? Com planos sociais ativos? Ou incentivando a iniciativa privada? Novamente depende da ideologia do governo.

De fato as políticas públicas devem partir de “uma situação de insatisfação social para alcançar a satisfação social”<sup>30</sup> (GRAGLIA, 2004, p.47). A equipe de governo é a encarregada de definir os problemas e as necessidades a resolver, baseados na opinião dos diferentes setores e atores da sociedade, segundo o modelo de formulação das políticas públicas<sup>31</sup> do autor. Essa etapa caracteriza-se por um exercício de priorização e sugestão dos problemas mais importantes e quais são as alternativas para os resolver e pela participação da população através do preenchimento de questionários e entrevistas.

Deste modo as políticas públicas atravessam outra etapa de legalização e legitimação através do apoio popular, para resolver problemas identificados pela equipe de governo, aliás um olhar direcionado pela ideologia para a sociedade ideal. Cabe esclarecer que as políticas públicas diferenciam-se em duas macro categorias: as propriamente ditas que são as ações de governo que duram o tempo desse governo e as segundas que são chamadas

---

<sup>29</sup> Tradução nossa: Al pensar el deber ser de las políticas públicas, se debe subrayar la satisfacción social como calidad de vida deseada o bien común, por una parte, y, por la otra, la diferencia entre necesidades sociales (generales o particulares) y problemas públicos (o estatales).

<sup>30</sup> Tradução nossa: “*situación de insatisfacción social para alcanzar una situación de satisfacción social*”

<sup>31</sup> O modelo das políticas públicas aborda-se algumas páginas mais adiante.

políticas de Estado e se definem para um período de tempo maior que pode abranger várias décadas e mais governos (GRAGLIA, 2004).

Colebatch (2005) da escola australiana da *public policy analysis* coloca que o ciclo das políticas públicas tem determinadas etapas também, ele esclarece que os problemas, que são a fase inicial do ciclo das políticas públicas, não existem em si mesmos e são na maioria dos casos definidos pelo governo. O autor fala de “construção do problema” (p.17) processo no qual estão envolvidos princípios filosóficos, opiniões e juízos de valor. De fato o autor chama o governo de “maquinaria para encontrar problemas” (p.17) na mesma linha do raciocínio antes colocado:

os problemas não existem em se mesmos. Eles se tornam reconhecidos através da avaliação e dos julgamentos sobre os objetos que estão longe de própria evidência... o estudo do governo envolve o exame não só dos princípios normativos derivados da filosofia política mas também da expertise e do saber-fazer dos fazedores da política pública e de vários tipos de especialistas, inclusive os acadêmicos, economistas, contabilistas, psicólogos, burocratas, cientistas sociais, policia, etc. (DEAN AND HINDESS 1998:9 *apud* COLEBATCH, 2005, p.17).<sup>33</sup>

Para visualizar melhor a relação que acreditamos que existe entre políticas públicas e ideologia, discutimos o seguinte exemplo: diante do mesmo índice de inflação, duas equipes de governo podem adotar diferentes soluções segundo sua ideologia política, ou seja cosmovisão de mundo. Os economistas cuja ideologia é a justiça social podem aconselhar a criação de mais planos sociais para reforçar o salário das famílias vulneráveis, e pelo contrário outra equipe de ideologia liberal pode sugerir a restrição ainda mais do dinheiro circulante (talvez até pode eliminar os planos sociais) com o intuito de diminuir a inflação.

A inflação é uma falha de mercado que torna-se um mecanismo perverso que gera pobreza e miséria afetando aos setores mais vulneráveis da sociedade, de ingressos fixos baixos impossibilitados de ajusta-os periodicamente ao ritmo do aumento dos preços. Qual é a política pública a adotar no campo econômico? Reduzir o déficit público, frear a emissão monetária e achicar o Estado para diminuir a inflação? Ou criar políticas sociais para as

---

<sup>33</sup> Tradução nossa: *problems do not exist in themselves. They become known through grids of evaluation and judgment about objects that are far from self-evident. ... the study of government involves the examination not only of normative principles derived from political philosophy but also of the expertise and know-how of policymakers and specialists of various sorts, including academics, economists, accountants, psychologists, bureaucrats, social workers, law enforcement officers and so on. Government exists in the medium of thought, of mentalities and rationalities of government (Dean and Hindess 1998:9)..(COLEBATCH, 2005, p.17).*

camadas mais vulneráveis da sociedade (reforçando seus ingressos para que não sintam os aumentos de preços) reduzindo as desigualdades de ingressos?

O leque de medidas a adotar é amplo e depende da ideologia do governo. De fato, a inflação é um fenômeno social complexo ocasionado por inumeráveis variáveis que tem a ver com hábitos culturais, estratégias de política monetária dos governos, e pelo consumo e investimento das famílias e empresas.

Vejam-se as diferentes medidas adotadas no Brasil diante da mesma situação inflacionária na ordem do 6,28% anual (ADVFN, 2017). Durante os governos de Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rouseff, começou uma fase de recuperação da economia brasileira que caracterizou-se por investimentos em políticas sociais ativas e expansão do Estado. No entanto a situação econômica durante 2016 foi de aumento da inflação. A herança das quase duas décadas nas quais o Partido dos Trabalhadores governou o Brasil, caracteriza-se por uma inflação do 6,28% anual que preocupa aos funcionários do governo do atual presidente Michel Temer. Portanto, nesses últimos meses estão se aplicando uma série de medidas econômicas para reduzir o Estado, demitindo empregados públicos, retirando os subsídios às tarifas de bens públicos, e recentemente suspendendo os concursos públicos. Nota-se a ideologia que está por trás de cada programa de governo, em um caso de Estado intervencionista e no outro mínimo.

Deste modo as políticas públicas elaboradas e implementadas por uma equipe de governo conduzem a uma sociedade ideal desejada pelo governo. É ruim isso? Claro que não, sempre que o povo o tenha escolhido em eleições livres através do voto, em pleno exercício dos direitos e da Constituição, e assim quanto maior respeito haja pelos direitos dos cidadãos mais democratizante será o regime.

Tanto para Graglia (2004) quanto para Ferraz (2014) as políticas públicas dos Estados estão influenciadas pelos fatos que acontecem na comunidade internacional, os atores internacionais exercem pressão nos âmbitos nacionais. Para Graglia (2004) os efeitos da globalização resumem-se em duas tendências, por um lado, a integração entre Estados-nação e por outro, a descentralização.

Para Graglia (2004, p.131) “a finalidade principal das políticas públicas deve ser uma sociedade (local, regional, nacional ou internacional), sendo a pessoa mais importante que a

sociedade e a sociedade mais importante que o Estado e o mercado”<sup>34</sup>. O autor incorpora na discussão teórica do destinatário das políticas públicas a sociedade internacional, embora não analise em detalhe o processo das políticas internacionais que regem a comunidade internacional.

No que refere as políticas internacionais, cabe refletir quais seriam as diferenças entre o padrão de gestão, desenho, implementação e controle das políticas públicas nacionais e internacionais? Algumas diferenças baseiam-se na natureza do Estado-nação, no princípio de soberania e no monopólio da violência, então os Estados-nação podem implementar as ações mais eficientemente para atingir resultados, no entanto a comunidade internacional não tem órgão superior que reja as ações e assim as decisões dependem do consenso e da cooperação internacional, dos organismos internacionais, e do *lobby* também.

No exercício de analisar uma política pública a literatura da ciência política costuma apresentar um modelo de diferentes etapas, onde o primeiro passo é uma situação problema a resolver ou diagnóstico, outro momento de decisão, implementação onde serão executados os programas planejados, uma fase de controle e avaliação, pela qual pode-se reiniciar o ciclo.

Graglia (2004) coloca que o diagnóstico é uma fase muito importante da política pública e deve se fazer com a equipe que está no poder, essa etapa ocupa-se de diagnosticar os projetos existentes e os projetos desejados. A fim de que o processo da política pública seja mais inclusivo cada uma das fases inclui entrevistas e questionários aos distintos setores da sociedade. Logo segue a legalização, pela qual a política transforma-se em ferramenta legal do governo através de leis, e finalmente a etapa de legitimação através da comunicação tem a ver com a apresentação da política pública perante a sociedade. Em palavras de autor as quatro etapas de seu modelo:

No diagnóstico analisam-se e avaliam-se tanto as necessidades insatisfeitas e os problemas sem resolução, quanto as possíveis alternativas para os resolver e a satisfação. Na decisão analisam-se e avaliam-se tanto as alternativas políticas quantos os projetos do governo para a gestão. Na direção analisam-se e avaliam-se a execução de atividades aplicadas na fase anterior. Na difusão analisa-se e avalia-se a comunicação das atividades informadas (p.52)<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> Tradução nossa: “*La finalidad principal de las políticas públicas debe ser una sociedad (internacional, nacional o local), siendo la persona más que la sociedad y la sociedad más que el Estado y el mercado*”.

<sup>35</sup> Tradução nossa: •*En el diagnóstico se analizan y evalúan tanto necesidades insatisfechas y problemas irresueltos como alternativas posibles de solución y satisfacción.*

•*En la decisión se analizan y evalúan tanto alternativas políticas como proyectos gubernamentales a gestionar.*  
•*En la dirección se analiza y evalúa la ejecución de actividades implantadas y operadas.*

Na mesma linha para Ferraz (2014) que tem analisado a principal literatura da ciência política inglesa e estadunidense sobre o tópico, o ciclo da política pública tem as seguintes etapas: definição da agenda, formulação, análise de alternativas e desenho da política, tomada de decisão, implementação e finalmente a avaliação. Assim

Para Colebatch (2005) o modelo da política pública é simplificação da realidade e para ele tem as seguintes etapas: “instrumentos da política, consulta, coordenação, decisão, implementação, avaliação, identificação de problemas e análise da política<sup>37</sup>” (BRIDGMAN & DAVIS, 2004, apud COLEBATCH 2005, p.16). Portanto percebe-se um consenso entre os autores antes colocados sobre as fases de análise da política pública.

## 2.2 A SUSTENTABILIDADE COMO IDEOLOGIA DA POLÍTICA NO PLANO INTERNACIONAL

Para os fins da presente dissertação, adotamos a hipótese do Professor Getúlio S. Cruz (2015) que coloca que a sustentabilidade tem se transformado na ideologia da política internacional repassada para os Estados nacionais, aos Organismos Internacionais, às ONGs no marco das Conferências e foros internacionais e especialmente para o Brasil. O diagnóstico da crise ambiental começou nos anos setenta, século XX; com a publicação de algumas pesquisas que vaticinaram um futuro de catástrofe ambiental para a humanidade, aos poucos foi tomando força o eco do desastre ecológico chegou aos âmbitos internos dos Estados. O acionar do Brasil é paradigmático, pois transformou-se no protagonista da proteção ambiental, adaptando e atualizando sua política pública aos parâmetros internacionais, como pode-se perceber no seguinte texto:

---

• *En la difusión se analiza y evalúa la comunicación de actividades informadas y divulgadas.*

<sup>37</sup> Tradução nossa: *policy instruments, consultation, coordination, decision, implementation, evaluation, identify issues, policy analysis.*

Mas, definitivamente, toda e qualquer proposta de intervenção do Estado brasileiro no espaço amazônico tem que se subordinar à lógica da ideologia da sustentabilidade ambiental, prevista na Constituição Federal de 1988, e consolidada na Cúpula da Terra, na Rio-92, bem como dos princípios dos direitos humanos dos povos indígenas. Esta condicionante tem natureza jurídica que reflete a nova visão política sobre o conceito de desenvolvimento regional, que se projeta para além da noção de crescimento econômico regional e do combate às desigualdades inter-regionais. É que ela incorporou ao conceito de desenvolvimento regional as dimensões relativas aos conceitos de sustentabilidade ambiental e de direitos humanos dos povos indígenas. [...] Após 1988, findado o período do Governo Militar, a formulação político-ideológica dessa nova ordem ambiental nacional nasce articulada com a ordem ambiental internacional que prospera desde 1972, cujas linhas ou diretrizes fundamentais ou centrais estão abrigadas na CF-1988 (CRUZ, 2015, p. 252).

O autor assegura que a ideologia do desenvolvimento sustentável da política brasileira conduz à reprodução da lógica de dominação centro-periferia. Ele acredita que a demarcação das terras indígenas e a criação das reservas ambientais na Amazônia entendem-se com a teoria de dominação das relações internacionais centro-periferia.

A premissa é de que esses vetores se desenvolveram seguindo a lógica de dominação do tipo Centro-Periferia, tanto do ponto de vista das relações internacionais, quanto sob a perspectiva das relações inter-regionais domésticas. Em qualquer situação dizem respeito a territórios criados ou incentivados pelo Estado para servirem tanto como —depósito ou reserva de capital natural, quanto como instrumentos de produção de serviços ambientais e de financeirização do processo de acumulação (CRUZ, 2015, p. 81).

Nesse sentido Cruz (2015) sustenta que a preservação do meio ambiente é uma ideologia contemporânea que expandiu-se pelos Estados Unidos, a Europa após a Segunda Guerra Mundial e também pela América Latina através do mecanismo centro-periferia e globalização. O ambientalismo é uma ideologia da pós-modernidade, cuja penetração nos Estados nacionais ocasionou-se porque as fronteiras deles converteram-se em porosas após a Segunda Guerra Mundial, mudando o conceito de soberania absoluta dos Estados-nação para soberania relativa. Deste modo os regimes internacionais vem atuar como canais da transmissão da ideologia da sustentabilidade e ONG e as Organizações Internacionais do sistema ONU como atores de pressão internacional para os Estados nacionais.

O paradigma do desenvolvimento sustentável surgiu após a publicação dos resultados do relatório de 1972 do Clube de Roma, chamado “Os limites do crescimento” onde vaticinava-se um futuro catastrófico para o planeta, o esgotamento dos recursos naturais, superpopulação e poluição (HIDALGO CAPITÁN, 1998). Com o passar do tempo houve

uma alta conscientização na comunidade internacional a respeito do assunto, então começaram as ações para proteger e preservar o meio ambiente

O Relatório conhecido com o nome de *Brundtland* de 1987 conciliou dois extremos meio ambiente e desenvolvimento e assim se formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual recolheu os avanços em matéria de meio ambiente e ecologia até então. O Relatório que adotou o nome da primeira Ministra norueguesa definiu:

A humanidade tem a capacidade de conseguir o desenvolvimento sustentável para garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. O conceito de desenvolvimento sustentável não implica limites - e não os limites absolutos, mas limitações impostas pelo Estado atual da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais e pela capacidade da biosfera para absorver os efeitos de atividades humanas. Mas a tecnologia e a organização social podem ser ambas administradas e melhoradas para dar lugar a uma nova era de crescimento econômico. A Comissão considera que a pobreza generalizada não é mais inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si, mas o desenvolvimento sustentável requer satisfazer as necessidades básicas de todos e que se estende a todos a oportunidade de realizar suas aspirações por uma vida melhor. Um mundo em que a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes ecológicas e outras<sup>38</sup> (ONU, 1987, p.16).

Segundo Avelhan (2013) com a maior conscientização mudou o padrão de comportamento das nações, que passaram da pesquisa, para às ações específicas tentando mitigar os problemas ambientais.

Desse modo em 1992 aconteceu no Rio de Janeiro, Brasil, a segunda CNUMAD também conhecida como Eco 92 ou Cúpula da Terra, onde os Estados concordaram em procurar um jeito para se desenvolver com justiça, equidade e respeito pelo meio ambiente. A reunião converteu-se em chave pela presença de 172 países do mundo no cenário da pós-guerra Fria, validando-se o desenvolvimento sustentável como novo paradigma de desenvolvimento do planeta (JANKELEVICH, 2003). Segundo Boff (2012, p. 35) “a

---

<sup>38</sup> Tradução Nossa: *Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept of sustainable development does imply limits - not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities. But technology and social organization can be both managed and improved to make way for a new era of economic growth. The Commission believes that widespread poverty is no longer inevitable. Poverty is not only an evil in itself, but sustainable development requires meeting the basic needs of all and extending to all the opportunity to fulfil their aspirations for a better life. A world in which poverty is endemic will always be prone to ecological and other catastrophes* (ONU, 1987, p.16).

categoria desenvolvimento sustentável adquiriu então plena cidadania e constituiu eixo de todas as discussões”.

Da Cúpula da Terra surgiram importantes regulamentações internacionais que constituíram o Regime Internacional de Meio Ambiente conciliando meio ambiente e desenvolvimento: a Carta da Terra, a CDB, a CQMC, os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas e a Agenda Global 21, um plano de ação para agir o desenvolvimento sustentável.

Esse conjunto de princípios que após uma longa discussão e debate entre as ONGs, e Estados deu origem ao Regime Internacional de Meio Ambiente, definido como “conjuntos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno do qual as expectativas dos atores convergem em uma área das relações internacionais”<sup>39</sup> (KRASNER, 1982, p. 186). Segundo Avelhan (2013) o Regime Internacional de Meio Ambiente é um dos mais complexos e importantes, já que tenta conciliar economia e meio ambiente.

Em encontros posteriores como a Eco+5 que ocorreu em Rio de Janeiro percebeu-se grande disparidade nas opiniões dos participantes das Conferências, as diferenças giravam em torno ao desenvolvimento capitalista versus as necessidades do ecossistema terra para ser preservado. Na Cúpula da Terra sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento em 2002, que teve lugar em Johannesburgo (África do Sul), também as repercussões foram grandes contradições e pouco conseguiu-se avançar sobre a temática da sustentabilidade, mas fizeram-se ouvir as grandes corporações presentes que não queriam que seus interesses fossem afetados (BOFF, 2012).

### 2.3 A SUSTENTABILIDADE

Definir o que é sustentável ou o que é desenvolvimento sustentável, bem como definir sustentabilidade, em abstrato, é uma atividade complexa que vai atrelada a grande quantidade de variáveis. Calegare; Silva Júnior (2011) refletem sobre a dificuldade de definir o

---

<sup>39</sup>Tradução nossa: “sets of implicit or explicit principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a area of international relations”<sup>39</sup> (KRASNER, 1982, p. 186).

desenvolvimento sustentável e eles colocam que atualmente tem tantas acepções e significados quantos autores, países, governos e organizações articulem essa palavra.

Veiga (2010) quando problematiza o conceito de desenvolvimento sustentável coloca que refere a “harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos” (p.171), formando-se um tripé da sustentabilidade social, ambiental e econômica que tenta conciliar não só o crescimento econômico com os limites finitos da natureza, senão também com o atendimento das necessidades da sociedade, e baseia-se

no duplo imperativo ético da solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional (p.171-172).

Difícil é também, avaliar se alguma atividade produtiva é sustentável e respeitosa do meio ambiente, pois o índice de sustentabilidade que elabora o IBGE no Brasil tem um leque de variáveis, mas que não isolam os impactos das atividades. Pareceria que as políticas internacionais ou dos Estados-nação que pregoam e incentivam o financiamento das atividades sustentáveis, depois não tem como aferir se o impacto da atividade respeita o meio ambiente.

Nesta dissertação de Mestrado, nossa pergunta chave é: Será que a política implementada pelo Fundo Amazônia (FA) que tem por *locus* a Coophorta no Município de Boa Vista, Estado de RR, tem conseguido implementar o desenvolvimento local sustentável? A pergunta de pesquisa tem profunda complexidade que precisa o exame do desenvolvimento sustentável como objetivo das políticas públicas. O FA é um instrumento da política ambiental brasileira do governo federal, para proteger o maior bosque úmido em pé do mundo, que recebe cooperação internacional da Alemanha, Noruega e Petrobrás.

Vamos começar problematizando o conceito da sustentabilidade, no marco das premissas ambientalistas, segundo a concepção filosófica e valores humanos por trás. Chama-se a atenção sobre a relação homem-natureza e tecnologia que supõe cada uma das três visões do ambientalismo: o Paradigma Social Dominante que considera que a natureza deve ser ordenada segundo uma hierarquia na qual o homem está acima. Outra perspectiva é o Ambientalismo Radical que introduz o conceito do respeito biocêntrico e o imperativo de

equilíbrio entre a natureza e o homem, porque os recursos têm limites finitos (EGRI e PINFIELD, 1998).

Dentro da perspectiva do radicalismo ambiental encontra-se a ecologia profunda que coloca que “os homens não têm nenhum direito de interferir na riqueza e na diversidade de todas as formas de vida (humanas e não-humanas), as quais possuem valor intrínseco ou inerente” (EGRI e PINFIELD, 1998, p.8). Finalmente a última perspectiva é a do desenvolvimento sustentável que segundo o autor tenta-se conseguir um equilíbrio entre o crescimento econômico e preservação dos recursos. Nessa perspectiva considera-se o papel dos *stakeholders* e da conservação dos bens comuns globalmente, ou seja os esforços dos atores pela conservação do meio ambiente.

Então as três vertentes anteriores podem se simplificar dentro dos dois extremos da economia ambiental que consideram os estoques de capital: a saber a sustentabilidade forte e a sustentabilidade fraca. A primeira refere à conservação dos estoques físicos de capital natural até o ponto do homem não intervir/utilizar/mexer neles. Tem a ver com o reconhecimento dos limites físicos do planeta e dos recursos, e propõe uma convivência harmoniosa do homem com a natureza. E a sustentabilidade fraca:

não proíbe a exploração do recurso, mas sugere que, em vez de continuar a exploração até o esgotamento físico ou econômico, deve haver um investimento<sup>42</sup> em capital natural, dos rendimentos derivados da extração de recursos, de maneira que a mudança líquida nesses recursos seja maior ou igual a zero (CAVALCANTI, 1994, p.151).

Na linha da sustentabilidade forte está o texto Os Limites do Crescimento do Clube de Roma de 1972. O filósofo brasileiro Leonardo Boff (2012) que participou da redação da Carta da Terra, explica que Cúpula da Terra coloca a necessidade de um novo começo, a humanidade devia escolher entre a destruição da sua casa, ou procurar uma alternativa. Assim a sustentabilidade apresentou-se como uma estratégia para o planeta recomeçar, e superar a destruição total que poderia acontecer. O autor exorta a população da terra a gerar uma nova atitude de vida, porque temos um futuro comum.

Boff (2012) acredita que a insustentabilidade da forma de vida atual dos seres humanos percebe-se em três aspectos: a) no sistema econômico-financeiro, que gera

---

<sup>42</sup> Itálico no original.

profundas desigualdades entre as pessoas, “os 20% mais ricos consomem 82,4% das riquezas da Terra, enquanto os 20% mais pobres têm que se contentar com 1,6% apenas” (p. 18); b) A insustentabilidade social da humanidade causada pelas injustiças e a falta de solidariedade; c) na era do antropocêntrico, está se extinguindo a biodiversidade porque o homem não respeita a natureza e aplica qualquer tecnologia desde as mais amigáveis até as mais agressivas para produzir; d) os efeitos do aquecimento global são graves porque ocasiona a mudança climática e desastres naturais. Para o autor a atual fase da relação entre o planeta terra e o homem é de agressão, similar a uma guerra.

Segundo as informações dos organismos responsáveis por medir o clima e a temperatura da terra para que se desenvolva a vida normal das espécies deve ser 15 graus Celsius, mas está aumentando devido as grandes quantidades de gases poluentes que são jogados ao ambiente. O Protocolo de Kyoto estabeleceu a meta de uma redução do 5,2% da temperatura ambiental, mas tanto Estados Unidos quanto a China, os maiores poluidores, não deram seu consentimento ao Convênio. Para mitigar os efeitos danosos do clima é necessário a adaptação dos ecossistemas e a diminuição da emissão dos gases poluentes. Diante desse panorama Boff (2012) insta a adotar o paradigma da sustentabilidade forte como uma questão de vida ou morte.

Se parássemos para pensar a magnitude da catástrofe ambiental que pode ocorrer se não forem tomadas determinadas medidas de proteção ao meio ambiente, veríamos que o panorama é assustador. A humanidade deve agir para proteger o planeta. Seria terrível se morrerem animais, se extinguiem-se as espécies de árvores, se morrerem pessoas ao redor do mundo por não terem água ou esfomeados mesmo. Ainda pior se morrerem produto da alteração do clima, do descongelamento dos polos glaciais, das inundações e complicações consequentes desses desastres ambientais. Que planeta estamos deixando para as gerações futuras?

O parágrafo anterior é um ensaio do pensamento da turma dos preocupados pelo meio ambiente, que veem o aquecimento global como catástrofe, ou seja, no marco da sustentabilidade forte. Nesse cenário de medo pelo futuro do planeta, surgem as preocupações sobre o que fazer para proteger as florestas em pé como componente principal do equilíbrio para manter o clima.

No entanto o conjunto de pesquisadores e ativistas sociais que pregoam a sustentabilidade fraca consideram que pode-se intervir na natureza e que os problemas de escassez e de esgotamento de recursos naturais serão resolvidos com a incorporação de tecnologia. Nesse esquema, o desenvolvimento sustentável constitui-se como o caminho do meio que propõe o uso dos recursos naturais, mas respeitando a cláusula da solidariedade diacrônica e sincrônica.

## 2.4 A SUSTENTABILIDADE COMO IDEOLOGIA DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Na conjuntura de 1970 caracterizada por pessimismo e preocupações pelos danos ambientais, poluição e aquecimento global, tornou-se fundamental preservar as florestas nativas em pé, porquanto são um mecanismo natural para absorver o dióxido de carbono, principal gás responsável da diminuição da camada de ozônio. Assim a Amazônia<sup>44</sup> virou foco das preocupações pelo desmatamento e as queimadas que estavam extinguindo a vegetação, sendo o maior bosque tropical do mundo que abrange 6,5 milhões km<sup>2</sup> da América do Sul.

No âmbito internacional surgiram tentativas de internacionalizá-la para protegê-la com o argumento de impedir uma catástrofe climática o que colocou em risco a soberania dos países onde está localizada a Amazônia, mas foi rejeitado rapidamente. Assim começaram os países amazônicos a ser objeto da pressão internacional para preservarem e desenvolverem sustentavelmente a floresta. Deste modo o regime internacional de meio-ambiente começou a se consolidar e exercer pressão sobre os países tropicais como coloca CRUZ (2015):

Há, portanto, pressões políticas internacionais que exercem enorme influência sobre a política nacional do meio ambiente, principalmente no caso dos países de florestas tropicais/equatoriais, onde o combate ao desmatamento ilegal e a criação de espaços territoriais protegidos aparecem como estratégias principais de política ambiental. Neste sentido, visam a sustentabilidade ecológica e/ou a proteção dos direitos humanos indígenas, em que a demarcação de suas terras aparece como ação fundamental na realização de tal meta (p.27).

---

<sup>44</sup>Abarca parte dos países de Bolívia, Peru, Brasil, Equador, Venezuela, Colômbia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa e a Amazônia Brasileira compreende os Estados de Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Roraima, Amapá, Tocantins e porção do oeste do Estado do Maranhão, também chamada de Amazônia legal ou Constitucional.

Em linha com a hipótese de Cruz (2015) entendemos que o desenvolvimento sustentável funciona como uma ideologia da política pública brasileira. A adoção dessa ideologia é uma reação brasileira à agenda da comunidade internacional. De fato a incorporação do regime internacional de meio ambiente ao sistema legal brasileiro condiciona o ação do Estado na criação de áreas protegidas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade biológica e cultural.

Getúlio Cruz (2015) demonstrou na sua tese que o Estado de Roraima criado com a Constituição de 1988, é um caso paradigmático da ideologia do desenvolvimento sustentável na política pública. Ele considera que é laboratório a céu aberto<sup>45</sup> para comprovar a eficácia dos regimes internacionais do meio ambiente. De fato, em Roraima as áreas protegidas abrangem 58% do total do território impedindo o uso desse espaço para a exploração pecuária, agrária, produção de energia e até restringe a circulação das pessoas e mercadorias, colocando o Estado em uma situação de dependência extrema dos recursos da União.

Tabela 1 – Estados da Amazônia Legal brasileira ocupados por Unidades de Conservação e Terras Indígenas

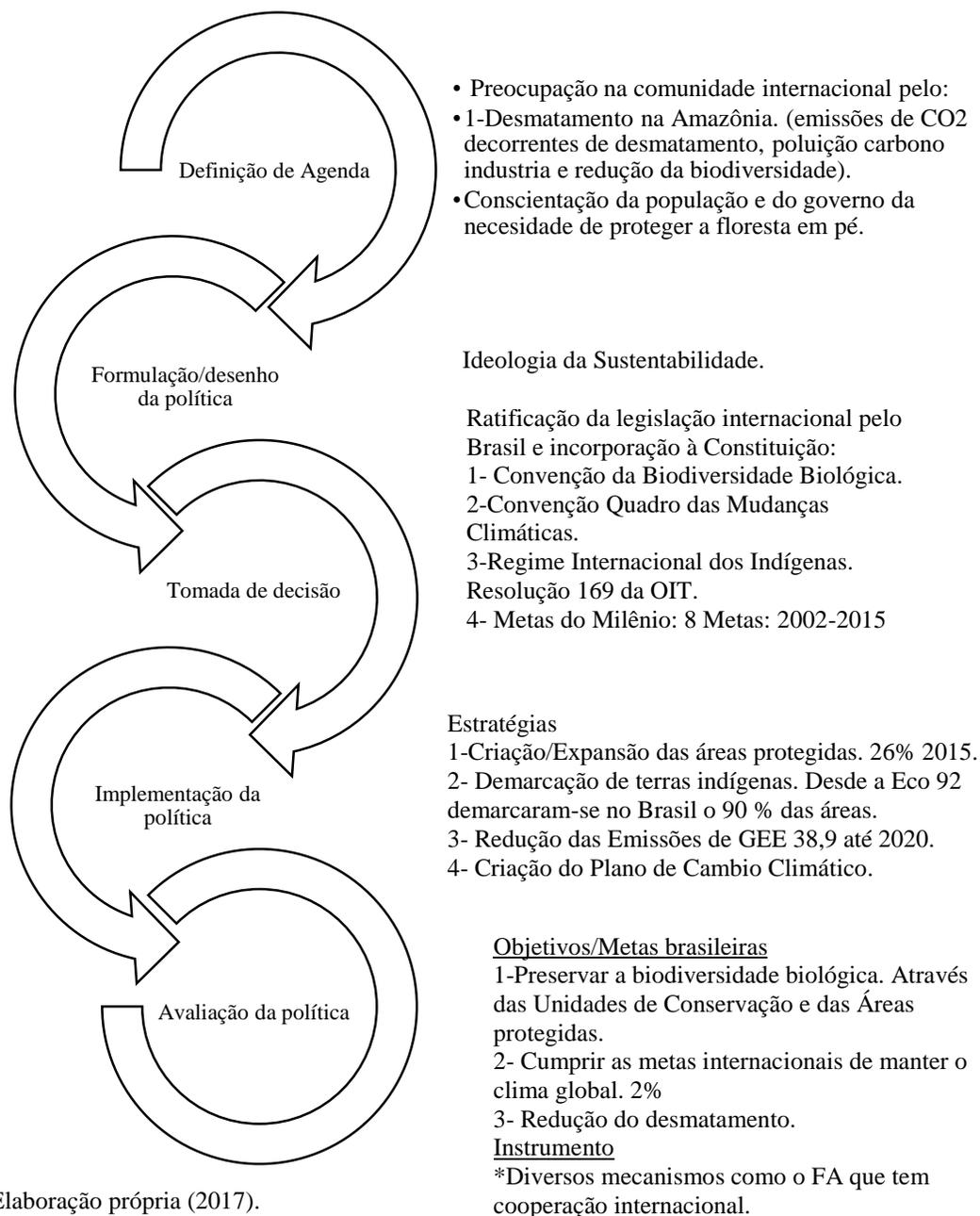
Estado	Área (km <sup>2</sup> ) A	Unidades de Conservação UCs B	Terras Indígenas TIs C	Total UCs+TIs D (B+C)	Áreas Protegidas (km <sup>2</sup> )
Acre	152.581	34,2	15,9	50,0	76.360
Amapá	142.815	62,1	8,3	70,4	100.504
Amazonas	1.570.746	23,5	27,3	50,9	798.808
Maranhão	249.632	17,4	8,3	26,1	65.242
Mato Grosso	903.358	4,6	15,2	19,8	178.722
Pará	1.247.690	32,3	22,7	55,0	686.384
Rondônia	237.576	21,6	21,0	42,7	101.345
Roraima	224.299	11,9	46,3	58,2	130.588
Tocantins	277.621	12,3	9,2	21,4	59.533
TOTAL	5.006.317	22,2	21,7	43,9	2.197.485

Fonte: CRUZ, 2015, p. 196.

Veja-se o quadro da política ambiental brasileira essas relações colocadas.

<sup>45</sup> Palavras do autor.

Figura 2 - Política Pública Brasileira



Fonte: Elaboração própria (2017).

Em 2000 foi ratificada pelo Brasil a Carta da Terra (BRASIL, 2016) e procedeu-se a dar caráter constitucional ao Regime Internacional de Meio Ambiente. O Brasil elaborou a Agenda 21, já que segundo o estabelecido na Agenda 21 Global (CNUMAD, 2000) cada país devia criar seu plano de ação para alcançar o desenvolvimento sustentável. Os órgãos encarregados foram a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e o Ministério

de Meio Ambiente, o acordo caracterizou-se por uma longa discussão que abrangeu o debate da população civil, ONG, governos estaduais e regionais (BRASIL, 2004).

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira incluiu discussões sobre as prioridades regionais do país. Assim reuniram-se Comitês para discutir as prioridades de cada região. A respeito da Amazônia se discutiram os objetivos no Encontro Regional Norte (BRASIL, 2001), documento que contém os alvos para o desenvolvimento da região norte.

Esse processo articulou-se em paralelo com a criação da seguinte legislação brasileira na qual está presente a ideologia do desenvolvimento sustentável: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) elaborada pelo Ministério de Integração Nacional e institucionalizada por decreto em 2007. Essa política tem como objetivo reduzir as disparidades regionais de um país de dimensões continentais, baseado na premissa de valorização das oportunidades locais e regionais, onde geralmente não há uma combinação com a incorporação de inovações tecnológicas (BRASIL, 2016).

A PNRD dividiu o país em regiões e microrregiões prioritárias para o desenvolvimento e articulou secretarias e fundos para cumprir esses objetivos. Também criaram-se planos de desenvolvimento regional para cada região, assim para a Amazônia elaborou-se o Plano da Amazônia Sustentável (PAS) (BRASIL, 2016). O PAS que está baseado em um diagnóstico feito sobre as antigas estratégias de desenvolvimento regional da Amazônia brasileira, as quais não levaram em consideração os impactos ambientais, social e cultural da intervenção do Estado.

Reconhece-se nesse documento a relevância da Amazônia para o equilíbrio ambiental do ecossistema mundial e o clima, por ser uma região de alta biodiversidade (BRASIL, 2008). O diagnóstico preliminar do PAS coloca também, que a exploração econômica do século XX em sua maioria foi predatória, sem analisar o impacto ambiental. Deste modo pretendeu-se fortalecer as cadeias produtivas das pequenas comunidades tradicionais, dos agricultores familiares, das comunidades quilombolas, e promover praticas produtivas sustentáveis, promovendo o desenvolvimento sustentável, assim:

um dos principais desafios a enfrentar é a construção de instrumentos que promovam e acelerem os processos de transformação das bases produtivas da Região Amazônica e que culminem no uso eficiente e sustentável dos recursos naturais, isto é, mantendo o equilíbrio ambiental, dinamizando a economia no médio e longo prazo e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. (BRASIL, 2008, p.65)

Nota-se que o Brasil tornou-se protagonista da política ambiental internacional adotando as prioridades da agenda ambiental internacional para a agenda interna e o desenvolvimento sustentável transformou-se no eixo da política pública brasileira, incorporando as premissas do regime internacional de meio-ambiente à legislação. Para Becker (2005) o meio ambiente no Brasil adquiriu “transversalidade” para todos os ministérios de governo federal na formulação da política pública, conciliando-se assim desenvolvimento e meio ambiente.

As políticas ambientais são no Brasil uma política de Estado que teve continuidade ao longo de muitos governos, desde Sarney até a atualidade. Nesse período foram criadas 90% das áreas protegidas no Brasil (CRUZ, 2015).

Para que se tenha uma ideia melhor do protagonismo que o Estado brasileiro vem assumindo, a Organização das Nações Unidas recomenda que em média os países destinem algo em torno de 17% de suas superfícies como áreas protegidas. Considerando os dados de 2015, esse percentual já atinge no Brasil cerca de 27%, quase o dobro daquilo recomendado pela ONU (CRUZ, 2015, p.271).

O Brasil adotou a Convenção da Diversidade Biológica mediante o Decreto Legislativo n. 2, de 5 de junho de 1992, desde então tem aplicado medidas para preservar a diversidade biológica que quantifica-se com 103.870 espécies animais e 43.020 espécies vegetais conhecidas no país, sendo que 20% da espécies animal e vegetal do mundo encontra-se em solo brasileiro (BRASIL, 2016). Após a adoção da CDB o governo brasileiro começou sucessivamente a demarcar terras como áreas protegidas, atualmente o patamar encontra-se em 26,26% do seu território terrestre destinado à proteção ambiental, superando amplamente as metas da CDB de 17% para 2020 (CRUZ, 2015, p. 163).

A Convenção Quadro da Mudança Climática tem como principal objetivo a cooperação internacional para conseguir o balanceamento da emissão de gases nocivos para a camada de ozônio para evitar o aceleração do efeito estufa, a adaptação dos ecossistemas às mudanças climáticas, assegurar a produção de alimentos e o desenvolvimento dos países. Essa legislação reconhece que a mudança climática é um problema que atinge a todos os países, que é de difícil solução e que precisa da cooperação, da pesquisa, da transferência de tecnologia. O Brasil aprovou a CQMC em 1994 sendo o primeiro país em ratificar (BRASIL, 2016). O Brasil comprometeu-se a diminuir suas emissões de gases poluentes entre 36% e 39% (CRUZ, 2015, p.27).

É preciso adicionar ao esquema anterior a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais (CPIT) de 1989, que acarreta as diretrizes da sustentabilidade na Amazônia brasileira e mais especificamente em Roraima. A CPIT atua paralelamente com a CDB na Amazônia brasileira pelo fato do estabelecimento das áreas protegidas e das reservas de biodiversidade (CRUZ, 2015). A CPIT também chamada Convenção nº 169 foi discutida, elaborada e aprovada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989 da OIT, na cidade de Genebra Suíça.

Desde suas origens no começo do século XX, a OIT tem se preocupado pelos povos originários que foram explorados nas colônias, tentando os proteger para que disfrutem de condições laborais dignas (OIT, 2011). Uma das principais inovações da Convenção é o reconhecimento da “autoidentidade indígena” e dos seus direitos para decidir de que modo querem viver e se desenvolver, isso inclui o respeito pelas seus costumes, cultura e suas terras. Deste modo a CPIT estabelece que os governos devem tomar medidas para identificar as terras dos índios e reconhecer seus direitos de propriedade e posse.

No seguinte quadro comparativo, observa-se o Regime Internacional de Meio Ambiente e o brasileiro, comparam-se as metas e as ações, assim pode se comprovar a correlação deles dois, e ainda a conexão da política brasileira ambiental com a internacional.

Quadro 1 - Comparativo da política da sustentabilidade na comunidade internacional e no Brasil

ITEM	POLÍTICA INTERNACIONAL DA SUSTENTABILIDADE	POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DA SUSTENTABILIDADE
DEFINIÇÃO DA AGENDA	<p>Preocupação na comunidade internacional pela crise ambiental:</p> <p>1-Perda da Biodiversidade. 2- Aquecimento Global.</p>	<p>Preocupação na sociedade brasileira por:</p> <p>1-Desmatamento na Amazônia. (emissões de CO2 decorrentes de desmatamento, poluição carbono indústria e redução da biodiversidade). 2-Maior consciência da população e do governo da necessidade de proteger a floresta em pé</p>
DESENHO DA POLÍTICA:	<p><b>Regime Internacional de Meio ambiente.</b></p> <p>1- Convenção da Biodiversidade Biológica. 2-Convenção Quadro das Mudanças Climáticas. 3-Regime Internacional dos Indígenas. Resolução 169 da OIT. 4- Metas do Milênio: 8 Metas: 2002-2015. 5- Metas do Milênio: 17 Objetivos: 2015-2030.</p>	<p><b>Ratificação da legislação internacional pelo Brasil e incorporação à Constituição:</b></p> <p>1- Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05/07/92 (aprovada pelo Decreto Legislativo 2/94 e promulgada pelo Decreto 2.519/98), tendo sido discutida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro de 05 a 14/06/92; (CRUZ, 2015, p.254-255). 2-Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em Nova Iorque, a 09/05/92 (aprovada pelo Decreto Legislativo 01/94 e Promulgada pelo Decreto 2.652/98); (CRUZ, 2015, p. 255). 3-Regime Internacional dos Indígenas. Resolução 169 da OIT Aprovada pelo Brasil em 2007. 4- Metas do Milênio: 8 Metas: 2002-2015. 5- Metas do Milênio: 17 Objetivos: 2015-2030.</p>
OBJETIVOS	<p><u>Objetivos/Metas</u></p> <p>1-Preservar a biodiversidade biológica. 2- Manter o clima global.</p>	<p><u>Objetivos/Metas brasileiras</u></p> <p>1-Preservar a biodiversidade biológica. 2- Cumprir as metas internacionais de manter o clima global.</p>
ESTRATÉGIAS no marco da CBD	<p>Estratégias</p> <p>-Criação/Expansão das áreas protegidas: <u>17%</u> do território mundial (CRUZ, 2015, p.26).</p>	<p>Estratégias</p> <p>-Criação/Expansão das áreas protegidas: <u>26,26%</u> até 2015 (Esse porcentagem não inclui as terras indígenas) (CRUZ, 2015, p.163).</p>

		-Além das terras indígenas que representam o <u>13,33%</u> do território brasileiro (CRUZ, 2015, p.187).
ESTRATÉGIAS no marco da CQMC	Manutenção do Clima: O clima global não pode superar até <u>1,5%</u> até 2100 medida em relação à temperatura média da época pré-industrial (Acordo de Paris 2015) (BRASIL, 2017).	
	-Redução das Emissões de GEE, até o <u>5%</u> para os países desenvolvidos, segundo o Protocolo de Kyoto (BRASIL, 2017). -Reduzir o desmatamento. -Criação de Planos para Controle do Clima.	-Adesão voluntária do Brasil ao Protocolo de Kyoto em 2002. - Anúncio da meta voluntária do Brasil de reduzir entre <u>36,00%</u> e <u>38,9%</u> suas emissões de GEE até 2020 (BRASIL, 2017). -Diminuição do desmatamento no Brasil caiu em quase um 90%. -Implementação do Plano de ação para a prevenção e controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) em 2004 (BRASIL, 2017). -FA é uma iniciativa pioneira.

Fonte: Elaboração própria baseada na informação do Brasil (2017) e Cruz (2015).

O quadro anterior permite analisar a relação entre a política internacional de meio ambiente e a política brasileira. De acordo com essa informação afirma-se que o Brasil superou amplamente as diretrizes de clima estabelecidas pela comunidade internacional convertendo-se em protagonista como coloca Cruz (2015). Entre algumas das medidas adotadas pelo Brasil que superam as expectativas e as metas da comunidade internacional está, por exemplo a adesão voluntária do Brasil ao Protocolo de Kyoto: enquanto alguns dos países mais desenvolvidos e poluidores ainda estão se negando a fazer parte dele. A meta brasileira de diminuição das emissões de gases poluentes entre 36,00 e 38,9% enquanto o Protocolo fixa 5% para os países desenvolvidos. Também a elaboração do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento na Amazônia Legal como recomenda o Convênio antes mencionado. A criação de reservas de biodiversidade *in situ* que no Brasil atingem ao 26%, enquanto a meta mundial é 17%, e ainda deve-se somar ao 26% o 13,33% de terras indígenas.

## 2.5 OBSERVAÇÕES FINAIS

O segundo capítulo demonstrou a relação entre a política pública e a ideologia da sustentabilidade, segundo a abordagem de Cruz (2015). No capítulo demonstrou-se que

surgiu no plano internacional a preocupação da mudança climática e foi adotada pelo governo brasileiro perante as pressões internacionais, dado o desmatamento na Amazônia. Assim é possível fazer uma correlação entre o Regime Internacional de Meio Ambiente e os rebatimentos na legislação brasileira, marco da política pública.

Ao longo do capítulo fez-se uma revisão histórica do surgimento do desenvolvimento sustentável. Após isso colocou-se uma revisão da legislação referente ao Regime Internacional de Meio Ambiente que está constituída pelos seguintes documentos jurídicos de Direito Internacional: a Convenção Quadro das Mudanças Climáticas, a Convenção Diversidade Biológica e as Metas do Milênio 2002-2015, Metas do Milênio 2015-2030. Em todos eles está presente a ideologia da sustentabilidade. Tanto a CDB quanto a CQMC foram resultado das reuniões no marco da II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, também conhecida como a Eco-92.

### **3 CAPÍTULO III: A COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA NO MARCO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A PARCERIA DO FA-BNDES/FBB/COOPHORTA.**

O presente capítulo tem por principal objetivo analisar a política de desenvolvimento local sustentável implementada pelo Fundo Amazônia (FA) tendo por *locus* a Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista, gestora de um Projeto do FA desde o primeiro semestre de 2013 até o primeiro semestre de 2015, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Deste modo, o problema que guiou a dissertação versa assim: Será que a política implementada pelo FA que tem por *locus* a Coophorta no Município de Boa Vista, Estado de Roraima (RR), tem conseguido implementar o desenvolvimento local sustentável?

A hipótese é a seguinte: por um lado, se percebe que o FA apoia iniciativas de desenvolvimento local sustentável como parece ser o caso da Coophorta no Município de Boa Vista-RR, que apresentou um projeto que tem o objetivo de promoção da sustentabilidade em sua cadeia produtiva. No entanto, por outro lado, acredita-se que os relatórios da Cooperativa, quanto do FA e o edital da FBB não são instrumentos consistentes para inferir se realmente houve desenvolvimento local sustentável com os investimentos realizados.

Colocada a hipótese, é possível adiantar algumas conclusões baseados na aplicação das técnicas de pesquisa em documentação direta (como os relatórios e editais) e em documentação indireta. Confirma-se que: os relatórios da Coophorta do Projeto nº 12.426, auditados pela Fundação Banco do Brasil, o edital da FBB para as Cadeias da Sócio biodiversidade do Estado de Roraima 003/2012 e os relatórios do Fundo Amazônia não são instrumentos consistentes no sentido lógico e metodológico para medir o impacto do investimento e da intervenção do FA no município de Boa Vista, não se observa relação lógica entre eles de tipo objetivo-resultado.

Os referidos documentos mencionados no parágrafo anterior, não contêm índices que permitam conhecer o impacto real dos investimentos. Por exemplo: os relatórios da Coophorta são instrumentos de gestão administrativa que informam como foi gasto o dinheiro apresentando faturas, quantidade de merendas escolares, quantidade de alunos e

escolas abastecidas e novidades da Cooperativa na imprensa boavistense, entre outras informações.

No caso do edital da Fundação Banco do Brasil, é um documento que contém os requisitos para apoio dos projetos e os focos a atingir. E os relatórios anuais do Fundo Amazônia não isolam o impacto da Coophorta no Município de Boa Vista, RR, nem apresentam índices para aferi-lo. Além de que nem a FBB, nem o FA criaram um mecanismo para aferir o desenvolvimento local sustentável e o desmatamento ou exigiram criar esse índice para os gestores do Projeto na Coophorta.

No entanto a Cooperativa estudada, é um caso de desenvolvimento endógeno alocado em território local, pois têm envolvidas uma série de características que permitem sustentar essa afirmação. A saber: 1) presença dos atores da sociedade civil e Estado: a prefeitura Municipal de Boa Vista financiou a criação de hortas na cidade, os produtores associados à Coophorta vieram a colaborar nesse processo de gestão das hortas além de que os produtos produzidos pela Coophorta são comprados pelo governo municipal e estadual; 2) o fim da Cooperativa: o objetivo da iniciativa da Prefeitura era abastecer as merendas escolares melhorando a qualidade de vida das famílias que poderiam trabalhar nas hortas e da alimentação dos estudantes receptores das merendas através do Programa Federal de incentivo à Agricultura Familiar (PRONAF); 3) aproveitamento das oportunidades e vantagens: terreno e clima apropriados para a produção de frutas e verduras e aproveitamento do investimento do governo; 4) a intervenção do governo federal se dá através do repasse não reembolsável do FA.

Diante disso, a Cooperativa é um meio para promover o desenvolvimento local, no entanto como já foi colocado os instrumentos contidos na documentação estudada não permitem medir impacto real da intervenção do FA no desenvolvimento local sustentável da cidade propiciado pela instituição. Questão ainda agravada pela complexidade da variável sustentabilidade que envolve uma grande quantidade de indicadores segundo o índice elaborado pelo IBGE.

Deste modo, o estudo do Projeto nº 12426 da Coophorta constitui-se em pretexto para problematizar o papel do FA na promoção do desenvolvimento local sustentável na Amazônia no marco da política pública ambiental brasileira, como se explica no decorrer das seguintes laudas. A estrutura da análise é a seguinte: em primeiro lugar, explica-se o Fundo

Amazônia, sua origem histórica, seus antecedentes, as leis que o regulamentam, a análise da informação contida nos relatórios e os repasses para os Estados, assim como as ferramentas de avaliação que o FA tem. Após disso, descreve-se a Cooperativa, sua origem e finalmente apresenta-se o projeto nº 12426 produto da parceria Coophorta-FBB-FA e a análise dos relatórios.

### 3.1 O FUNDO AMAZÔNIA: APRESENTAÇÃO

A Amazônia brasileira está no foco da política ambiental mundial pela importância que tem para a manutenção do clima como maior bosque úmido do mundo. Nesse marco, o Fundo Amazônia foi criado como instrumento para atingir as metas brasileiras do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, no Plano Amazônia Sustentável (PAS) que legitima o desenvolvimento sustentável como objetivo para o desenvolvimento da Amazônia (BRASIL, 2008). Além de ser um dos instrumentos para atingir as metas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) (GUIMARÃES, 2013). Esse planejamento brasileiro responde aos objetivos fixados na agenda 21 brasileira, que insere-se no contexto do Regime Internacional de Meio Ambiente e da Resolução nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na Sexta Conferência dos Estados Partes (COP-6) da CQMC, em Nairóbi Quênia (África) 2006 o FA foi apresentado pela Delegação brasileira, recolheu a experiência do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) (STUMP. D.; PINHEIRO, P. 2006). Naquela oportunidade, o mencionado programa foi apresentado como um mecanismo inovador de cooperação em prol de manter a floresta em pé através do manejo sustentável e do desenvolvimento produtivo.

O PPG7<sup>53</sup> surgiu em 1990, no contexto das pressões internacionais na mídia, de grupos ambientalistas e da preocupação dos países mais ricos do mundo, o Grupo dos Sete. Em sua reunião anual ocorrida em Houston (Estados Unidos da América) tiveram diversos tópicos dentre os quais encontra-se a poluição e o desenvolvimento sustentável, além de

---

<sup>53</sup> O PPG7 recebeu financiamento do G7 e do Alto Comissariado da União Europeia, dos Países Baixos, do Governo brasileiro, dos governos dos Estados e das organizações da sociedade civil (MONTANARI, 2011).

outros como por exemplo, o narcotráfico, o desemprego e o crescimento dos países em desenvolvimento (MONTANARI, 2011).

A respeito da poluição, os países se mostraram preocupados e decidiram destinar fundos para preservar as florestas, a Antártida, a biodiversidade biológica, os arrecifes de corais entre outras ações que eles acharam importantes para prevenir os desastres naturais (GROUP OF SEVEN, 1990). Os países do G7 viram a necessidade de que a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1992 discutisse o assunto e estabeleceram como prazo máximo até antes 1992 (DE ANTONI, 2010). Um trecho da declaração daquela reunião é colocada à continuação onde observa-se a preocupação:

A cooperação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento é essencial para a resolução dos problemas ambientais globais. A este respeito, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 será uma oportunidade importante para desenvolver um amplo acordo sobre ações comuns e planos coordenados. Tomamos nota com interesse das conclusões do Fórum de Siena sobre o Direito Internacional do Ambiente e sugerimos que estas sejam consideradas pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento de 1992. (...) (GROUP OF SEVEN, 1990, p.15)<sup>54</sup>

Nessa reunião o G7 mostrou a simpatia pelo novo governo brasileiro de Fernando Collor de Melo e manifestou o apoio para começar a trabalhar no PPG7 para mitigar os efeitos do aquecimento global e dar valor à floresta em pé, como se lê no parágrafo seguinte:

---

<sup>54</sup> Tradução nossa: *Cooperation between developed and developing countries is essential to the resolution of global environmental problems. In this regard, the 1992 UN Conference on Environment and Development will be an important opportunity to develop widespread agreement on common action and coordinated plans. We note with interest the conclusions of the Siena Forum on International Law of the Environment and suggest that these should be considered by the 1992 UN Conference on Environment and Development. (...)(G7/8, 1990, p. 15)*

Congratulamo-nos com o compromisso do novo Governo do Brasil de ajudar a deter essa destruição e a proporcionar um manejo florestal sustentável. Apoiamos activamente este processo e estamos prontos para um novo diálogo com os países em desenvolvimento sobre os meios de apoiar os seus esforços. Estamos dispostos a cooperar com o Governo do Brasil em um programa piloto abrangente para combater a ameaça às florestas tropicais do país. Solicitamos ao Banco Mundial que elabore uma tal proposta, em estreita cooperação com a Comissão das Comunidades Europeias, que deverá ser apresentada o mais tardar na próxima Cimeira Económica. Apelamos aos outros países interessados para que se juntem a nós neste esforço. A experiência adquirida neste programa-piloto deve ser imediatamente partilhada com outros países confrontados com a destruição das florestas tropicais. O Plano de Ação Florestal Tropical deve ser reformado e fortalecido, dando mais ênfase à conservação florestal e à proteção da diversidade biológica. (...) (*GROUP OF SEVEN*, 1990, p.15)<sup>55</sup>

A Alemanha exerceu a liderança no discurso de proteção da floresta amazônica para evitar uma catástrofe climática que atingiria o mundo e impulsionou o Programa de Proteção, que começou em 1995 até 2009 onde foram liberados 500 milhões de dólares americanos. O esquema de gerenciamento do PPG7 incluiu variados atores internacionais, governos dos Estados e ministérios (MONTANARI, 2011).

Seguindo esse modelo de governança o governo brasileiro criou o FA, que apresenta um complexo mecanismo de governança sendo que a sua gerência financeira compete ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em uma complexa rede de instituições parceiras como a Fundação Banco do Brasil (FBB) (BRASIL, 2008), membros do Ministério de Meio Ambiente e representantes dos Estados da Amazônia Legal brasileira.

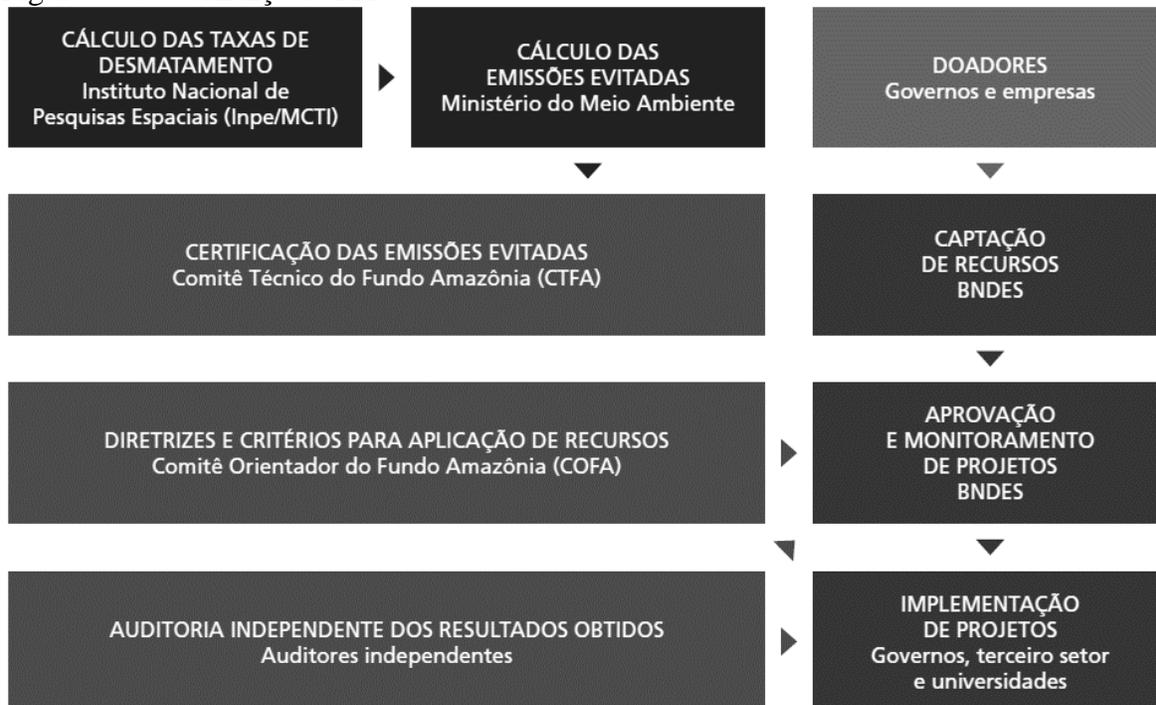
Então, com o objetivo de possibilitar a participação dos diversos atores envolvidos: foram criados o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) que confere as reduções das emissões de carbono, elaboradas pelo Ministério de Meio Ambiente. E também o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), que encarrega-se de determinar os padrões para

---

<sup>55</sup> 66. Tradução nossa: *We welcome the commitment of the new Government of Brazil to help arrest this destruction and to provide sustainable forest management. We actively support this process, and we are ready for a new dialogue with developing countries on ways and means to support their efforts. We are ready to cooperate with the Government of Brazil on a comprehensive pilot program to counteract the threat to tropical rain forests in that country. We ask the World Bank to prepare such a proposal, in close cooperation with the Commission of the European Communities, which should be presented at the latest at the next Economic Summit. We appeal to the other concerned countries to join us in this effort. Experience gained in this pilot program should immediately be shared with other countries faced with tropical forest destruction. The Tropical Forestry Action Plan must be reformed and strengthened, placing more emphasis on forest conservation and protection of biological diversity. (...)(G7/8, 1990, p. 15)*

distribuir os recursos financeiros e de realizar os informes de gestão do FA (BRASIL, 2015), como pode-se observar na próxima figura colocada.

Figura 3 - Governança do FA



Fonte: BRASIL 2016, p. 16.

Dalene (2011) levanta em sua pesquisa através de entrevistas a funcionários do governo brasileiro, o fato de que em 2003 alguns servidores brasileiros dentre eles Márcio Santilli, começaram a pensar a ideia REDD+ para o Brasil, baseados na seguinte premissa: se os países que têm florestas estratégicas para a conservação do clima se esforçam para diminuir suas emissões de gases poluentes, então poderiam receber uma recompensa por tal esforço:

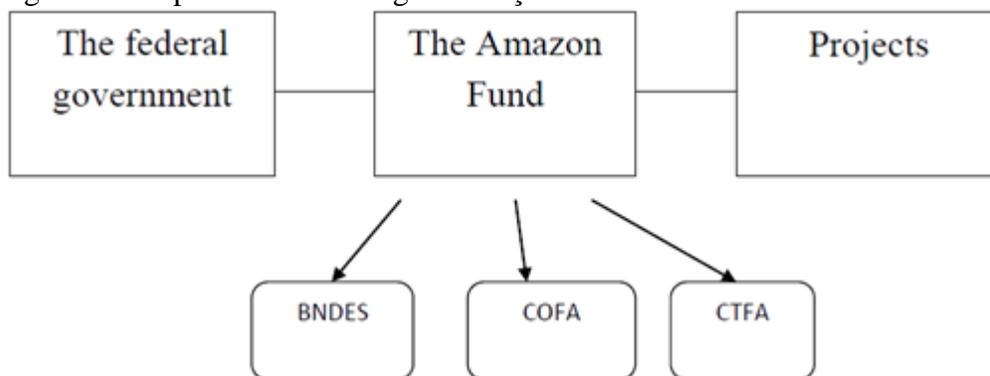
Em 2003, Márcio Santilli e outros colegas de trabalho começaram a desenvolver a ideia de REDD+, perguntando-se porque “não poderiam os países pobres ser premiados por reduzir suas porcentagens de desmatamento”? (Downie 2009) REDD+ não faz parte do Protocolo de Kyoto e CDM, no entanto espera-se que seja parte do acordo posterior ao Kyoto (Davis 2008)<sup>56</sup> (DALENE, 2011, p6)

<sup>56</sup> Tradução nossa: *In 2003 Márcio Santilli and some work colleagues started to develop the idea of REDD+, asking why “can't poor countries be rewarded for reducing their rates of deforestation”?* (Downie 2009). *REDD+ is not part of the Kyoto Protocol and CDM, however it is hoped to become part of a post Kyoto agreement* (Davis 2008). (DALENE, 2011, p.6).

Assim Dalene (2011) avaliou em sua dissertação de mestrado o FA como esquema de governança REDD+, apresentada ao Departamento Internacional de Meio Ambiente e Estudos do Desenvolvimento, Noragric, da Universidade Norueguesa de Ciências da Vida (UMB)<sup>57</sup>. A autora coloca que o FA é um mecanismo de REDD+ que diferencia-se do Programa das Nações Unidas para a Redução das emissões causadas pelo desmatamento e degradação florestal (REDD). Porquanto o REDD é um conjunto de estratégias que avaliam a quantidade de carbono contido nas florestas e procuram conservar para evitar o aquecimento global. No entanto, REDD+ é um conjunto de ações no sentido positivo para o manejo sustentável da mata.

Então o mecanismo REDD+ pode ser entendido com o conceito colocado acima, e ainda tem uma outra acepção, como sistema de governança internacional para conseguir as reduções de carbono, conservar os estoques e o manejo sustentável da floresta. Cada Estado tem sua própria estratégia de REDD+ (BRASIL, 2014). Dalene (2011) apresenta na figura que segue o sistema de governança do REDD+ brasileiro, entendido como sistema de atores que estão envolvidos na gestão do Fundo Amazônia e na decisão do destino dos recursos a saber: o BNDES, os funcionários do Governo brasileiro, os representantes da Amazônia Legal, a população civil, as ONGs, constituem o:

Figura 4 - Mapa do sistema de governança REDD+ brasileiro<sup>58</sup>



Fonte: DALENE, 2011, p.36.

<sup>57</sup> *The Department of International Environment and Development Studies, Noragric, is the international of the Norwegian University of Life Sciences (UMB).*

<sup>58</sup> Tradução nossa: *Figure 3 Organizational map of the Brazilian REDD+ governance system.*

O esquema REDD+ foi tratado na COP-19, em 2013, em Varsóvia, onde se estabeleceu que seria um mecanismo propício para apoiar os países em desenvolvimento que estiverem preservando suas florestas em pé, o que finalmente traria um bem maior para comunidade internacional e o bem-estar das gerações futuras. Trata-se de uma estrutura de cooperação internacional que requer a preocupação, o comprometimento e a colaboração de todos os estados. O esquema REDD+ estabelece a:

Arquitetura internacional para prover incentivos financeiros a países em desenvolvimento que estejam implementando políticas voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, à conservação florestal, ao manejo sustentável de florestas e ao aumento dos estoques de carbono florestal (BRASIL, 2014).

O Brasil tem regulamentado o conceito REDD+ através do Decreto N° 8.576/2015 que criou a “Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+”, que em seu artigo cinco habilita ao BNDES através do FA para solicitar pagamentos do sistema REDD+ sem prejuízo de outras instituições (BRASIL, 2015).

Art. 5º Sem prejuízo do disposto no art. 3º, fica reconhecido o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Fundo Amazônia, criado pelo Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, como elegível para acesso a pagamentos por resultados REDD+ alcançados pelo País e reconhecidos pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2015).

Na COP-22, em Marrocos, 2016, foram apresentados pela delegação brasileira do Ministério de Meio Ambiente os resultados da estratégia de REDD+ brasileira que envolve o FA após quase oito anos de implementação como estratégia pioneira no mundo<sup>59</sup>. Diversas fontes abordam o FA como uma estratégia REDD+ que está sendo tomada como modelo por outros países (DALENE, 2011; BRASIL, 2017; UNFCC, 2017<sup>60</sup>).

---

<sup>59</sup> *The concept of the Amazon Fund was first presented by Brazil at COP12 in 2006 with the fund formally established in 2008. As a pioneering initiative in the payment for results in REDD+, the Amazon Fund has provided significant resources to combat deforestation and to promote sustainable forest use.* <http://www.landscapes.org/glf-2015/agenda-item/2015-glf-day-2-sunday-6-december-2/6-parallel-discussion-forums/amazon-fund-the-worlds-biggest-conservation-experiment-from-results-based-payment-to-the-experiences-on-the-ground/> acesso 9 jan. 2017.

<sup>60</sup> <http://redd.unfccc.int/info-hub.html> (Acesso em 10 ja. 2017).

### 3.2 FUNDO AMAZÔNIA: OS RECURSOS ENVOLVIDOS

Recapitulando o FA é um instrumento da política ambiental brasileira para atingir os objetivos estabelecidos na Agenda 21 Global cujo antecedente remonta-se ao PPG7 implementado desde 1995 na Amazônia brasileira. E que após essa experiência foi concebido o REDD+ como novo mecanismo para manter as florestas em pé. No caso brasileiro as principais ações têm a ver com o controle do desmatamento, o incentivo das cadeias produtivas sustentáveis e o manejo sustentável da floresta.

O Decreto nº 6.527/2008 (Anexo A) de criação do FA estabelece como objetivos: a “captação de recursos de doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção, da conservação e do uso sustentável da floresta no Bioma Amazônia” (BRASIL, 2008, p.1). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o gerenciador do fundo encarregado de captar as doações.

A questão dos recursos envolvidos na gestão do FA apresenta-se difícil de compreender como se explica mais adiante, pela falta de transparência na documentação. Pois diferem os montantes das doações, dos recursos transferidos à FA/BNDES e recebidos pelas instituições beneficiárias. Neste ponto, cabe discutir a quantidade de recursos que os países comprometeram-se a transferir, os valores transferidos efetivamente e os valores recebidos pelos projetos na Amazônia Legal. Inicialmente os valores comprometidos pelos Governos da Alemanha e da Noruega, e da empresa brasileira Petrobrás são os seguintes segundo a seguinte tabela (BRASIL, 2016):

Tabela 2 - Comparativo das doações recebidas pelo FA desde 2006 até 2014<sup>62</sup>

DOADOR	VALOR CONTRATADO	RECURSOS INGRESSADOS	RECURSOS INGRESSADOS R\$	RECURSOS INGRESSADOS U\$
Governo da Noruega	7.342.680.000,00 NOK	7.342.680.000,00 NOK	2.775.082.559,17	1.100.276.320,84
República Federativa da Alemanha – KFW	21.000.000,00 EUR	21.000.000,00 EUR	60.697.500,01	28.323.207,40
Petrobrás	14.221.982,31 R\$	6.788.152,85 US\$	14.221.982,31	6.788.152,85
<b>TOTAL</b>			<b>2.850.002.041,48</b>	<b>1.135.387.681,09</b>

Fonte: FUNDO AMAZÔNIA (2017).

<sup>62</sup> \*Somatório das parcelas recebidas pelo Fundo. Valores convertidos para R\$ com base na taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil, das datas de ingresso de cada parcela, conforme disposto nos diplomas de doação.

Conforme a tabela, o maior doador do FA é a Noruega<sup>63</sup>. Isso obedece à parceria estratégica entre o país nórdico e o Brasil que começou em 2006 com a assinatura do memorando interno para cooperação em matéria de clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Deste modo, o Brasil é o maior receptor de ajuda internacional norueguesa (NOBRE, 2016). No seguinte quadro apresentam-se os valores transferidos do FA aos projetos. A somatória é bastante inferior aos valores transferidos pelos doadores:

*Tabela 3 - Projetos apoiados e desembolsos 2009 a 2015*

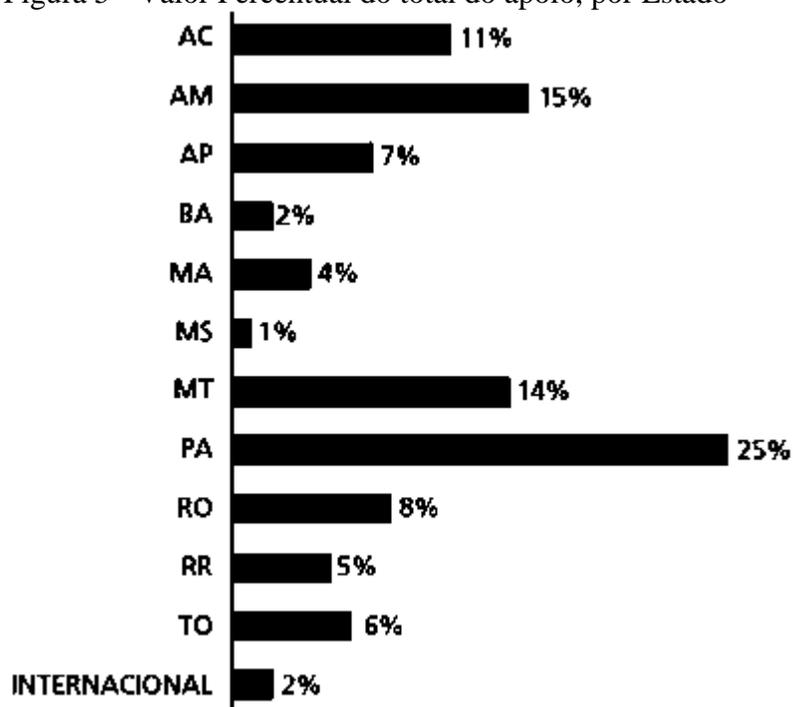
Ano	Número de projetos apoiados	Valor total do apoio (R\$)	Total desembolsado a projetos (R\$)
2009	5	70.249.658,67	-
2010	8	119.891.704,43	11.105.966,90
2011	8	69.299.105,77	59.740.091,61
2012	13	179.466.341,93	71.205.781,90
2013	14	332.003.810,00	80.903.376,47
2014	21	268.578.173,00	167.954.502,78
2015	11	195.396.061,53	127.509.195,78
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>1.234.884.855,33</b>	<b>518.418.915,44</b>

Fonte: BRASIL (2016, p. 32).

No seguinte gráfico mostra-se a quantidade de dinheiro transferido em projetos aos Estados da Amazônia brasileira que gira em torno dos 520 milhões de reais, sendo que 5% desse total foi destinado à Roraima. O Estado que mais dinheiro recebeu até a atualidade é o Pará, por estar incluído como Estado prioritário pelas grandes áreas desmatadas:

<sup>63</sup> A cooperação norueguesa no Brasil em questões de preservação do meio ambiente viu-se motivada por várias razões, Noruega é uma grande poluidora pela produção de petróleo, sente-se ameaçada por possíveis catástrofes ante a mudança climática dada sua localização geográfica e proximidade com o polo Ártico. A política externa norueguesa de vinculação com parceiros estratégicos baseia-se na aquisição de notoriedade em matéria de clima e desenvolvimento sustentável no cenário internacional e em seu perfil de país pacífico e neutral de longa trajetória. Além de que o povo norueguês exerce uma grande cobrança ao governo com respeito à questão ambiental baseado nas altas taxas pagadas. Nesse contexto surge o apoio norueguês ao Fundo Amazônia como programa de cooperação internacional para conter o desmatamento na Amazônia legal e contribuir com o desenvolvimento do meio-ambiente e o clima (NOBRE, 2016).

Figura 5 - Valor Percentual do total do apoio, por Estado

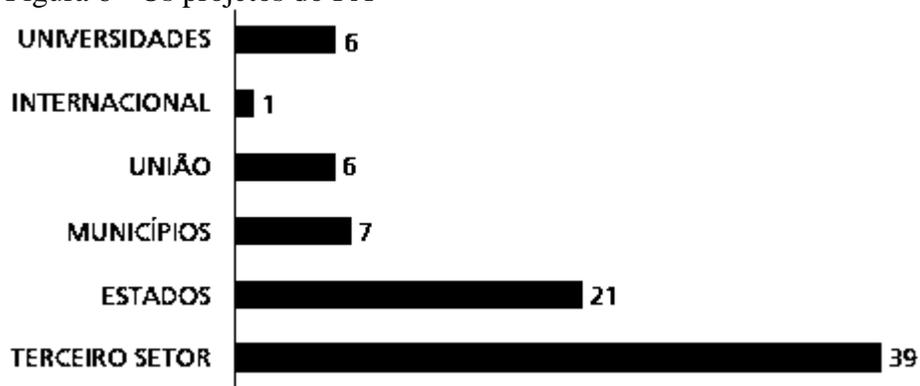


Fonte: BRASIL (2016, p. 34).

Os recursos do FA podem ser destinados ao financiamento de projetos que atinjam o Bioma Amazônia no Brasil<sup>65</sup>, também podem-se financiar projetos em outros biomas do Brasil e projetos destinados a outros países com florestas (BRASIL, 2015). Os projetos financiados que são aprovados podem ser apresentados mediante: projetos estruturantes, selecionados por chamadas públicas promovidas diretamente pelo BNDES ou por intermédio de instituições parceiras como é o caso da Coophorta e a Fundação Banco do Brasil, caso de estudo desta dissertação.

<sup>65</sup> Bioma Amazônia 4,2 milhões de km<sup>2</sup>, Bacia Amazônica: 6,5 km<sup>2</sup>, Amazônia legal: 5,2 milhões de km<sup>2</sup> (BRASIL, 2015, p.9).

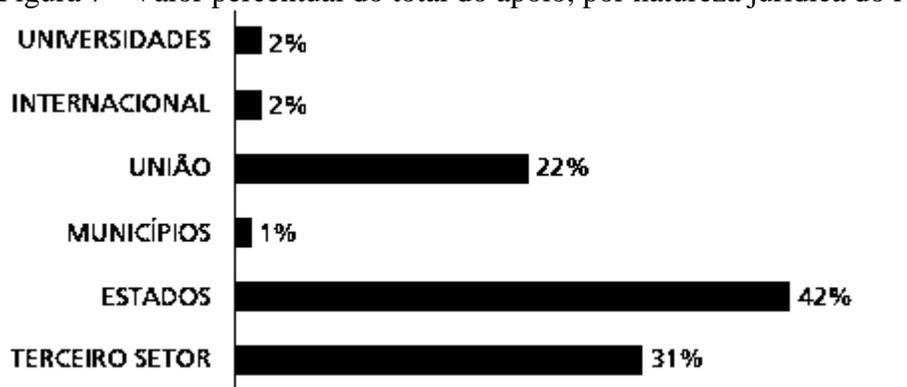
Figura 6 - Os projetos do FA



Fonte: BRASIL (2016, p. 34).

Conforme aos gráficos anteriores conclui-se que: a maior quantidade de projetos apoiados corresponde ao terceiro setor e a menor quantidade de projetos apoiados segundo a natureza jurídica do proponente é no setor internacional. Trata-se de um projeto apresentado pela Organização de Cooperação do Tratado Amazônico para investir em monitoramento do desmatamento na Amazônia Transnacional. Em relação à quantidade de dinheiro investida segundo a natureza jurídica do proponente, os mais beneficiados são os Estados brasileiros e os menos favorecidos são os Municípios.

Figura 7 - Valor percentual do total do apoio, por natureza jurídica do responsável



Fonte: BRASIL (2016, p. 34).

Em sete anos de atuação o Fundo Amazônia destinou 23,5 milhões de reais em dois projetos apresentados pelo Governo de Roraima, um deles para o CAR e o outro para equipamento para os Bombeiros do Estado (Para ver os projetos financiados pelo Fundo Amazônia segundo o ano de aprovação a saber: 2009 até 2015, consultar os apêndices A até G, p.115-127).

Tabela 4 - Projetos financiados pela parceria FA em Roraima

UF	Nome do Projeto	Executor	Ano	Beneficiários	Valor do investimento R\$
RR	CAR RORAIMA	Governo estadual	2014	Pequenos proprietários ou posseiros rurais familiares (imóveis de até quatro módulos fiscais) que desenvolvam atividades agrossilvipastoris.	10.820.500,00
RR	BOMBEIROS RORAIMA	Governo estadual.	2014	População do Estado de Roraima	12.800.000,00
TOTAL					23.620.500,00

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da pesquisa (BRASIL, 2015).

Os projetos listados na tabela anterior foram apresentados pelo governo. No entanto, existem mais três projetos financiados pelo FA para Roraima, através da parceria com a FBB. A FBB/FA financiou 30 projetos que totalizam 22.358.246,50 milhões de reais (Apêndice H p. 128). A tabela a seguir mostra os três projetos que foram financiados no Estado de Roraima, que totalizam 1.769.759,94 reais.

Tabela 5 – Projetos financiados pela parceria FA – FBB em Roraima

UF	Nome do Projeto	Data de Implementação	Aporte da FBB	Aporte do FA	Beneficiários
RR	12426 - Estruturação E Aquisição De Equipamentos Para Escritório E Veículos	21/02/2013 a 21/02/2015	R\$ 954.302,00,-	R\$ 0,00	276
RR	12429 - Mel - Alimento E Desenvolvimento	20/02/2013 a 20/08/2015	R\$ 247.057,93,-	R\$ 0,00	64
RR	12432 - Produção Agroecológica Integrada E Sustentável No Município De Boa Vista - RR	19/06/2013 a 19/12/2016	R\$ 0,00	R\$ 568.400,00,-	280
TOTAL			1.769.759,93		

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da pesquisa (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2017).

Então os recursos transferidos pelo Fundo Amazônia para Roraima são minúsculos se comparados com o Produto Interno Bruto do Estado, que foi de 9.744 milhões de reais em 2014.

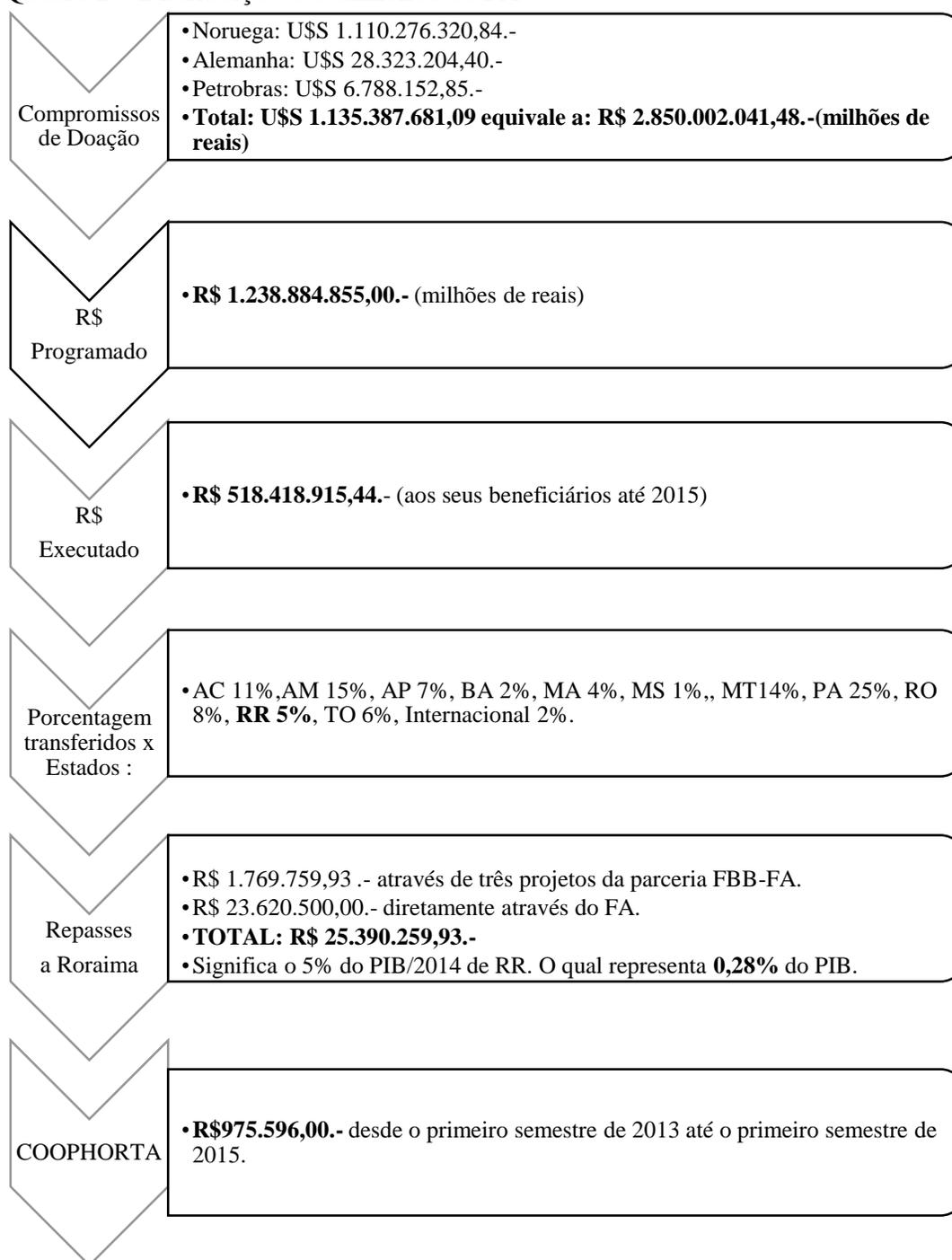
Tabela 6 – Produto Interno Bruto (1 000 000 R) 2010 - 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
RORAIMA	6.639	7.304	7.711	9.011	9.744

Fonte: IBGE (2016, p.21).

Diante da informação colocada nas laudas anteriores percebe-se a escassa relevância do investimento do FA no Estado de Roraima, sua incidência é minúscula comparada com o PIB do Estado. O FA começou a atuar na Amazônia brasileira a partir de 2009 onde se registram seus primeiros investimentos. Foi em 2013, que Roraima recebeu investimentos do FA através da parceria FBB/FA. No quadro seguinte se colocam esses dados:

## Quadro 2 – Distribuição dos dinheiros do FA



Fonte: Elaboração própria baseada nos resultados da pesquisa (2017).

Deste modo, podemos levantar as seguintes questões do quadro anterior: a cooperação comprometida pelos doadores ao FA, isto é a Noruega, a Alemanha e a Petrobrás gira em torno de U\$S 1.135.387.681,09 o qual equivale a R\$ 2.850.002.041,48. Esse compromisso

inicial ao FA consta em múltiplas fontes brasileiras de informação: os relatórios do Fundo Amazônia (BRASIL, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016), também consta na versão em inglês do Folheto do FA da Rio+20 (BRASIL, 2011) apresentado na Conferência em Rio de Janeiro em 2012, no *site* do FA (2017) e em diversos textos produzidos pelas universidades brasileiras.

No entanto, o dinheiro que foi realmente transferido pelos doadores ao BNDES, gestor do FA atualmente gira em torno de R\$ 1.238.884.855,00 bilhões de reais segundo o funcionário do BNDES/FA em informação fornecida em *workshop* na Universidade de São Paulo (FUNDO AMAZÔNIA. EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS, 2013). O funcionário antes referido chama a atenção dessa diferença, ressaltando que o FA tem compromissos assinados pelos doadores por 1,3 bilhões de reais.

Cabe esclarecer também que o FA/BNDES comprometeu-se a apoiar projetos de seus beneficiários por um valor de R\$ 1.238.884.855,00 milhões de reais e até fim de dezembro de 2015 transferiu 518.418.915,44 milhões de reais (BRASIL, 2016). Em relação aos prazos de transferência dos fundos para às instituições, o mencionado funcionário alegou que o processo de gerenciar o dinheiro público é demorado, já que depende dos prazos dos avaliadores do COFA/FA, dos relatórios apresentados pelas instituições entre outras questões (FUNDO AMAZÔNIA. EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS, 2013).

Deste modo, nos chama a atenção a diferença entre R\$ 1.238.884.855,00 milhões comprometidos e R\$ 518.418.915,44 milhões de reais transferidos. Segundo o relatório do FA ano 2015 (BRASIL, 2016) e as declarações do funcionário de BNDES/FA naquele *workshop* (FUNDO AMAZÔNIA. EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS, 2013), os recursos do FA que não se utilizam (transferem) são depositados no Fundo Gaia I e II geridos pelo Banco do Brasil.

É oportuno realçar a contradição dos relatórios do FA na questão de distinguir os recursos comprometidos pelos doadores, transferidos ao FA, comprometido e transferido aos projetos beneficiários. Note-se que têm se utilizado os verbos transferir e comprometer já que neste contexto significam coisas diametralmente diferentes. Comprometer refere a promessas para o futuro que podem não se cumprir e transferir é o ato certo de verificar que o dinheiro fica nos ativos da instituição. Segundo *e-mail* remetido ao FA na direção sugerida pelos relatórios para consultas, ao perguntar sobre essa questão nos indicaram que

consultássemos no *site* do FA (FUNDO AMAZÔNIA, 2017) onde de fato se percebeu que a informação não está bem organizada.

Nesse sentido, um exemplo do que está-se colocando em relação aos recursos envolvidos, o documento que foi apresentado nos seminários sobre o FA *Landscape* em Paris em 2015 (LANDSCAPE, 2015) e na reunião prévia à COP de 2014 em Bali, Indonésia. O montante das doações gira em torno a 786 milhões de dólares (BNDES, 2011), mas nos relatórios disse-se que é 1,3 bilhões de reais.

Surge aqui uma outra questão: os diplomas de diminuição de carbono que se entregam aos doadores, informando o montante da contribuição financeira e sua correspondência em toneladas de carbono, devem-se fazer por quanto? Indica-se que pelos recursos doados. Surge outra questão: mas os transferidos ou os comprometidos? (BRASIL, 2008) O Relatório do Fundo Amazônia (BRASIL, 2016) mostra uma tabela de reconhecimento em toneladas de carbono pelos recursos comprometidos.

Em relação à distribuição de verbas por Estado, o Quadro 2 (p. 78) reflete a seguinte questão: 5% desse total foi transferido a Roraima em forma de cinco projetos, além dos benefícios indiretos que o Estado desfruta através de projetos das ONGs que são gerenciados no bioma Amazônia em geral.

Os projetos roraimenses financiados são dois apresentados pelo Governo estadual, o CAR ambiental e de equipamento para os Bombeiros do Estado; e os outros três apresentados por pequenas instituições através da parceria FBB-FA, que pelo tipo de projetos apoiam iniciativas de produção sustentável. Esses cinco projetos somam R\$ 25 milhões transferidos à RR que representam no PIB 2014 (IBGE, 2016) do Estado 0,25% sendo que o PIB de 2014 foi R\$ 9.000 milhões de reais. Além de que a população atingida pelos projetos da FBB-FA soma 620 beneficiários e a população do Estado gira em torno de 500.000 pessoas.

Portanto, o FA representa uma mínima contribuição à economia do Estado. Nessa linha a Cooperativa é uma amostra insuficiente para aferir os impactos do FA na gestão de políticas de desenvolvimento sustentável em pequenas unidades, como é um dos seus focos de ação. Contudo é um caso de estudo validíssimo para analisar o complexo esquema de cooperação internacional atual no marco da política ambiental internacional e do Brasil e os mecanismos de governança que o Regime Internacional do Clima exige.

### 3.3 FUNDO AMAZÔNIA: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Na sequência da análise do objeto de estudo, coloca-se a explicação da etapa de avaliação e acompanhamento do FA, a sua operatória e algumas críticas. Como já foi discutido no capítulo dois, a avaliação significa a aferição dos resultados, o monitoramento e o controle. É uma fase importante do processo da política pública.

Deste modo, a avaliação dos resultados das ações realizadas é o momento onde os *policy-makers* comparam os objetivos iniciais e os resultados, para determinar as falhas e os sucessos, com o intuito de introduzir as modificações necessárias para melhorar a gestão futura. No caso do Fundo Amazônia, como instrumento da política pública ambiental do governo brasileiro gerenciada pelo BNDES, implementou-se uma ferramenta gerencial que permite um acompanhamento dos resultados e a medição de impacto, assim:

O Quadro Lógico é uma metodologia utilizada para assegurar que as ações financiadas contribuam para o objetivo geral de um programa, podendo ser definido como uma matriz na qual se inserem, de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando onde se pretende chegar (objetivos) e o que se pretende realizar (como) (BRASIL, 2010, p.12).

O FA enquadra-se no marco do regime ambiental brasileiro. Assim seus objetivos e resultados devem ser harmônicos com o PPCDAM, com o PAS, assim como também devem combinar com as diretrizes do BNDES<sup>66</sup>. O alvo do FA é reduzir o desmatamento<sup>67</sup> com desenvolvimento sustentável na Amazônia. Consequentemente as linhas de atuação do FA estão ligadas aos vetores do desmatamento diagnosticados pelo PAS, a saber: a lavoura da soja, a pecuária e também a grilagem de terras públicas, situação piorada pela dificuldade do Estado brasileiro para controlar os cartórios (BRASIL, 2010).

O combate ao desmatamento na Amazônia brasileira complica-se pela imensidade da Amazônia, ocupa 49% do país, sendo um território maior que a União Europeia. Assim a

---

<sup>66</sup> Já as Políticas Operacionais do BNDES ao tratarem do Fundo Amazônia, dispõem que este atuará em quatro modalidades operacionais: (a) Florestas Públicas e Áreas Protegidas; (b) Atividades Produtivas Sustentáveis; (c) Desenvolvimento Científico e Tecnológico aplicado ao uso sustentável da biodiversidade; e (d) Desenvolvimento Institucional e aperfeiçoamento de mecanismos de Controle. BRASIL, 2010, p.21.

<sup>67</sup> No passado, os vetores do desmatamento foram: a abertura de rodovias e assentamentos populacionais.

lógica de intervenção do FA para alcançar o seu objetivo geral de diminuir o desmatamento com produção sustentável está ligado as áreas temáticas do Decreto 6.527/2008 que são sete:

I-gestão de florestas públicas e áreas protegidas; II-controle, monitoramento e fiscalização ambiental; III-manejo florestal sustentável; IV-atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; V - Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; VI - conservação e uso sustentável da biodiversidade; e VII - recuperação de áreas desmatadas (BRASIL, 2008, p.2).

Essas áreas temáticas foram agrupadas em quatro objetivos específicos pelo FA como está demonstrado no seguinte quadro. Cada um desses amplos objetivos constitui-se em critérios do COFA para a aprovação dos projetos beneficiários. Nota-se a coordenação de metas e objetivos entre as ferramentas do FA (BRASIL, 2010).

Quadro 3 - Lógica da Intervenção

OBJETIVO	<b>Componente 1</b> Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica no Bioma Amazônia	<b>Componente 2</b> Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental	<b>Componente 3</b> Área do Bioma Amazônia está ordenada territorialmente	<b>Componente 4</b> Atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, conservação e uso sustentável do Bioma Amazônia
ÁREAS TEMÁTICAS CORRESPONDENTES DO DECRETO 6.527/2008	Manejo Florestal Sustentável Atividades Econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da Floresta Conservação e uso sustentável da biodiversidade Recuperação de áreas desmatadas	Controle, monitoramento e fiscalização ambiental	Gestão de florestas públicas e áreas protegidas Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária.	Gestão de florestas públicas e áreas protegidas Controle, monitoramento e fiscalização ambiental Manejo Florestal Sustentável Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária Conservação e uso sustentável da biodiversidade Recuperação de áreas desmatadas

Fonte: BRASIL (2010, p.23).

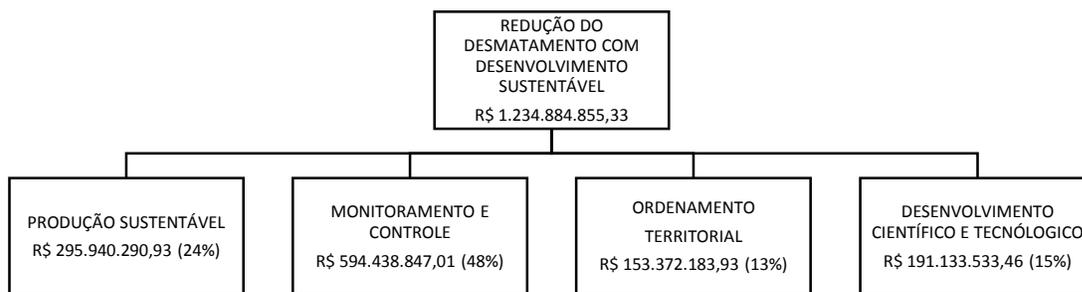
Preenchem-se dois tipos de quadros: um quadro lógico do FA, realizado pela equipe de gestão do BNDES/FA e outro por cada projeto financiado, que é elaborado pela instituição beneficiária. A dinâmica dessa ferramenta é assim: estabelece-se um objetivo que atinge um alvo estratégico, constroem-se os indicadores para aferir os impactos e numeram-se as fontes

de comprovação dos resultados. Posteriormente listam-se os riscos de que o objetivo não seja sustentável no tempo, pela influência de fatores externos, ou seja variáveis exógenas (BRASIL, 2010).

No que refere aos indicadores, tem dois tipos: uns deles são negociados entre a equipe do FA e o proponente a fim de que seja possível o monitoramento e existem os de impacto regionais, onde se utilizam parâmetros existentes. Ao decorrer da implementação dos projetos podem se criar novos indicadores, relacionados com a lacuna existente em relação aos indicadores de sustentabilidade. Cabe colocar que se prevê uma avaliação *ex post* para analisar os resultados dos projetos após concluídos. Em relação aos relatórios, as instituições apresentam os de desempenho e os de acompanhamento. Esse último deverá ser apresentado por cada instituição beneficiária antes da liberação dos fundos, cada seis meses e um outro após sua conclusão (BRASIL, 2010).

Nos próximos quadros apresentam-se os resultados da implementação do FA, o primeiro esquema traz a montante dos recursos investidos segundo cada objetivo. Para o objetivo geral redução do desmatamento com produção sustentável foram investidos 1,3 bilhão de reais o que é distribuído em cada um dos objetivos específicos. Mas segundo o manifestado no título 3.1 deste capítulo, esse dinheiro foi transferido desde os doadores ao FA/BNDES, mas ainda não foi transferido em sua totalidade aos projetos beneficiários.

Figura 8 - Resultados do FA até 2015. Distribuição dos Recursos pelas componentes de apoio do Fundo Amazônia



Fonte: BRASIL (2016, p.41).

O quadro seguinte foi elaborado com informação dos relatórios do FA e apresenta um resumo dos resultados segundo cada objetivo. Demonstram-se as dificuldades para aferir o impacto dos investimentos do FA. Nesse sentido parece que “a sustentabilidade é

imensurável” como coloca Carvalho e Barcellos (2013, apud GONÇALVES). Para Gonçalves (2013) aferir a sustentabilidade pelos indicadores, é complexo porque “a sustentabilidade não é sequer bem definida diante de suas múltiplas explicações, muito menos tem sido abordada por métricas ou estatísticas no país” (p.88).

Quadro 4 - Objetivos e Resultados dos projetos do FA

<b>OBJETIVO GERAL: REDUÇÃO DO DESMATAMENTO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.</b>	
Objetivos	RESULTADOS
Componente Produção Sustentável	<p>*crescimento nas atividades (e resultados) de capacitação para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis;</p> <p>*ampliou-se em 720% o número de unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo;</p> <p>*o acesso aos recursos do Fundo Amazônia pelas comunidades expandiu-se em 200% por meio de parcerias estabelecidas com entidades aglutinadoras de subprojetos de médio e grande porte;</p> <p>*ampliou-se em 86% a receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i>.</p> <p>*O universo de indivíduos diretamente beneficiados pelas ações apoiadas cresceu 32%, isto é, de 65 mil para 86 mil indivíduos.</p>
Componente Monitoramento E Controle	<p>*Crescimento da quantidade de órgãos ambientais fortalecidos e de servidores capacitados, o que contribuiu para o aumento de cerca de 50% no número e na área de imóveis rurais inscritos no CAR com o apoio do Fundo Amazônia.</p> <p>*São contabilizados 207 mil imóveis inscritos no CAR com o apoio do fundo, correspondentes a uma área de 57 milhões de hectares nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Bahia, este último fora do bioma Amazônia. Considerando-se que a área total dos imóveis rurais cadastrados nesses Estados chegou a 121 milhões de hectares ao fim de 2015,13 significa que o Fundo Amazônia contribuiu direta ou indiretamente para a inscrição no CAR de 47% da área já cadastrada nesses Estados.</p> <p>*Aumento do número de indivíduos capacitados em tecnologias de monitoramento do desmatamento.</p> <p>*Também se registrou no âmbito do países-membros da OTCA. Foram capacitados 144 indivíduos em 2015, nos seguintes países: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. BRASIL, 2016 p.46</p>
Componente Ordenamento Territorial.	<p>*Destaca-se o apoio do Fundo Amazônia à consolidação da gestão de UCs e à implementação.</p> <p>*Exemplo: Entre as atividades apoiadas, destacam-se as ações de consolidação da gestão de 94 UCs na Amazônia legal, correspondentes</p>

	<p>a uma área de 52,7 milhões de hectares. Verificou-se que o desmatamento nessas UCs apoiadas pelo Fundo Amazônia caiu a uma taxa maior (37%) que a das UCs não apoiadas (8%).</p> <p>*Um indicador que sinaliza baixo desempenho é o de número de propriedades rurais georreferenciadas para fins de regularização fundiária. Ao conferir regularidade jurídica à posse dos imóveis, a regularização fundiária promove redução da insegurança e dos conflitos agrários, muitas vezes resolvidos ilegalmente mediante uso de violência.</p>
Componente Desenvolvimento Científico E Tecnológico.	<p>*ocorreu um crescimento de 90% no desembolso a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico.</p> <p>*iniciou-se um processo de construção dos mapas com georreferenciamento (GPS) (o projeto propiciou a essas comunidades os meios essenciais para que produzissem autonomamente seus mapeamentos, bem como os instrumentos fundamentais à afirmação de sua identidade.)</p> <p>*49 ações de mobilização comunitária para reconhecimento de direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais abrangidos pelo projeto no bioma Amazônia,</p> <p>*70 denúncias de violações de direitos territoriais e ambientais.</p>

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa. (Relatório do FA BRASIL, 2015, p.44-48)

Diante da informação apresentada, nota-se que os indicadores comparam os avanços ano a ano desde a aplicação dos investimentos do FA. Ao mesmo tempo, não foram tomados como referência indicadores como variações na renda das famílias atingidas, modificações no acesso à educação e saúde, melhoramento nas práticas produtivas e outro tipo de variáveis ambientais. Segundo os resultados apresentados podemos deduzir a situação possa ter melhorado.

No quadro seguinte apresenta-se um quadro resumo dos indicadores de impacto regional que revelam o desempenho do Fundo. Nesse sentido, o relatório de 2015 (BRASIL, 2016) expõe por exemplo, uma melhoria no índice do desmatamento e no PIB. No entanto, acreditamos que é ambicioso dizer que o FA teve muita influência na melhoria deles, pois comparando os recursos investidos pelo FA em cada estado brasileiro e seu PIB, o peso do investimento do FA no PBI é minúsculo, como no caso de RR onde o investimento do FA para os anos 2013, 2014 e 2015 representa um 0,25% do PIB 2014.

Quadro 5 - Indicadores Regionais do FA Relatório 2015

INDICADORES REGIONAIS DO FUNDO AMAZÔNIA		
OBJETIVOS	INDICADORES	RESULTADOS
<b>Objetivo geral:</b> Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia.	<b>Indicador:</b> (i) desmatamento anual na Amazônia legal. Indicador: (ii) participação do PIB dos Estados com presença do bioma Amazônia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• redução de 22% no desmatamento na Amazônia brasileira (2009-2015).</li> <li>• crescimento da participação do PIB da Amazônia brasileira em relação ao PIB brasileiro (2009-2012).</li> </ul>
<b>Objetivo específico: (1)</b> atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica no bioma Amazônia (componente “produção sustentável”)	<b>Indicador:</b> produção da extração vegetal e da silvicultura.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• aumento de mais de 50% no período 2009-2014 tanto no volume como na receita gerada pelo conjunto dos produtos do extrativismo vegetal monitorados.</li> </ul>
<b>Objetivo específico: (2)</b> ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental (componente “monitoramento e controle”)	<p><b>Indicador: (i)</b> número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente.</p> <p><b>Indicador: (ii)</b> número de termos de descentralização celebrados pelos Estados com os municípios.</p> <p><b>Indicador: (iii)</b> número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliação da descentralização da gestão ambiental para os municípios (277%), bem como do número de atos autorizativos expedidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente (36%) e decréscimo do número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (-7%) no período 2009-2015.</li> </ul>
<b>Objetivo específico: (3)</b> área do bioma Amazônia está ordenada territorialmente (componente “ordenamento territorial”)	<p><b>Indicador: (i)</b> área dos Estados com presença do bioma Amazônia com zoneamento ecológico e econômico (ZEE) na escala 1:250.000 (ou maiores) concluído</p> <p><b>Indicador: (ii)</b> área de terras indígenas e unidades de conservação da natureza federais na Amazônia legal com instrumento de gestão territorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliação de 88% da área com ZEE concluído na escala 1:250.000 e aumento de 66% na área de UCS federais e tis com instrumento de gestão territorial entre 2009 e 2015.</li> <li>• redução de 34% na área desmatada em áreas protegidas na Amazônia legal entre 2009 e 2014.</li> </ul>
<b>Objetivo específico: (4)</b> atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia (componente “desenvolvimento científico e tecnológico”)	<b>Indicador:</b> número de patentes solicitadas ou depositadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• crescimento de 18% no número de pedidos de patentes depositadas no inpi por residentes nos Estados da Amazônia brasileira entre 2009 e 2015.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria baseada no Relatório do FA (BRASIL, 2016).

### 3.4 O CASO DE ESTUDO: A COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS E SUAS CARACTERÍSTICAS

A Fundação Banco do Brasil e o BNDES assinaram um “Acordo de Cooperação Técnica e Financeira 12.2.0435.1” (BRASIL, 2015, p.92) para apoiar as cadeias sócio produtivas da Amazônia brasileira. A FBB tem ampla experiência nisso, pois vem trabalhando em tecnologias sociais desde o ano 1988. O foco de atuação são pequenas comunidades, indígenas, quilombolas, ribeirinhos que precisem fortalecer suas estruturas de produção, ou seja serão atingidas através dos investimentos as:

Comunidades tradicionais da Amazônia; agricultores familiares, trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento, população de baixa renda ou em situação de risco de exclusão social na Região do Bioma Amazônia; e empreendimentos coletivos e/ou de economia solidária, instituições de direito privado sem fins lucrativos, entidades da administração pública direta e indireta municipal, estadual e federal e fundações de apoio à pesquisa (BRASIL, 2013, p.167).

Através da parceria FBB/BNDES-FA que foi anunciada na Cúpula de Rio+20 (BRASIL, 2013) apoiam-se projetos de pequeno porte, os que são selecionados através de chamadas públicas<sup>68</sup>. A Fundação recebeu dois financiamentos desde o FA-BNDES, um deles em 2012 por 15 milhões de reais e o outro aprovado em 2014 por 12 milhões de reais, sendo que a Cooperativa alvo desta dissertação pertence à chamada de 2012

Em outubro de 2012, a FBB/BNDES-FA lançou um Edital de Seleção Pública de Propostas de Projetos Produtivos Sustentáveis das Cadeias da Sociobiodiversidade<sup>69</sup> do Estado de Roraima, no qual a Coophorta apresentou o Projeto nº 12.426 para o financiamento de investimentos em veículos, móveis de escritório, assistência técnica *in locus* e capacitação

---

<sup>68</sup>Ainda tem outro mecanismo de financiamento por parte do BNDES-FA através de instituições que aglutinam projetos.

<sup>69</sup>A sociobiodiversidade implica uma relação entre o ser humano e os animais entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais baseada nos novos padrões da sustentabilidade. O Brasil tem um plano nacional de promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade e entende-se tais “os bens e serviços (produtos finais, matérias primas, ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade voltados à formação de cadeias produtivas de interesses dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem” (BRASIL, 2017).

para os produtores, não reembolsáveis fundamentado no “desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do Bioma Amazônia” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2012, p.3). A Coophorta situada na cidade de Boa Vista<sup>70</sup> foi escolhida para receber a doação desde o primeiro semestre de 2013 até o primeiro semestre de 2015 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2013).

A Coophorta foi criada em 24 de março de 2003, a fim de liberar aos cooperantes dos intermediários, operacionalizar a comercialização dos produtos e a compra coletiva de insumos e defensivos para a produção (COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA, 2012). Também admite-se a possibilidade de parceria econômica e creditícia com outras instituições. Foi criada com o intuito de que seus cooperantes pudessem acessar ao “Projeto Integrado de Exploração Agropecuária e Agroindustrial de Roraima, aprovado pela portaria nº 1 de 24/07/1988, da Frente Integrada de Desenvolvimento Rural de Roraima” (COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA, 2012), o qual foi substituído pelo PRONAF<sup>71</sup> e um futuro de industrialização dos produtos.

A estrutura legal da Coophorta está regulamentada por seu Estatuto, onde esclarecem-se seus fins, a administração dela e o sistema de tomada de decisões. Consta de dois órgãos principais: a Assembleia Geral e a Assembleia Extraordinária. A Assembleia Geral está composta por todos os cooperantes e nomeia o Conselho de Administração, quem seleciona os funcionários para à Administração Executiva. Além disso, a Coophorta tem um órgão de fiscalização.

---

<sup>70</sup> Boa Vista tem as seguintes características demográficas, segundo o Censo do IBGE de 2010: a população foi de 284.313 habitantes (IBGE A, 2015) mas a população estimada para 2015 é de 320.714 habitantes (IBGE B, 2015), sua área geográfica é de 5.687,037km (IBGE C, 2015). Sua densidade demográfica é de 49,99 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Boa Vista foi de 0,752 (IBGE D, 2015), o mais alto do Estado. Além disso o 62% da população do Estado mora na cidade de Boa Vista, o que evidencia a concentração da população estadual na capital (RORAIMA, 2011).

<sup>71</sup> Segundo informação do Gerente da Coophorta. A Coophorta recebe financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) o qual tem duas linhas de crédito que são aproveitadas pelos agricultores que pertencem à Coophorta garantindo-se mais produção de alimentos saudáveis e fomento ao cooperativismo. Um programa é para investimento em infraestrutura da produção e implementos e o outro é para custear a produção anual. Os produtores para poderem acessar ao financiamento do PRONAF devem ter licença ambiental visando à consecução da sustentabilidade: social e ambiental. Esse programa supõe uma cooperação entre o governo federal estadual e municipal, já que os produtos do PRONAF devem ser comprados para abastecer as merendas escolares. A agricultura familiar contribui para: distribuir renda no campo, abastecer com alimentos saudáveis as cidades, segurança alimentar do Brasil, estabilidade econômica, crescimento econômico do país, geração de empregos, agregar valor. Também é um modelo de produção mais sustentável do ponto de vista econômico social ambiental.

**Art. 46** - O Conselho de Administração será composto de 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-presidente, 1 (um) Tesoureiro, 1 (um) Secretário, cujos poderes e atribuições se definem neste Estatuto (COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA, 2003, p.15).

A Coophorta tem 450 cooperantes, entre ativos e inativos<sup>74</sup> que produzem legumes, frutas e hortaliças em granjas localizadas em todo o Estado. No entanto os produtos são colocados no Mercado Municipal Romeo Caldas da cidade de Boa Vista que funciona como depósito de mercadorias, centro de distribuição e também como sede administrativa. Deste modo a capital do Estado de Roraima se apresenta como *locus* do projeto, por serem desenvolvidas nela as principais atividades que o projeto do FA financiou para conseguir os fins propostos no Edital. Atualmente a Cooperativa abastece com merenda escolar, através de um Programa do Ministério de Educação do Governo Federal, escolas de Boa Vista, municípios e comunidades indígenas do Estado de Roraima<sup>76</sup>.

**Art. 3º** - Poderão associar-se à **COOPHORTA**, produtores rurais, nos ramos agrícolas e pecuários, de pequeno, médio e grande porte, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, sem prejudicar os interesses e objetivos da **COOPHORTA**, nem colidir com os mesmos [...] **§3º**- No mínimo 80% dos cooperados devem fazer parte da agricultura familiar e possuir DAP (Declaração de aptidão ao Pronaf). (COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA, 2003, CAPITULO II Art. 2ºp.3-4)

### 3.5 O PROJETO Nº 12.426 DA PARCERIA COOPHORTA/FBB/FA-BNDES

A Coophorta foi fundada com objeto de agrupar aos agricultores da cidade de Boa Vista em projeto da prefeitura da cidade de Boa Vista, que chamou-se estufas. A Coophorta foi provedor de assistência técnica. Segundo a informação oficial da cooperativa o projeto foi bem sucedido. Foi que conseguiram-se instalar 204 estufas e abastecer o mercado de Manaus e o mercado local. Desde aquele projeto a Coophorta adquiriu o papel de intermediador, eliminando os atravessadores que empobrecem a agricultura familiar.

---

<sup>74</sup>Informação fornecida pelas pessoas da Cooperativa.

<sup>76</sup>Informação fornecida pelas pessoas da Cooperativa.

A COOPERATIVA DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA foi fundada em 2003 com o intuito de promover a instalação, assistência técnica e comercialização dos produtos oriundo das estufas da área rural de BOA VISTA, beneficiando a agricultura familiar. (COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA, 2003, p.5)

Quando nos perguntamos pelas causas de criação da Cooperativa, aparecem os seguintes fatos: o Projeto “Estufas” da Prefeitura de Boa Vista e as dificuldades de transporte da Cooperativa. O projeto “Estufas” propor-se apoiar à agricultura familiar da cidade provendo assistência técnica, compra de insumos e comercialização dos seus produtos. E segundo fato tem a ver com as dificuldades que se apresentaram devido à falta de veículos próprios para prestação de serviços aos cooperados e percorrer as distâncias físicas das granjas até o Mercado Romeo Caldas, onde funciona o depósito dos produtos.

Era um problema de logística que inicialmente foi resolvido pelos sócios que usavam seus veículos particulares<sup>77</sup> e também eram contratadas empresas de fretes. No entanto, continuava a vontade de se independer dos intermediários, ou seja aquelas empresas que transportavam os bens desde o lugar de produção geralmente, o interior do Estado, até o mercado, ponto de comercialização e distribuição.

Na procura de soluções ao problema, apareceu a tentativa de financiamento de um caminhão através da Fundação Banco do Brasil. E aos poucos surgiu a parceria com o FA-FBB, assim veio a oportunidade para resolver essas dificuldades de transporte e distribuição dos produtos com o projeto nº 12.246 apresentado pela Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista, para obter o financiamento não reembolsável que visava a compra de veículos, moveis e dinheiro para capacitações (COOPHORTA, 2012).

Obeve-se financiamento para 4 veículos: Um caminhão com baú refrigerado foi solicitado para transportar os produtos de excedente para Manaus, o outro atende à merenda escolar e a busca dos produtos nas granjas de difícil acesso no Estado de Roraima. A caminhonete utiliza-se para a assistência técnica dos cooperados e o carro popular utiliza-se para os trâmites administrativos na cidade.

Fundamenta-se a inclusão da história e função social da Cooperativa já que isso justifica um dos elementos mais importantes do desenvolvimento local sustentável: a participação dos atores a fim de aproveitar as vantagens e oportunidades que oferece o

---

<sup>77</sup> Informação fornecida pelo Gerente da Cooperativa.

território. Ou seja, um conjunto de atores -no caso da Cooperativa, pequenos agricultores-, o Estado municipal representado pela Prefeitura de Boa Vista, e o governo federal, representado pelo FA/BNDES. As organizações do terceiro setor, neste caso a FBB, reúnem-se para potencializar uma vantagem do território local, aliás a produção de frutas, hortaliças e legumes e abastecer um mercado, que estava desaproveitado para obter maior renda e melhorar qualidade de vida da população envolvida.

A continuação apresentam-se fotos dos veículos e justificaram-se a necessidade do projeto na escassez de recursos financeiros próprios para tal aquisição.

Figura 9 - Caminhão com câmara fria capacidade para 16 toneladas. Veículo 01



Fonte: Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2014, p. 1).

Figura 10 - Aquisição de material de transporte de produtos. (CAIXAS PLÁSTICAS)



Fonte: Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2014, p. 7).

Figura 11 - Veículo para assistência técnica



Fonte: Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2014, p. 9).

Figura 12 - Material de Oficina



Fonte: Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2014, p. 13).

Figura 13 – Veículo popular para tarefas administrativas



Fonte: Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2014, p. 11).

Os relatórios parciais de execução da Comporta apresentados à Fundação Banco do Brasil, mostram os avanços da instituição na consecução dos objetivos. O relatório do Período 02/2013 – 08/2013 apresentou os seguintes resultados:

- Objetivo A: compra de 2 caminhões refrigerados, com caixas plásticas higienizáveis para transporte dos produtos que foram adquiridos no Rio de Janeiro. Os caminhões ainda demoraram para chegar à Roraima porque instalaram-se neles caixas plásticas para organizar a mercadoria e equipamento de refrigeração todo comprado fora da região norte, em empresas das regiões sul e sudeste.

- Objetivo B: apontava a aquisição de um automóvel para a assistência técnica *in lócus*. Fizeram-se 30 prestações: 10 em 8/ 2013, 10 em 9/2013 e 10 em 10/2013.

- Objetivo C: compra de automóvel para uso coletivo e logística entre as sedes.

- Objetivo D a aquisição de material de escritório.

- Objetivo E: ciclo de 5 palestras, cujos temas estavam relacionados com a administração de Cooperativas, as boas práticas em serviços de alimentação e pós-colheita em manutenção de alimentos, capacitação em logística e transporte dos alimentos perecíveis e realização de um curso de capacitação em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.

O primeiro relatório foi aprovado e a Cooperativa solicitou a autorização de compra de balanças eletrônicas com a economia gerada nas outras despesas. O segundo relatório parcial de execução: 09/2013 ao 02/2014 e o terceiro Relatório de execução parcial que abrange o período 03/2014 até o 08/2014 não apresentam maiores diferenças entre si e com o primeiro relatório. Foram aprovados pela FBB-FA. O segundo relatório informa que os veículos encontram-se na sede da Cooperativa correspondentemente plotados e assegurados. Também manifesta-se no documento a dificuldade para a realização das palestras por aumento de custos. Indica-se a ocorrência de cinco assistências *in loco* por mês, número bastante inferior já que os sócios são quase 400 sócios.

Graças ao projeto de estruturação de logística da Comporta viabilizou-se o atendimento da merenda escolar de instituições da cidade, do Estado e das comunidades indígenas. Atendeu-se 59 escolas na capital do município, 24 escolas indígenas, 123 escolas

estaduais na capital e no interior e 62.480 alunos. Em síntese, o FA financiou os seguintes itens do Projeto:

Tabela 7 - Resumo dos itens financiados pelo Projeto nº 12426 da parceria FBB-FA

Itens	Custo Diferido Valor em Reais	Valor Pago Valor em Reais
2 Caminhão com câmaras fria de 16 ton.	612.520	600.990
1 Caminhão com câmara fria de 9 ton.	165.313	163.837
1 Veículo automóvel 4X4	97.044	88.702
1 Gol Automóvel popular	30.795	27.550
Assistência in loco	33.750	33.750
Material para Realização de Palestras	2295	2077
6 Palestras	11.700	11.700
Material de Escritório	19.174	20.770
Material de transporte (caixas plásticas)	26.220	26.220
Total	996.861	975.596

Fonte: Elaboração Própria baseada nos Relatórios da Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2014).

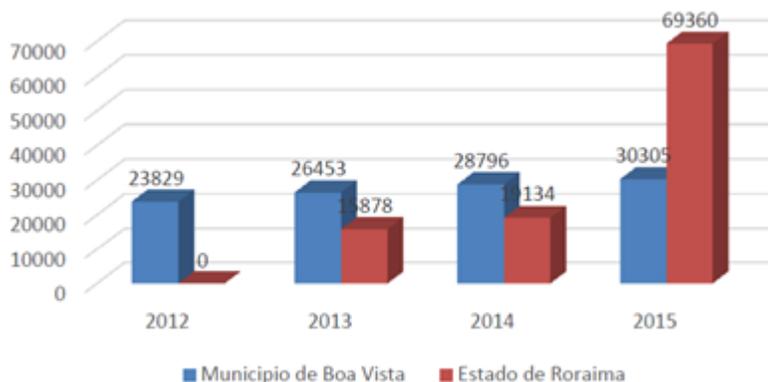
A informação contida nos relatórios da Cooperativa, como já foi demonstrado anteriormente, é de caráter administrativo e de prestação de contas. Comprova-se desta maneira a hipótese, que os relatórios não permitem inferir o impacto dos investimentos do FA no desenvolvimento local sustentável da cidade de Boa Vista. Cabe expor que existem índices para aferir a sustentabilidade como o do IBGE, mas não isola o impacto da Cooperativa no desenvolvimento local sustentável da cidade.

Como já se tem colocado nas laudas introdutórias deste capítulo três, a Cooperativa é um instrumento para promover desenvolvimento local, e os investimentos do FA intervêm favoravelmente nas dimensões social, econômica, político-institucional e ambiental do espaço, segundo o índice de desenvolvimento local sustentável de Martins e Cândido (2008)<sup>78</sup>, a saber:

<sup>78</sup> Esta metodologia foi criada por intermédio primeiramente de técnicas já consolidadas como a metodologia criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, denominada IDS Brasil: 2004, que permite a avaliação dos níveis de sustentabilidade do Brasil, unidades da federação e municípios. Esta técnica deu subsídios para a validação das variáveis utilizadas no presente método e, paralelamente, estes autores utilizaram

1) Dimensão social: refere-se à melhoria na qualidade de vida da população atingida pelo Projeto nº 12.426. Reflete-se em aumento da população beneficiária das merendas escolares, que se traduz em alimentação mais saudável.

Figura 14 - Alunos atendidos com merenda escolar da Agricultura familiar



Fonte: Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2015).

-Aumento do *know-how* dos cooperados através das capacitação e das assistências técnicas in loco, houve transferência de conhecimento. Esses dois últimos indicadores colocam a questão da formação do capital intelectual.

-Incremento da tecnologia na cadeia produtiva, através da compra dos caminhões refrigerados com material de transporte para os produtos. Melhorou a qualidade do produto e reduziram-se as perdas.

2) Dimensão econômica: reflete-se na variação patrimonial da Coophorta e na maior quantidade de produtos produzidos e vendidos (população atingida pelo Projeto nº 12.426). Também registrou-se aumento da produção de frutas e hortaliças e aumento da oferta para atender a demanda existente que não era abastecida (escolas, restaurantes e lanchonetes da cidade de Boa Vista e ao mercado de Manaus). Houve um aumento dos bens da Coophorta, através da compra dos veículos.

3) Dimensão político-institucional: registrou-se um aumento no número de cooperados desde 2013 para 2015, variável que dá conta de maior quantidade de pessoas

---

a metodologia do Índice de Desenvolvimento Sustentável desenvolvida pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (Waquil et al., 2006) (MARTINS e CÂNDIDO<sup>78</sup>, 2008, p.622).

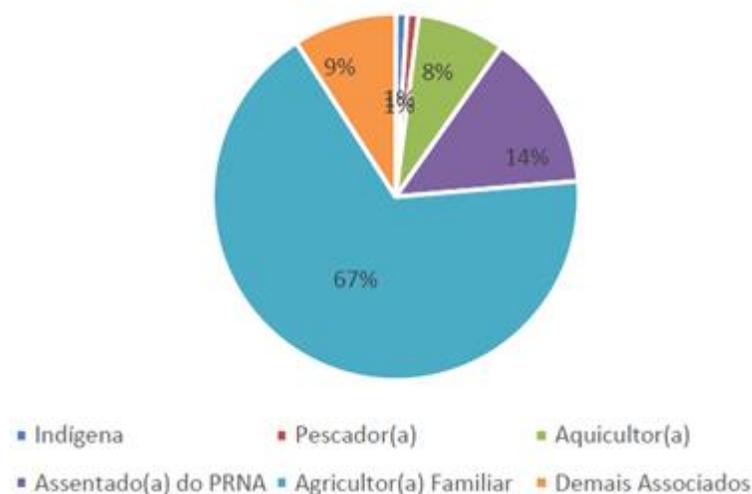
exercendo seu direito ao trabalho. Aumentou participação social, assim como a formação de capital social e o amadurecimento da atuação em redes.

Figura 15 - Número de cooperados por ano



Fonte: Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2015).

Figura 16 - Composição Societária  
Composição Societária



Fonte: Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (2015).

\*Título do gráfico “Composição Societária” (Sic)

4) Dimensão ambiental: os investimentos do FA promoveram capacitações técnicas cujas temáticas versavam sobre técnicas de produção sustentável, cuidado do meio ambiente, cooperativismo, além das assistências *in locus* que foram uma estratégia para promover a sustentabilidade ambiental.

### 3.6 OBSERVAÇÕES FINAIS

O capítulo três desta dissertação implicou uma análise da informação direta contida nos relatórios das instituições pesquisadas. A Coophorta localizada no município de Boa Vista, está envolvida em uma política ambiental do governo federal do Brasil que tem ligação com o âmbito internacional através da cooperação em matéria de clima. Isso é resultado da pressão que é exercida sobre o Estado brasileiro, sua legislação e sua política pública para preservar a floresta Amazônica em pé para mantimento do clima.

Deste modo, o capítulo deu tratamento ao Fundo Amazônia, sua origem histórica, seus parceiros internacionais, sua governança e os fundos doados que deram apoio aos projetos financiados. O FA apresenta-se pelo governo do Brasil como programa pioneiro do REDD+ para reduzir as emissões de gases poluentes eliminando um dos vetores do aquecimento global que é o desmatamento, através do manejo sustentável da floresta amazônica. Deste modo, parece que o FA é uma experiência inovadora e útil para promover o manejo sustentável da floresta, no entanto os fundos envolvidos representam uma influência minúscula no PIB dos Estados amazônicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentam-se nas próximas páginas um conjunto de ideias a modo de considerações finais, que refletem as conclusões sobre o problema de pesquisa e a arquitetura conceitual que elaboramos para o fazer inteligível. Esta dissertação de Mestrado refletiu sobre a incidência da política pública ambiental brasileira, atrelada a um inovador mecanismo de cooperação internacional, no desenvolvimento local sustentável da cidade de Boa Vista.

Após as leituras e as discussões apresentadas acredita-se que o desenvolvimento local sustentável é um processo que envolve a vontade política e o desejo da população de mudar para atingir uma melhor qualidade de vida.

No nível estritamente teórico o desenvolvimento local sustentável é uma subcategoria do desenvolvimento territorial, o qual estuda o desenvolvimento de determinado recorte geográfico. Então pode-se falar de desenvolvimento local e regional de um país. Diferenciam-se entre si por uma questão de senso comum, por exemplo se está se planejando uma estratégia de desenvolvimento intermunicipal de Boa Vista, Alto Alegre e Mucajaí a área territorial abrangida é menor em quilômetros e menos complexa institucionalmente comparada com uma determinada estratégia conjunta de desenvolvimento dos Estados de Amapá, Roraima e Amazonas. No primeiro caso estamos pensando no local e no segundo no âmbito regional.

O desenvolvimento local sustentável é um tipo de processo que envolve os seguintes atores: a sociedade civil; as instituições, as empresas e as universidades, somados a eles o Estado que constitui-se como ator estratégico, todos eles atuam em rede preocupados pelo desenvolvimento. Pois o Estado é responsável por incentivar a participação social, intervir ante os problemas e coordenar a lógica horizontal e vertical no espaço político.

O Estado, seja no nível municipal, estadual ou federal deve ter a vocação de conduzir o processo, com líderes capacitados e a equipe de *policy makers* com suficiente e adequado conhecimento a respeito. A finalidade da sociedade que se encaminha para um processo de desenvolvimento é conseguir uma melhor qualidade de vida, que significa melhor educação, melhor saúde e serviços públicos mais eficientes.

O desenvolvimento local sustentável envolve um processo endógeno de crescimento econômico que propõe-se aproveitar as vantagens do território alvo. É fato que todos os

territórios têm alguma característica latente que poderia dar lugar ao desenvolvimento, atuando assim como forças endógenas, ou seja potencialidades ou bem pode ser uma vantagem em relação a outras cidades.

Assim o aproveitamento de uma vantagem pode estar atrelado por exemplo ao descobrimento de alguma característica do território. É o caso da cidade de *Federación (Entre Ríos, Argentina)*<sup>79</sup> onde o Governo estadual desenvolveu o planejamento do turismo após a descoberta de águas termais.

Ou talvez tenha a ver com o investimento na formação de capital intelectual da comunidade ou no estabelecimento de parcerias entre capital intelectual, humano, recursos económicos e visão de futuro. Por exemplo na cidade de *Tancacha, (Córdoba, Argentina)* a parceria entre a *Universidad Tecnológica Nacional (Facultad Villa María)* e a *Federación Agraria Argentina* deram vida ao projeto *BIO.FAA* a partir de que uma indústria metalúrgica<sup>80</sup> da cidade, produziu a primeira fábrica de biodiesel para uma pequena empresa do país. Esse investimento gerou um aumento de emprego na cidade e instalaram-se mais duas indústrias produtoras de biodiesel e azeite de capitais locais. Além de que a metalúrgica começou a produzir essas máquinas para todo o país.

Segundo a literatura estudada, existem duas hipóteses sobre o surgimento do desenvolvimento local, uma delas coloca que teria emergido como uma estratégia por diante do processo de descentralização das funções dos Estados federais e a outra tem a ver com a relação local/global produzida pelo impulso da globalização. Por exemplo: o Município de *Rafaela*<sup>81</sup> (*Santa Fe, Argentina*), que começou um processo de desenvolvimento local produto da crise dos noventa e da descentralização do Estado federal que derivou funções para as *provincias*<sup>82</sup> e os municípios. A crise foi percebida pelas autoridades *rafaelinas* como uma oportunidade. Sem dúvida a equipe de governo foi visionária, eles conseguiram enxergar um futuro de transformação. Cabe destacar que a equipe de governo tinha passado por uma capacitação na Itália que permitiu-lhes ver a realidade com outros lentes.

---

<sup>79</sup> Para ampliar pode-se aceder nesse link:

[https://www.entrierios.gov.ar/termas/userfiles/files/otros\\_archivos/Informe%20Final%20Plan%20Estrategico%20TERMAS%202010.pdf](https://www.entrierios.gov.ar/termas/userfiles/files/otros_archivos/Informe%20Final%20Plan%20Estrategico%20TERMAS%202010.pdf).

<sup>80</sup> Para conhecer do caso pode-se ampliar aqui: <http://www.lanacion.com.ar/759355-biodiesel-de-cordoba-para-el-pais>.

<sup>81</sup> [http://biblioteca.municipios.unq.edu.ar/modules/mislibros/archivos/TRABAJO\\_INNOVACION\\_22.pdf](http://biblioteca.municipios.unq.edu.ar/modules/mislibros/archivos/TRABAJO_INNOVACION_22.pdf).

<sup>82</sup> Províncias é a denominação da esfera da administração pública do governo estadual na Argentina.

Outra causa que produz os processos de desenvolvimento local tem a ver com a globalização, neste ponto encaixa a Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista, que foi o objeto de pesquisa desta Dissertação. No caso da Cooperativa foi atingida pela lógica da sustentabilidade ambiental oriunda da comunidade internacional que veio se articular com a instância local.

A articulação da Coophorta com a comunidade e a agenda internacional está relacionada com a localização geográfica da Cooperativa, na Amazônia brasileira. O Brasil é foco de pressões internacionais pelo fato de seu território abranger a maior parte da Amazônia, floresta em pé tropical do mundo, reserva de biodiversidade e lar de diversas comunidades indígenas. Essa situação coloca o Brasil no alvo das preocupações pelo aquecimento global, a preocupação pelas emissões de gases poluentes que agravam ainda mais o efeito antes colocado.

Por causa disso, ou seja, pelas informações que prognosticavam o esgotamento dos recursos naturais, o aquecimento global e inúmeros desastres ambientais, houve por muitos anos um clima de catástrofe ambiental na comunidade internacional. Até que finalmente em 1992 na Cúpula da Terra de Rio de Janeiro (Brasil) os países legitimaram a ideologia do desenvolvimento sustentável como padrão dos países para se desenvolver.

Assim segundo Cruz (2015) a ideologia do desenvolvimento sustentável foi repassada para o Brasil desde os foros internacionais, as ONGs, as Organizações Internacionais do sistema ONU e através do Regime Internacional do meio ambiente. Tanto a Convenção de Biodiversidade Biológica quanto a Convenção Quadro da Mudança Climática, regulamentações chaves do Regime Internacional de meio ambiente, estabelecem um conjunto de metas a atingir em relação ao desmatamento, a emissão de GEE, a criação de reservas para conservação da diversidade *in situ*. Nesse sentido o Brasil, adotou um papel de protagonista da política da sustentabilidade ambiental internacional sendo a ideologia da política pública brasileira de intervenção na Amazônia e superando amplamente as metas internacionais em relação a mudança climática.

Essa lógica criou uma oportunidade para a Cooperativa de receber financiamento através do Fundo Amazônia receptor de doações da Noruega e da Alemanha no mecanismo de cooperação bilateral internacional, para promover iniciativas de preservação e manejo sustentável da floresta no marco do REDD+.

O Fundo Amazônia, através da parceria com a Fundação Banco do Brasil, outorgou financiamento à Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista para comprar veículos e assim fortalecer sua cadeia produtiva durante os anos 2013, 2014 e 2015. Então nosso problema de pesquisa que guiou a presente dissertação foi analisar se os investimentos recebidos pela Cooperativa através do FA-FBB tinham conseguido promover o desenvolvimento local sustentável da cidade de Boa Vista.

Através da análise e do estudo de caso percebeu-se um impacto positivo dos investimentos do FA na Cooperativa e nos cooperados atingidos pelo benefício, embora não sendo possível aferir tal melhoria, uma vez que os relatórios estudados apresentaram-se como inconsistentes metodologicamente e insuficientes. Desta maneira foi comprovada nossa hipótese inicial e atingidos nossos objetivos de pesquisa.

O problema de pesquisa apresenta-se como pretexto para estudar a intervenção do FA na Amazônia brasileira. Analisaram-se os recursos repassados pelo FA nos Estados da Amazônia Legal. No caso de Roraima, os recursos transferidos em três anos através de cinco projetos representam o 0,28% do PIB 2014 do Estado, ou seja, é uma porcentagem de minúscula influência, mesmo assim apresenta-se como estratégia válida para dar valor a floresta em pé.

Finalmente, abriu-se o leque de perguntas para futuras pesquisas, algumas delas são: como a ideologia da sustentabilidade influenciou a política pública de outros países? A respeito de avaliação da política pública da sustentabilidade, quais mecanismos poderiam ser os mais adequados para medir os resultados? Como aferir o impacto de uma política pública, sabendo que o controle é a fase mais importante? E no processo de desenvolvimento local sustentável, qual é o papel do empresário empreendedor? Quais são as estratégias que fazem com que ele permaneça mais tempo no mercado?

## REFERÊNCIAS

ADVFN (2017). Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=advfn.&ie=utf-8&oe=utf-8&gws\\_rd=cr&ei=VIWsWNTTI8iLwgScsrnQCw](https://www.google.com.br/search?q=advfn.&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=VIWsWNTTI8iLwgScsrnQCw) Acesso em: 21 fev. 2017.

ALBURQUEQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. **Revista de la Cepal 82**. Abri l 2004. Disponível em: < <http://www.cepal.org/es/publicaciones/10946-desarrollo-economico-local-y-descentralizacion-en-america-latina>> Aceso em: 16 mar. 2016.

ALTSCHULER, B; CASALIS, A. Aportes del Desarrollo Local y la Economía Social a una estrategia nacional de desarrollo. In: García Delgado, Daniel y Luciano Nosetto. (Comps). **El desarrollo en un contexto postneoliberal. Hacia una sociedad para todos**, Buenos Aires Colección Transformaciones, CICCUS-FLACSO 2006. p 1-46. Disponível em: < [politicaspUBLICAS.flacso.org.ar/.../1400534384\\_dlyes](http://politicaspUBLICAS.flacso.org.ar/.../1400534384_dlyes) >. Acesso em: 17 mar. 2016.

AMARAL FILHO, J. (2001). A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas PPP IPEA** | n. 23 | jun 2001 Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89> > . Acesso em: 16 mar. 2016.

ANDRADE, M. Métodos e Técnicas de pesquisa. In: ANDRADE, M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009. p 119-126.

AVELHAN, L. Construção e Análise do Regime Ambiental Internacional. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**. Santa Catarina, Edição n.3, v.1. 2013. Disponível em < [rari.ufsc.br/files/2013/07/RARI-Artigo-3.pdf](http://rari.ufsc.br/files/2013/07/RARI-Artigo-3.pdf) > Aceso em: 16 mar. 2016.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, Apr. 2005 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 Mar. 2016.

BIELSCHOWSKY, R. Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: una Reseña. In: Comisión Económica Para América Latina y el Caribe. **Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: Textos Seleccionados**. Volumen I. 1 ed. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica Chile S.A.,1998. p. 9-61. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2037/S33098N962Cvol1\\_es.pdf;jsessionid=3F75B1C39C17521D7978703AC2FB6772?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2037/S33098N962Cvol1_es.pdf;jsessionid=3F75B1C39C17521D7978703AC2FB6772?sequence=1) > Acesso em: 29 abr. 2016.

BIELSCHOWSKY, R. Introdução. Pensamento de Celso Furtado. In: BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro; o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.11-29; p. 126-155.

BNDES apresenta resultados do Fundo Amazônia na Cúpula do Clima, em Marrakesh Disponível em:

<<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-apresenta->> Acesso: 31 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. FOLHETO DA RIO+20. Disponível em: [www.fundoamazonia.gov.ar](http://www.fundoamazonia.gov.ar) Acesso em: 3 mar. 2017

BOFF, L. Sustentabilidade: questão de vida ou morte. As origens do conceito de sustentabilidade. In: BOFF, L. **SUSTENTABILIDADE, O que é – O que não é**. Petrópolis 2012. Editora Vozes Ltda. p. 13-39.

BOISSIER, S. Desarrollo local: De qué estamos hablando? Documento comissionado por la Cámara de Comercio de Manizales Colombia. Copyright del autor. 1999.

BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias**. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília, 2004. 158 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.527, de 1 de agosto de 2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Amazon Fund*. Bali, Indonésia: FUNDO AMAZÔNIA, 2014. 17 Slides Cor Branca. 10,00X7,5.cm.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 8.576, de 26 de Novembro de 2015. Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+. **Diário Oficial da República Federativa de Brasil**, Brasília, DF, Acesso em: 27 jan. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8576.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8576.htm)>

\_\_\_\_\_. FUNDO AMAZÔNIA. Disponível em:  
[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Esquerdo/Doacoes/](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Doacoes/)  
Acesso: 6 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. ON LINE. Disponível em: <  
[www.mi.gov.br/c/document\\_library](http://www.mi.gov.br/c/document_library)> Acesso em: 3 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente. Disponível em:  
<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 2 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Fundo Amazônia; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Fundo Amazônia. Quadro Lógico**. Setembro de 2010. Disponível em:  
[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt). Acesso em: 08 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Grupo de Coordenação. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília. 2009. Disponível em: <  
[www.mda.gov.br/.../PLANO\\_NACIONAL\\_DA\\_SOCIOBIODIVERSIDA](http://www.mda.gov.br/.../PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDA) > Acesso em: 17 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério De Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira – Encontro Regional Norte**. Brasília nov. 2001. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/documentos>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável**. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Maio de 2008. Disponível em:  
<[www.casacivil.gov.br/arquivos](http://www.casacivil.gov.br/arquivos)>. Acesso em 3 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente. **REDD**. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/>  
Acesso em: 2 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente. Disponível:  
<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>. Acesso em: 2 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades 2015 do Fundo Amazônia**. 2016. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt). Acesso em: 15 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades 2014 do Fundo Amazônia**, n. 6. Junho de 2015. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt). Acesso em: 21 nov. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades 2013 do Fundo Amazônia**, n. 5. 2014. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt). Acesso em: 15 jan. 2017

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades 2012 do Fundo Amazônia**. 2013. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt). Acesso em: 15 jan. 2017

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades 2011 do Fundo Amazônia**. 2012. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt). Acesso em: 15 jan. 2017

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades 2010 do Fundo Amazônia**. 2011. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt). Acesso em: 15 jan. 2017

\_\_\_\_\_. Ministério de Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades 2009 do Fundo Amazônia**. 2009. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt). Acesso em: 15 jan. 2017  
BREISSER-PEREIRA, L. C. A Teoria Econômica e os Países Subdesenvolvidos. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 7, n. 24, jul-set, p.15-40, 1967. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol7-num24-1967/teoria-economica-paises-subdesenvolvidos>>. Acesso em: 16. Mar. 2016.

BUARQUE, S. Desenvolvimento Local. In: BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, 1999.

Disponível em:

<<http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

CALEGARE, M.; SILVA JÚNIOR, N. Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura.

**Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <

[ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/download/21528/17079](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/download/21528/17079) >. Acesso em: 17 mar. 2016.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 1994. p. 153-177.

Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129023744/cavalcanti1.pDf>>

CARTA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'* DEL SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE EL CUIDADO DE LA CASA COMÚN. Disponível em:

<https://www.aciprensa.com/noticias/texto-completo-la-enciclica-laudato-si-del-papa-francisco-en-pdf-y-version-web-64718/>. Acesso em: 2 mar. 2017.

CODATO, A. (2017) Disponível em: <http://adrianocodato.blogspot.com.br/2013/03/arena-politica-bruno-p-w-reis.html> Acesso em: 21 fev. 2017.

COLEBATCH, H.K. Policy analysis, policy practice and political Science. **RESEARCH & EVALUATION**. Australia. National Council Of The Institute Of Public Administration. 2005.

CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO. **Agenda 21 Global .Capítulo 28**. 2000. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 21 nov. 2015

CONVENCIÓN MARCO DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO (CMNUCC) Disponível:

[http://unfccc.int/porta1\\_espanol/informacion\\_basica/la\\_convencion/items/6196.php](http://unfccc.int/porta1_espanol/informacion_basica/la_convencion/items/6196.php). Acesso em: 2 mar. 2017.

COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE BOA VISTA. Estatuto Social da Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros. 24 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Informações Atualizadas Projeto FBB-BNDES-COOPHORTA 12.426. Dezembro de 2015– RORAIMA, 06 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Relatório de Execução de Projeto n 12.426 desde 02/2013 até 08/2013– RORAIMA, 30 de outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. Relatório de Execução de Projeto n 12.426 desde 09/2013 até 02/2014– RORAIMA, 01 de fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Relatório de Execução de Projeto n 12.426 desde 03/2014 até 09/2014– RORAIMA, 01 de agosto de 2014.

CRUZ, G. **RORAIMA: Laboratório De Experiência Dos Regimes Internacionais De Meio Ambiente E Direitos Humanos Na Amazônia Legal**. Porto Alegre: 2015. Tese (Doutorado Interinstitucional em Ciência Política) – DINTER, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Roraima/NECAR.

DALENE, E. **An assessment of the Brazilian REDD+ governance system. A case study of the amazon fund**. 2011. 111p. Dissertation. Noragric - Department of International Environment and Development Studies. Norwegian University of Life Sciences (UMB), Oslo, 2011. Acesso em: 27 jan. 2017. Disponível em: < <http://www.umb.no/noragric> >

DE ANTONI, G. **O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia**. Ambiente & Sociedade, Campinas v. 13, n. 2 - p. 299-313 - jul.-dez. 2010. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a06.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2015.

DI PIETRO PAOLO, L. Hacia un desarrollo integrador y equitativo. Una introducción al desarrollo local. In: BURIN, D. e HERAS, A. (Comp.). **Desarrollo Local: Uma resposta humana a escala humana a la globalización**. 1 ed. Buenos Aires. Ediciones Ciccus, 2007. p. 12-50.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 3. Fundação Banco do Brasil Extratos Convênio Nº 70, sexta-feira, 12 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

**DISCUSSION FORUM: AMAZON FUND, THE WORLD'S BIGGEST CONSERVATION EXPERIMENT? FROM RESULTS-BASED PAYMENT TO THE EXPERIENCES ON THE GROUND** - Moderator: Helmut Eger, GIZ Coordinator Amazon Fund/BNDES. Speakers: Amy Duchelle, Scientist, Center for International Forestry Research, Adriana Ramos, Coordinator Policy and Law Program, Instituto Socioambiental, Juliana Santiago, Head, Amazon Fund Department, Brazilian Development Bank, Osvaldo Stella, Director, Amazon Environmental Research Institute, IPAM, Virgílio Vianna, Director General, Fundação Amazonas Sustentável. Global Landscapes Forum, Paris, (COP 21) France. 6 dezembro 2015. Disponível em: <http://www.cifor.org/youtube/amazon-fund-the-worlds-biggest-conservation-experiment-glf-2015/> Acesso em: 7 fev. 2017.

EGRI, Carolyn P.; PINFIEL, Lawrence T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S. R.; HARDY C. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. p.1-39

FERNANDEZ, V. Desarrollo regional bajo transformaciones transescalares ¿Por qué y cómo recuperar la escala nacional? In: FERNÁNDEZ, V.; BRANDÃO, B. (Dir.). **Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para américa latina. 1ed.** Ciudad de San Martín, Editorial Miño y Dávila, 2010. p.301-343.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Disponível em: [www.fundacaobancodobrasil.org.br](http://www.fundacaobancodobrasil.org.br) Acesso em: 27 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Edital de Seleção Pública de Propostas de Projetos Produtivos Sustentáveis das Cadeias da Sociodiversidade do Estado de Roraima. N0003/2012. 3 de outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Edital de Seleção Pública nº 003/2012 – RORAIMA, Modelo de Proposta, 11 de outubro de 2012.

FUNDO AMAZÔNIA. Consulta. Mensagem recebida por: <[fundoamazonia-faleconosco@bndes.gov.ar](mailto:fundoamazonia-faleconosco@bndes.gov.ar)> 01 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Esquerdo/Doacoes/](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Doacoes/) Acesso em: 2 mar. 2017.

FERRAZ, D. In: **Desenho e Implementação de Políticas Públicas**. Ferraz, D. Algés, Portugal, 2014. Workshop da disciplina. Curso de Alta Direção e Qualificação na função pública do INA Direção de Qualificação para os funcionários da Administração Pública, do Governo de Portugal. Apresentação de powerpoint 170ppt.

FUNDO AMAZÔNIA. EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS. Marcovicht, J. São Paulo, 2013. A finalização do curso do Professor Jacques Marcovitch sobre o Fundo Amazônia tras as palestras e reflexões sobre os trabalhos desenvolvidos ao longo do semestre, trazendo na pauta discussões sobre a floresta amazônica e os projetos financiados pelo BNDES que tentam preservar o meio ambiente. Jaques Marcovitch Escola de Administração USP-FEA/FAPESP Universidade de São Paulo). Acesso em 1 fev. 2017. Disponível em: <<http://fea.eopen.com.br/videos/fundo-amazonia-evolucao-recente-e-perspectivas-parte-1>>

FURTADO, C. I- O Desenvolvimento: visão global. II- Desenvolvimento-Subdesenvolvimento: a problemática atual. III- A nova visão do desenvolvimento influência de alguns autores. IV- Conceitos fundamentais. In: FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico – Estrutural**. Rio de Janeiro, 2000. 3 edição. Editorial Paz e Terra. p.1-51.

GRAGLIA, E. **Diseño y Gestión de políticas públicas hacia un modelo relacional**. EDUCC. Córdoba 2004.

GROUP OF SEVEN. **Houston Economic Declaration. July 1990**. Disponível em <<http://www.g8.utoronto.ca/summit/1990houston/declaration.html#environment>>. Acesso em: 12 out. 2016.

GUIMARÃES, L. Fundo Amazônia: Uma Visão sobre a Governança. In: MARCOVITCH, J. (Org) **Fundo Amazônia Uma Experiência de Cooperação Internacional e Gestão Brasileira**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/mudarfuturo./cms/wp-content/uploads/EADS-5953-2013-Trabalhofinal-200114.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015

HIDALGO CAPITAN, A. **El Pensamiento Económico sobre el desarrollo. De los mercantilistas al PNUD**. 1998. 249-276p. Tese de Doutorado. Universidade de Huelva, Espanha. Disponível em: <<http://www.uhu.es/antonio.hidalgo/documentos/pesd.pdf>>. Acesso em: 07/07/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA A 2015, disponível em: <[http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=\\_PT&codmun=140010&search=roraíma|boa-vista|infograficos:-dados-gerais-do-municipio](http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=_PT&codmun=140010&search=roraíma|boa-vista|infograficos:-dados-gerais-do-municipio)>. Acesso em: 2 nov. 2015.

\_\_\_\_\_ B 2015, disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=140010>>. Acesso em: 02 nov. 2015

\_\_\_\_\_ C 2015, disponível em: <[http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=\\_PT&codmun=140010&search=roraíma|boa-vista|infograficos:-dados-gerais-do-municipio](http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=_PT&codmun=140010&search=roraíma|boa-vista|infograficos:-dados-gerais-do-municipio)>. Acesso em: 02 nov. 2015.

\_\_\_\_\_ D 2015, disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=14&idtema=118&codv=v01&search=roraíma|boa-vista|sintese-das-informacoes->>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. CONTAS REGIONAIS DO BRASIL 2010-2014. Acesso em: 7 fev. 2017. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98881.pdf>

JANKELEVICH, S. Las cumbres mundiales sobre el ambiente. Estocolmo, Río y Johannesburgo. 30 años de Historia Ambiental. **Documento de Trabajo N° 106**, Universidad de Belgrano. Buenos Aires. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.edu.ar/investigaciones/dt\\_nuevos/106\\_jankilevich.pdf](http://www.ub.edu.ar/investigaciones/dt_nuevos/106_jankilevich.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

JIMÉNEZ, E. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Para O Desenvolvimento Econômico Da América Latina e o Caribe. **Evolución de los paradigmas y modelos interpretativos del desarrollo territorial**. Santiago de Chile. 2001 Edgar Moncayo Jiménez . Acesso em 09 maio 2016. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7262/S018637\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7262/S018637_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

KRASNER, S. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization** 36, 2, Spring, 1982. Disponível em: <[www.ir.rochelleterman.com/.../krasner%201982.pdf](http://www.ir.rochelleterman.com/.../krasner%201982.pdf)> . Acesso em: 17 mar. 2016.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: Editora SENAC, 2011. 265 p.

MARCOVITCH, J. Introdução. In: MARCOVITCH, J. (Org.) **Fundo Amazônia Uma Experiência de Cooperação Internacional e Gestão Brasileira**. São Paulo, FEA/USP, 2013. Disponível em: < <http://www.usp.br/mudarfuturo./cms/wp-content/uploads/EADS-5953-2013-Trabalhofinal-200114.pdf>.> Acesso em: 21 nov. 2015

GONÇALVES. In: MARCOVITCH, J. (Org.) **Fundo Amazônia Uma Experiência de Cooperação Internacional e Gestão Brasileira**. São Paulo, FEA/USP, 2013. Disponível em: < <http://www.usp.br/mudarfuturo./cms/wp-content/uploads/EADS-5953-2013-Trabalhofinal-200114.pdf>.> Acesso em: 21 nov. 2015

MARTINS E CÂNDIDO. Índice de Desenvolvimento Sustentável Local e suas influências nas políticas públicas: um estudo exploratório no município de Alagoa Grande – PB. **Gest. Prod.** São Carlos, v. 18, n. 3, p. 619-632, 2011.

MAY, PETER H. **Economia ecológica e desenvolvimento equitativo no Brasil**. In: Peter May (org.) **Economia ecológica: Aplicações no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996. 21p.

MONTANARI, I. **Cooperação Internacional Ambiental e a Política Demarcatória De Terras Indígenas**. 2011. 173p. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NOBRE, G. **Parceria Estratégica Entre O Brasil E Noruega: Cooperação Em Clima, Meio Ambiente E Desenvolvimento Sustentável Da Amazônia 2006-2013**. 2015. 130p. Dissertação. Universidade Federal de Roraima/NECAR, Boa Vista, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Brundtland**. 1987. Disponível em: < <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf> > . Aceso em 16. Mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n° 169 sobre povos Indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília, DF, 2011

RORAIMA, SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Plano Plurianual 2012 – 2015 de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima, 2011**. Disponível em: <[http://www.transparencia.rr.gov.br/index.php/component/docman/doc\\_download/7163-ppa-volume-i-2012-2015?Itemid=123](http://www.transparencia.rr.gov.br/index.php/component/docman/doc_download/7163-ppa-volume-i-2012-2015?Itemid=123)>. Acesso em: 07 julho 2015.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. **3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 95 p.**

SALLUM JÚNIOR, Brasília e KUGELMAS, Eduardo. O Leviatã acorrentado: a crise brasileira dos anos 80. In: SOLA, Lourdes (org.). **Estado, Mercado e Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. (pp. 280-299).

SEN, A. (1999). Introdução. A perspectiva da liberdade. In: SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 6. reimpressão. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 2007. p.9-54.

STOPPINO, M. Ideologia. In: BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de Política**. 1 Edição. Brasília DF: Trad. Carmen C. Varriale, Trad. João Ferreira, Ver. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro. Editora Universidade de Brasília. 1998. 1v. p.585-596.

STUMP, D. PINHEIRO. Relato de Participação da CCI representada na Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas e 2ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto Nairóbi, Quênia, nos dias 06 a 17 de novembro de 2006. **Câmara de Comércio Internacional - Comitê Brasileiro**. Disponível em: <  
<http://www.pinheiropedro.com.br/biblioteca/anais-e-relatorios/pdf/relatorio-COP12-MOP-2.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

SUNKEL, O.; PAZ, P. Tercera Parte: La Teoría del Desarrollo Económico. In: SUNKEL, O.; PAZ, P. **El subdesarrollo latino-americano y la Teoría del desarrollo**. 1. ed. México DF: Siglo XXI Editores, S. A. 1970. p. 81-201. Disponível em: <  
[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1604/S33098I59S1\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1604/S33098I59S1_es.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 17 mar. 2016.

VAINER, C. Planificación territorial y proyecto nacional: los desafíos de la fragmentación en la experiencia brasileña. In: FERNÁNDEZ, V.; BRANDÃO, B. (Dir.). **Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para América Latina**. 1ed. San Martín, Editorial Miño y Dávila, 2010. p.274 – 300.

VAZQUEZ BARQUERO, A. **La política de desarrollo económico local: el concepto de desarrollo económico local**. 2000. Disponível em: <[cite.flacsoandes.edu.ec/.../Vazquez-A\\_2000\\_](http://cite.flacsoandes.edu.ec/.../Vazquez-A_2000_)>. Acesso em: 17 mar. 2016.

VEIGA, J. Parte I: O que é desenvolvimento. In: VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro. Garamond, 2010. p.226.

## APÊNDICE

## Apêndice A: Projetos apoiados pelo FA em 2009

UF	Núm.	Nome do Projeto	Executor do Projeto Natureza Jurídica	Aprovado em:	Beneficiários	Valor R\$:
AM	1	Projeto Bolsa Floresta	ONG	2009	População das Unidades de Conservação atendidas pelo projeto, passando de 14 para 20 UCs até 2013	19,2 milhões
PA	2	Projeto Imazon	ONG	2009	11 municípios	9,7 milhões
PA MT	3	Projeto TNC Brasil	ONG	2009	12 municípios	16 milhões
MT	4	Projeto Sementes do Portal	ONG	2009	7 municípios	5,4 milhões
Bioma Amazônia	5	Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – segunda fase	ONG	2009	Bioma Amazônia	20 milhões
TOTAL ano 2009						70,3 milhões

Fonte: Elaboração própria baseada no RAFA 2009 (BRASIL, 2009).

## Apêndice B: Projetos apoiados pelo FA em 2010

UF	N	NOME DO PROJETO	RESPONSÁVEL	ANO	BENEFICIÁRIO	VALOR R\$
MT	1	PROJETO Olhos d'Água da Amazônia	Município	2010	1 município	2.781.340,40
MT	2	PROJETO Recupera Marcelândia	Município	2010	1 município	669.126,00
AC AM	3	PROJETO Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Estado do Amazonas	Município	2010		20.000.000,00
AC	4	PROJETO Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Governo estadual.	2010	Assentados e agricultores familiares no Estado de Acre.	60.000.000,00
PA AM RO	5	PROJETO Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	Governos estaduais.	2010	Trabalhadores do setor madeireiro e florestal e operadores de máquinas pesadas, comunidades florestais e pequenos produtores rurais, agentes do governo, engenheiros, auditores, administradores, pesquisadores e estudantes florestais de nível médio e superior.	7.449.000,00
AM	6	PROJETO Conhecer para Conservar	Universidade	2010	População de Manaus e cidades próximas, turistas nacionais e estrangeiros, estudantes das universidades, estudantes e professores da rede pública e privada do Estado do Amazonas e demais interessados em questões socioambientais.	8.454.421,00

Bioma Amazônia	7	PROJETO Nova Cartografia Social na Amazônia	ONG	2010	27 povos e comunidades tradicionais da região e a rede de pesquisa envolvida no projeto Nova Cartografia Social na Amazônia	4.614.587,03
PA	8	PROJETO Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Pará	Governo estadual	2010	Produtores rurais e população do Estado do Pará	15.923.230,00
TOTAL						119.891.704,43

FONTE: Elaboração própria baseada no RAFA 2014 (BRASIL, 2015).

## Apêndice C: Projetos apoiados pelo FA em 2011

UF	N	Nome do Projeto	Executor do Projeto Natureza Jurídica	Aprovado em:	Beneficiários	Valor R\$:
MT	1	Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Governo estadual.	2011	População da região de atuação da Base de Operações Aéreas e Terrestres de Sinop	12.625.000,00
TO	2	Proteção Florestal Tocantins - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins	Governo Estadual.	2011	Município de Araguaina	5.000.000,00
MT	3	Preservar Porto dos Gaúchos	Município.	2011	População local.	133.890,00
MT	4	Nascentes do Buriti	Município.	2011	População local em especial produtores rurais.	1.870.581,50
PA	5	Anapu Rumo ao Selo Verde	Município.	2011	População.	431.940,00
PA	6	Jacundá, Município de Economia Verde	Município.	2011	População local em especial produtores rurais.	792.200,00
Bioma Amazônia	7	Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade	2011	Bioma Amazônia.	2.704.084,90
PA	8	Fundo Dema	ONG	2011	Comunidades tradicionais.	9.347.384,00
MT	9	Fundo Kayapó	ONG	2011	Comunidades indígenas.	16.900.000,00
PA	10	Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	União.	2011	Comunidade assentadas na reforma agraria.	24.939.200,37
TOTAL						74.744.280,77

Fonte: Elaboração própria baseada na informação do RAFA 2013 (BRASIL, 2014) e RAFA 2014 (BRASIL, 2015).

## Apêndice D: Projetos apoiados pelo FA em 2012

UF	N	Nome do Projeto	Executor do Projeto Natureza Jurídica		Aprovado em:	Beneficiários	Valor R\$:
Bioma Amazônia	1	Inventário Florestal Nacional – Amazônia	União.		2012	Pessoas e instituições que utilizam a informação do Bioma Amazônia.	65.000.555,12
AC	2	Acre: Incêndios Florestais Zero	Governo Estadual.		2012	População estadual.	13.280.700,00
RO	3	Rondônia Mais Verde	Governo estadual.		2012	População estadual.	15.040.500,00
PA	4	Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas	Governo estadual.		2012	População estadual.	16.830.280,00
PA	5	Porto de Moz Sustentável	Município		2012	População local.	337.206,46
PA	6	Compostos Bioativos da Amazônia	Universidade		2012	UFPA; pequenos agricultores, potenciais fornecedores de matérias-primas.	1.352.336,00
PA	7	Ilhas de Belém	Universidade		2012	População das ilhas de Belém.	1.138.083,93
PA	8	Florestas de Mangue	Universidade		2012	População que mora e vive da floresta.	1.982.143,00
PA	9	Biodiversidade	Universidade		2012	Comunidade científica e produtores da biodiversidade.	4.639.706,98
Bioma Amazônia	10	Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia	ONG-FA		2012	Comunidades tradicionais da Amazônia; agricultores familiares, trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento, população de baixa renda ou em situação de risco de exclusão social na Região do Bioma Amazônia; e empreendimentos coletivos e/ou de	15.000.000,00.

						economia solidária, instituições de direito privado sem fins lucrativos, entidades da administração pública direta e indireta municipal, estadual e federal e fundações de apoio à pesquisa	
MA MT TO (porção dos Estados do Bioma Amazônia)	11	Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia	ONG		2012	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no Bioma Amazônia Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no Bioma Amazônia	12.843.876,04
AM	12	Mamirauá	ONG		2012	IDSM, comunidades locais das reservas de desenvolvimento sustentável Mamirauá e Amanã, comunidade científica, gestores de unidades de conservação (UC) e outras comunidades beneficiadas pelos conhecimentos produzidos no âmbito do projeto	8.504.678,54
Bioma Amazônia	13	Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	IBAM Órgão da união.		2012	Funcionários dos órgãos de administração municipal voltados para a gestão ambiental local, podendo alcançar os 529 municípios do Bioma Amazônia, distribuídos pelos nove Estados da Amazônia Legal	18.853.482,32
	TOTAL						159.803.548,39

Fonte: Elaboração própria baseada na informação do RAFA 2013 (BRASIL, 2014) e RAFA 2014 (BRASIL, 2015).

## Apêndice E: Projetos apoiados pelo FA em 2013

UF	N	Nome do Projeto	Executor do Projeto Natureza Jurídica	Aprovado em:	Beneficiários	Valor R\$:
Bioma Amazônia	1	PREVFOGO/IBAMA	Organismo da União.	2013	População do Bioma Amazônia	14.717.270,00
PA	2	PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES	Governo estadual.	2013	Produtores rurais e Secretarias Municipais dos 100 municípios abrangidos pelo projeto	82.378.560,00
AC	3	CAR ACRE	Governo estadual.	2013	Municípios	16.838.000,00
MT	4	MATO GROSSO SUSTENTÁVEL	Governo estadual.	2013	População do Estado do MT.	35.015.970,00
AP	5	GESTÃO FLORESTAL E DINAMIZAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE DO AMAPÁ	Governo estadual.	2013	População extrativista.	40.304.200,00
AM	6	SEPROR AGROECOLÓGICA	Governo estadual.	2013	41 municípios.	14.900.000,00
TO	7	CAR: TOCANTINS LEGAL	Governo estadual.	2013	População do Estado.	40.504.400,00
MA	8	MARANHÃO SUSTENTÁVEL	Governo estadual.	2013	Pequenos produtores e posseiros rurais de assentamentos do Estado e de comunidades quilombolas.	20.036.000,00
Amazônia Transnacional	9	MONITORAMENTO DA COBERTURA FLORESTAL NA AMAZÔNIA REGIONAL	Organismo internacional – OCTA.	2013	Amazônia transnacional.	23.693.641,00
MT	10	OLHOS DE AGUA DA AMAZÔNIA	Município	2013	População local em espaços de agricultura familiar	7.182.970,00
MT	11	SEMENTES DO PORTAL – FASE 2	ONG	2013	Agricultores familiares do Estado de Mato Grosso	16.086.000,00
MT PA	12	SOCIOBIODIVERSIDADE PROD. NO XINGU	ONG	2013	População de produtores extrativista	8.023.856,00

					das cadeias de valor	
AC	13	PESCA SUSTENTÁVEL WWF BRASIL	ONG	2013	pescadores	3.205.943,00
RO	14	QUINTAIS AMAZÔNICOS RIOTERRA	ONG	2013	Agricultores familiares	9.117.000,00
TOTAL						332.003.810,00

Fonte: Elaboração própria baseada em RAFA 2014 (BRASIL, 2015).

## Apêndice F: Projetos apoiados pelo FA em 2014

UF	N	Nome do Projeto	Executor do Projeto Natureza Jurídica	Aprovado em:	Beneficiários	Valor R\$:
PA AP	1	FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA	ONG	2014	Aproximadamente 8.800 indígenas e 60 técnicos de instituições públicas	15.750.406,00
Bioma Amazônia	2	FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FASE 2) – FUNDO AMAZÔNIA	ONG- Organismo do Governo federal	2014	Comunidades tradicionais da Amazônia (povos indígenas, vilas remanescentes de antigos quilombos, seringueiros e populações ribeirinhas que vivem da pesca e agricultura de subsistência etc.), agricultores familiares, trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento e população de baixa renda ou em situação de risco de exclusão social na região do Bioma Amazônia	12.000.000,00
AP	3	CAPACITAR PARA CONSERVAR	ONG	2014	Gestores envolvidos na implementação de políticas públicas para unidades de conservação (curso Master) e moradores dessas unidades e de seus entornos (curso de formação de agentes ambientais)	1.452.000,00
Bioma Amazônia	4	PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA	ONG	2014	O público-alvo são povos indígenas isolados e povos indígenas de recente contato e, ainda, povos indígenas que habitam o entorno de territórios de índios isolados e de recente contato	19.043.330,00

MT	5	SENTINELAS DA FLORESTA	ONG	2014	O projeto abrange quatro etnias indígenas (Apiaká, Caiaby, Munduruku e Cinta Larga), a própria Coopavam, formada por extrativistas do assentamento Vale do Amanhecer, e a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia, oriunda da Coopavam	5.288.817,00
AP	6	NÉCTAR DA AMAZÔNIA	ONG	2014	Comunidades tradicionais dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no Estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no Estado do Amapá	2.030.000,00
AP	7	NEGÓCIOS AGROFLORESTAIS	ONG	2014	12 comunidades de agroextrativistas, compoendo um público-alvo estimado de 260 famílias	2.838.549,00
PA	8	CALHA NORTE SUSTENTÁVEL	ONG	2014	34 comunidades quilombolas e um assentamento da região	3.312.877,00
MA	9	APL BABAÇU	ONG	2014	Populações de assentamentos, quilombos, comunidades tradicionais e agricultores familiares	5.286.300,00
MT	10	CADEIAS DE VALOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO MATO GROSSO	ONG	2014	Agricultores familiares da região, incluindo comunidades indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária estaduais e federais	3.238.032,00
AC	11	FORTALECENDO A ECONOMIA DE BASE FLORESTAL SUSTENTÁVEL	ONG	2014	Pequenos proprietários rurais familiares	5.081.763,00

AC RO	12	CONCRETIZAR	ONG	2014	385 famílias de agroextrativistas e cerca de 435 famílias adicionais, que se beneficiarão dos investimentos na cadeia produtiva das frutas	5.127.594,00
AM	13	ARAPAIMA: REDES PRODUTIVAS	ONG	2014	Povos indígenas e comunidades extrativistas	6.364.730,00
Bioma Amazônia	14	MONITORAMENTO AMBIENTAL POR SATÉLITES NO BIOMA AMAZÔNIA	Organismos do Estado federal.	2014	Todas as pessoas e instituições que venham a utilizar as informações produzidas pelo Inpe relacionadas ao monitoramento ambiental por satélites	66.952.436,00
AM	15	GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS TERRAS INDÍGENAS DO ESTADO DO AMAZONAS	GOverno estadual	2014	população indígena do Estado do Amazonas beneficiando cerca de 34 etnias em 29 comunidades localizadas em 15 municípios	16.465.000,00
RO	16	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO AMBIENTAL INTEGRADO	Governo estadual	2014	Produtores rurais e as estruturas administrativas estaduais e municipais de meio ambiente do Estado	32.659.602,00
BA	17	CAR BAHIA	Governo estadual	2014	Projeto beneficiará diretamente 161 municípios do Estado da Bahia, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o Estado, por meio das ações de capacitação e aprimoramento de infraestrutura para implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)	31.671.000,00
MS	18	CAR MATO GROSSO DO SUL	Governo estadual	2014	Proprietários de imóveis da agricultura familiar com até quatro módulos fiscais e	8.789.800,00

					assentamentos localizados nas zonas rurais de 69 municípios do Estado	
RR	19	CAR RORAIMA	Governo estadual	2014	Pequenos proprietários ou posseiros rurais familiares (imóveis de até quatro módulos fiscais) que desenvolvam atividades agrossilvipastoris,	10.820.500,00
RR	20	BOMBEIROS RORAIMA	Governo estadual.	2014	População do Estado de Roraima	12.800.000,00
MT	21	SEMEANDO NOVOS RUMOS EM COTRIGUAÇU	Município	2014	População do Município	1.981.511,00
TOTAL						268.954.247,00

Fonte: Elaboração própria baseada no RAFA 2014 (BRASIL, 2015).

## Apêndice G: Projetos apoiados pelo FA em 2015

UF	N	Nome do Projeto	Executor do Projeto Natureza Jurídica	Aprovado em:	Beneficiários	Valor R\$:
MT	1	IREHI – CUIDANDO DOS TERRITÓRIOS	ONG	2015	Populações e comunidades indígenas das TIs Menkü, Manoki, Pirineus de Souza e Marãiwatsédé	8.160.140,00
PA AP	2	BEM VIVER SUSTENTÁVEL	ONG	2015	Populações e comunidades indígenas das TIs	11.858.793,87
PA AM MT RO	3	FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA	ONG	2015	População e servidores dos municípios constantes na lista do Ministério do Meio Ambiente como prioritários para atividades de prevenção e controle do desmatamento e moradores das unidades de conservação (UC) abrangidas pelo projeto na Calha Norte do Pará	12.104.865,00
AC	4	ALTO JURUÁ	ONG	2015	Cerca de 720 indígenas que habitam a terra indígena (TI) Kampa do Rio Amônia, representados pela Apiwtxa; mais seiscentos indígenas da TI Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu; cinquenta comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá; além de comunidades Ashaninka no Peru, por meio da promoção de intercâmbios para fortalecer o diálogo com elas	6.597.581,00
AC	5	CADEIAS DE VALOR EM TERRAS INDÍGENAS NO ACRE CPI-ACRE	ONG	2015	2.585 indígenas das etnias Kaxinawá, Shawãdawe Yawanawá que habitam as quatro TIs apoiadas pelo projeto	3.106.064,00
AC	6	PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA	ONG	2015	Populações de agricultores familiares e comunidades tradicionais, como extrativistas, ribeirinhos e indígenas, de nove instituições aglutinadas, entre elas, uma cooperativa de indígenas e uma associação de mulheres.	9.993.000,00
TI PA	7	FRUTOS DA FLORESTA	ONG	2015	Uma associação e cinco cooperativas de produtores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais	4.053.734,00
Bioma Amazônia	8	PROJETO INTEGRADO DA AMAZÔNIA EMBRAPA E FEA	Organismo do Estado federal e OBG.	2015	Pequenos agricultores, comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, entre outros.	33.691.380,00
Bioma Amazônia	9	AMAZÔNIA SAR CENSIPAM	União	2015	População da Amazônia	63.923.626,00

Bioma Amazônia	10	COMPANHIA DE OPERAÇÕES AMBIENTAIS DFNSP	União	2015	População da Amazônia.	30.631.480,00
MT RO	11	AMAZÔNIA INDÍGENA SUSTETAVEL ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL KANINDE	ONG	2015	População e comunidades indígenas, Tis,	8.188.872,00
TOTAL						192.309.535,87

FONTE: Elaboração própria baseada no RAFA 2015 (BRASIL, 2016).

## Apêndice H: Projetos apoiados pela parceria FBB/BNDES-FA.

UF	Número do Projeto e Nome do Projeto	Data de Execução	FBB R\$	BNDES R\$	Pessoas Beneficiadas
AP	12322 - Produção Agroecológica, Integrada Sustentável – Pais.	--	--		--
TO	12354 - Implantação De 105 Unidades Pais	27/02/2013 a 27/08/2015	R\$ 0,00	R\$ 1.550.352,78	420
RO	12370 - Equilíbrio Do Meio Ambiente Com Manejo Da Cadeia Produtiva Do Babaçu - Agroindústria	01/03/2013 a 01/03/2015	R\$ 0,00	R\$ 867.142,46	600
RO	12388 - Implantação De Um Viveiro De Mudanças Frutíferas E Nativas - P.A Joana D'arc	29/04/2013 a 29/08/2014	R\$ 0,00	R\$ 393.333,00	352
RO MT	12401 - Cadeia Produtiva Da Castanha Orgânica - Apoio À Estruturação Física	26/04/2013 a 26/10/2014	R\$ 0,00	R\$ 908.834,50	625
RO	12403 - Apoio A Cadeia Produtiva Do Cafeicultura Orgânica E Sombreada	04/03/2013 a 04/09/2014	R\$ 1.500.967,70	R\$ 0,00	300
RO	12405 - Estruturação Da Cadeia Produtiva Do Guaraná Orgânico	23/04/2013 a 23/10/2014	R\$ 0,00	R\$ 578.883,60	50
RO	12424 - Reaplicação De 70 Unidades Pais	06/08/2013 a 06/08/2015	R\$ 271.200,00	R\$ 913.927,00	280
RR	12426 - Estruturação E Aquisição De Equipamentos Para Escritório E Veículos	21/02/2013 a 21/02/2015	R\$ 954.302,00.-	R\$ 0,00	276
RR	12429 - Mel - Alimento E Desenvolvimento	20/02/2013 a 20/08/2015	R\$ 247.057,93.-	R\$ 0,00	64
RR	12432 - Produção Agroecológica Integrada E Sustentável No Município De Boa Vista - RR	19/06/2013 a 19/12/2016	R\$ 0,00	R\$ 568.400,00.-	280
MT PA	12442 - Geração Sustentável De Renda Para As Comunidades Kayapó Na Amazônia	25/04/2013 a 25/05/2016	R\$ 975.388,57	R\$ 0,00	561
AC	12447 - Produção Agroecológica Integrada E Sustentável	07/03/2013 a 07/03/2015	R\$ 568.400,00	R\$ 0,00	280
PA	12473 - Fortalecendo As Cadeias Produtivas Da Castanha-Da-Amazônia, Do Cumaru E Do Cacao Nas Comunidades Kayapó	05/03/2013 a 05/12/2016	R\$ 566.747,93	R\$ 0,00	675
AM	12487 - Alternativas Sustentáveis De Melhorias Nos Sistemas De Produção,	23/05/2013 a 23/11/2015	R\$ 512.557,07	R\$ 0,00	32

	Beneficiamento E Escoamento Agrícola No Projeto De Assentamento Vila Amazônia				
DF	12492 - Comunicação Promocional Da Parceria Fbb/Bndes Institucional (Fundo Amazônia)	01/01/2013 a 01/01/2014	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	1
AC	13802 - Fortalecendo Experiências Socioprodutivas Sustentáveis No Alto Juruá	25/09/2014 a 25/09/2016	R\$ 0,00	R\$ 1.460.071,03	635
AM	14534 - Redes Ecoforte 2014/005 No-04	31/10/2014 a 14/12/2016	R\$ 609.958,98	R\$ 638.757,	2600
PA	14565 - Redes Ecoforte 2014/005 - Polo De Proteção Da Biodiversidade - Poloprobio - No 15	01/12/2014 a 30/11/2016	R\$ 507.865,53	R\$ 739.870,00	210
AM	14720 - Implantação De Unidade De Beneficiamento De Polpas De Frutas No Município De Manicoré / Am	06/02/2015 a 06/02/2017	R\$ 0,00	R\$ 1.354.747,35	65
AP	14724 - Consolidando Alternativas Para A Diversificação Produtiva No Sul Do Amapá: Aprimoramento Tecnológico E Gerencial Da Castanha-Do-Brasil, Seus	16/03/2015 a 16/09/2017	R\$ 0,00	R\$ 753.318,98	396
AM	14795 - Negócios Socioambientais Na Resex Do Rio Unini - Aprimoramento Processos Produtivos E De Gestão Negócios Floresta Com Foco Na Castanha	03/12/2015 a 02/12/2017	R\$ 0,00	R\$ 449.999,21	132
AM	14807 - Ecoforte Extrativismo - Aspacs	20/10/2015 a 19/10/2016	R\$ 0,00	R\$ 447.000,00	309
AP	14835 - Eco Extrativismo Aciobio	06/11/2015 a 05/11/2016	R\$ 0,00	R\$ 726.383,00	150
AM	14836 - Ecoforte Da Reserva Extrativista Do Rio Ituxi	07/10/2015 a 07/10/2017	R\$ 0,00	R\$ 449.817,89	123
AP	14837 - Ecoforte Extrativismo - Resex Do Rio Cajari	12/11/2015 a 12/11/2017	R\$ 0,00	R\$ 451.840,00	240
AP	14847 - Ecoforte Extrativismo - Amaex	26/10/2015 a 25/10/2016	R\$ 0,00	R\$ 260.413,00	654

AM	14874 - Ecoforte Reserva Extrativista Médio Juruá	12/11/2015 a 13/05/2017	R\$ 0,00	R\$ 450.000,00	255
AM	14884 - Ecoforte Extrativismo 2014/020 - Cooperar	24/10/2015 a 24/10/2016	R\$ 0,00	R\$ 436.086,80	183
PA	14943 - Ecoforte Extrativismo - Coomflona	10/12/2015 a 10/12/2017	R\$ 0,00	R\$ 447.679,44	212
PA	15017 - Ecoforte Reserva Extrativista Marinha De Viseu Piriá Gurupi	15/12/2015 a 15/12/2017	R\$ 0,00	R\$ 296.942,82	250

Fonte: Elaboração própria Fundação Banco do Brasil, 2017.

**ANEXO**



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008.**

Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, e tendo em vista o disposto no art. 225, **caput** e § 4º, ambos da Constituição,

**DECRETA:**

~~Art. 1º Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a adotar as providências necessárias ao estabelecimento e gestão do Fundo Amazônia, destinado a captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, contemplando as seguintes áreas:~~

Art. 1º Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie, apropriadas em conta específica denominada Fundo Amazônia, para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico, contemplando as seguintes áreas: [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.565, de 2008\)](#)

- I - gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II - controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III - manejo florestal sustentável;
- IV - atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- V - Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI - conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII - recuperação de áreas desmatadas.

§ 1º Poderão ser utilizados até vinte por cento dos recursos do Fundo Amazônia no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

§ 2º As ações de que trata o **caput** devem observar as diretrizes do Plano Amazônia Sustentável - PAS e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM, à exceção do disposto no § 1º.

~~§ 3º O BNDES deduzirá a importância equivalente a três por cento do valor das doações referidas no **caput** para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluídas as despesas referentes à operacionalização do Comitê Técnico do Fundo Amazônia - CTFA, do Comitê Orientador do Fundo Amazônia - COFA e os custos de contratação de serviços de auditoria.~~

§ 3º O BNDES segregará a importância equivalente a três por cento do valor das doações referidas no **caput** para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluídas as despesas referentes à operacionalização do Comitê Técnico do Fundo Amazônia - CTFA, do Comitê Orientador do Fundo Amazônia - COFA e os custos de contratação de serviços de auditoria. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.565, de 2008\)](#)

§ 4º São recursos do Fundo Amazônia, além das doações referidas no **caput**, o produto das aplicações financeiras dos saldos ainda não desembolsados.

§ 5º O BNDES representará o Fundo Amazônia, judicial e extrajudicialmente.

Art. 2º O BNDES procederá às captações de doações e emitirá diploma reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia.

§ 1º Os diplomas emitidos deverão conter as seguintes informações:

- I - nome do doador;
- II - valor doado;
- III - data da contribuição;
- IV - valor equivalente em toneladas de carbono; e
- V - ano da redução das emissões.

§ 2º Os diplomas serão nominais, intransferíveis e não gerarão direitos ou créditos de qualquer natureza.

§ 3º Os diplomas emitidos poderão ser consultados na rede mundial de computadores - Internet.

§ 4º Para efeito da emissão do diploma de que trata o **caput**, o Ministério do Meio Ambiente definirá, anualmente, os limites de captação de recursos.

§ 5º O Ministério do Meio Ambiente disciplinará a metodologia de cálculo do limite de captação de que trata o § 4º, levando em conta os seguintes critérios:

- I - redução efetiva de Emissões de Carbono Oriundas de Desmatamento (ED), atestada pelo CTFA; e

II - valor equivalente de contribuição, por tonelada reduzida de ED, expresso em reais por tonelada de carbono.

Art. 3º O Fundo Amazônia contará com um Comitê Técnico - CTFA com a atribuição de atestar a ED calculada pelo Ministério do Meio Ambiente, devendo para tanto avaliar:

I - a metodologia de cálculo da área de desmatamento; e

II - a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Parágrafo único. O CTFA reunir-se-á uma vez por ano e será formado por seis especialistas de ilibada reputação e notório saber técnico-científico, designados pelo Ministério do Meio Ambiente, após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para mandato de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

Art. 4º O Fundo Amazônia contará com um Comitê Orientador - COFA composto pelos seguintes segmentos, assim representados:

I - Governo Federal - um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

a) Ministério do Meio Ambiente;

b) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

c) Ministério das Relações Exteriores;

d) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

e) Ministério do Desenvolvimento Agrário;

f) Ministério da Ciência e Tecnologia;

g) Casa Civil da Presidência da República;

h) Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e

i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

II - Governos estaduais - um representante de cada um dos governos dos Estados da Amazônia Legal que possuam plano estadual de prevenção e combate ao desmatamento; e

III - sociedade civil - um representante de cada uma das seguintes organizações:

a) Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS;

b) Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;

c) Confederação Nacional da Indústria - CNI;

d) Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNABF;

e) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; e

f) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC.

§ 1º Os membros do COFA serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades de que tratam os incisos I a III do **caput** e designados pelo presidente do BNDES, para mandato de dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

§ 2º O COFA, que se reunirá ordinariamente uma vez a cada semestre e extraordinariamente a qualquer momento mediante convocação de seu presidente, zelará pela fidelidade das iniciativas do Fundo Amazônia ao PAS e ao PPCDAM, estabelecendo:

I - diretrizes e critérios de aplicação dos recursos; e

II - o regimento interno do COFA.

§ 3º O COFA será presidido por um dos representantes dos órgãos do Governo Federal referidos no inciso I do **caput**, com mandato de dois anos, sendo o primeiro mandato exercido pelo representante do Ministério do Meio Ambiente.

§ 4º As deliberações do COFA deverão ser aprovadas por consenso entre os segmentos definidos nos incisos I a III do **caput**.

§ 5º A Secretaria-Executiva do COFA será exercida pelo BNDES.

Art. 5º A participação no CTFA e no COFA será considerada serviço de relevante interesse público e não ensejará remuneração de qualquer natureza.

Art. 6º O BNDES apresentará ao COFA, para sua aprovação, informações semestrais sobre a aplicação dos recursos e relatório anual do Fundo Amazônia.

Art. 7º O BNDES contratará anualmente serviços de auditoria externa para verificar a correta aplicação dos recursos referidos no **caput** do art. 1º.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ  
*Miguel*  
*Carlos Minc*

INÁCIO

LULA

DA

SILVA  
*Jorge*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.8.2008

Aceso em 29/9/2015  
2010/2008/Decreto/D6527.htm

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm)